

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**DISSERTAÇÃO**

**COM QUANTOS DÓLARES SE PROMOVE A PARTICIPAÇÃO  
SOCIAL? ESTUDO DE CASO SOBRE A AÇÃO DO BANCO  
MUNDIAL NO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL  
DO RIO DE JANEIRO**

**Juliana Costa Velho de Abreu**

**2021**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**Com quantos dólares se promove a participação social? Estudo de caso  
sobre a ação do Banco Mundial no Desenvolvimento Rural Sustentável  
do Rio de Janeiro**

**JULIANA COSTA VELHO DE ABREU**

*Sob a Orientação da Professora*

**Karina Yoshie Martins Kato**

Dissertação submetida como  
requisito parcial para o **título de  
mestre**, no Curso de Pós-  
graduação em Ciências Sociais em  
Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade - CPDA.

Rio de Janeiro, RJ  
Junho, 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento  
Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a)  
autor(a)

A162c

Abreu, Juliana Costa Velho de, 1985

Com quantos dólares se promove a participação social?  
Estudo de caso sobre a ação do Banco Mundial no  
Desenvolvimento Rural Sustentável do Rio de Janeiro / Juliana  
Costa Velho de Abreu. – Rio de Janeiro, 2021.  
140 f.: il.

Orientadora: Karina Yoshie Martins Kato.

Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em  
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2021.

1. Desenvolvimento rural sustentável. I. Kato, Karina Yoshie  
Martins , 1979-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em  
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, conforme PORTARIA CAPES Nº 206, DE 04 DE SETEMBRO DE 2018.

# UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,  
Agricultura e Sociedade (CPDA)

JULIANA COSTA VELHO DE ABREU

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 04/06/2021.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> KARINA YOSHIE MARTINS KATO (CPDA/UFRRJ)  
(Orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> DÉBORA FRANCO LERRER (CPDA/UFRRJ)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN (UNILA)

*A todos os agricultores e agricultoras familiares que conheci ao longo dessa intensa  
jornada.*

*Ao meu pai que, por inúmeras razões oriundas de sua própria forma de existir e sentir  
o mundo, não conseguiu concluir suas pesquisas acadêmicas*

## AGRADECIMENTOS

Uma mãe pós-graduanda sem apoio não é ninguém. Esta pesquisa sem mencionar minha gestação não seria nada também. Hoje sou grata por toda a rede de apoio que se formou e fortaleceu ao longo desses anos para que eu conseguisse chegar até aqui, mesmo. Não foi fácil, nem simples e nunca será demais reafirmar a necessidade de políticas públicas mais eficazes e atuantes dentro das universidades para que as mulheres pesquisadoras consigam gerar e criar um filho mantendo a sanidade mental e física sem precisar abandonar a pesquisa ou a maternidade.

Agradeço ao meu marido e pai da nossa filha, Fabiano Andrade pelo seu esforço contínuo em me auxiliar, por acreditar mais em mim do que eu mesma e por ainda estar ao meu lado, apesar de todas as dificuldades que enfrentamos juntos.

À minha mãe e irmã que sempre me acolheram em todos os momentos que precisei, embora à distância tenha sido cada vez mais cruel conosco.

Agradeço a minha orientadora Karina Yoshie Martins Kato pelos ensinamentos, parceria e compreensão ao longo do mestrado. Pelo resgate quando eu acreditei não ser mais possível concretizar este trabalho e por me dar o impulso necessário para terminar.

Gostaria de deixar registrada a minha imensa gratidão aos professores e pesquisadores Jorge Romano e Regina Bruno. Vocês me ensinaram muito mais do que um conteúdo acadêmico. Me ensinaram sobre ensinar e viver nesse mundo tão complexo. Muito obrigada!

À professora e pesquisadora Debora Franco Lerrer também deixo um agradecimento especial. Grande instigadora, curiosa e interessada. Você nos motiva a ser o melhor sempre.

Sou grata à professora e pesquisadora Silvia Aparecida Zimmermann pelas contribuições pertinentes, atenciosas e ao mesmo tempo sutis que tanto me ajudaram a guiar as entrevistas e ações práticas desta pesquisa.

À Rosemary Bastos, professora da Universidade Estadual do Norte Fluminense, minha primeira orientadora, hoje amiga e colega de trabalho por ter me apresentado a beleza de ser pesquisadora e contribuído intelectualmente ao longo de toda a minha carreira.

Aos gestores do programa Rio Rural, grandes parceiros dessa pesquisa pela contribuição irrestrita. Vocês me possibilitaram, além de acesso a um material extremamente valioso, um novo olhar sobre o projeto e nunca será suficiente agradecer.

Agradeço também aos técnicos da Emater, parceiros desta pesquisa. Aos agricultores e agricultoras que contribuíram para que esta pesquisa fosse possível, aos membros dos COGEMs pela confiança e parceria.

Aos amigos que não me deixaram pirar nos tempos das aulas presenciais, pessoas que guardo em meu coração após essa curta passagem pelo CPDA: Leonardo, Larissa e Nivea.

Às amigas de vida, mães e não mães pela força e apoio irrestrito: Amanda, Euzimar, Priscila Karine e Marina. Amo vocês.

Por fim, agradeço também a UFRRJ pela possibilidade de formação e a CAPES pela concessão da bolsa. Sem ela, jamais teria conseguido iniciar os estudos.

## BIOGRAFIA

Zootecnista, licenciatura em Ciências Biológicas e especialista em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. A ideia preliminar de pesquisar sobre o desenvolvimento rural sustentável (DRS) no estado do Rio de Janeiro é resultado da minha trajetória profissional durante os anos de 2010 a 2016, período no qual realizei trabalhos de campo junto a projetos de DRS para a agricultura familiar. O primeiro deles era intitulado como: “Implantação de Unidade Demonstrativa de Sistema Integrado de Produção Agroecológica para a Agricultura Familiar do Norte Fluminense”, formalmente um projeto de extensão desenvolvido pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Este projeto tinha o objetivo de implantar uma unidade demonstrativa em área de uso coletivo no Assentamento da Reforma Agrária Josué de Castro, em Campos dos Goytacazes. O projeto previa a capacitação dos agricultores em práticas agrícolas sustentáveis e articulação com Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Federal Fluminense (IFF), Universidade Federal Fluminense (UFF), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), outros setores da UENF e Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Permaneci no projeto formalmente até 2015.

Já no segundo semestre de 2015, tive a oportunidade de atuar por aproximadamente 4 meses em um projeto de oficinas teórico-práticas de horta agroecológica, compostagem, crédito rural, defensivos naturais e outros, submetido ao programa Projovem Campo Saberes da Terra em parceria com as escolas estaduais do Rio de Janeiro. Minha atuação se deu na comunidade quilombola de Conceição do Imbé/Campos dos Goytacazes. Naquele momento presenciei o aumento da preocupação em torno do desenvolvimento rural sustentável<sup>1</sup> dentro do estado, com foco nos Jogos Olímpicos por meio da campanha “Água Limpa para o Rio Olímpico”. Na ocasião, meu projeto estava sendo implantado em uma propriedade rural também incluída no programa e conversávamos bastante sobre sua implantação. Segundo os agricultores, a família participante receberia mourões, arame farpado, mudas de árvores nativas, pintainhas poedeiras e ração para um ciclo produtivo completo. Como contrapartida, o

---

<sup>1</sup> “Entende-se por desenvolvimento rural sustentável aquele que busca promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem e se (re)produzem em áreas rurais, sem comprometer os recursos para que as gerações vindouras possam usufruir”. (LIMA, 2016, p. 1)



agricultor participante deveria cercar as nascentes existentes ou mata ciliar com sua própria mão-de-obra. Lembro de ter havido muito questionamento dos agricultores sobre o fraco acompanhamento da EMATER após a chegada do material. Anos mais tarde descobri que a campanha “Água limpa para o Rio Olímpico” estava vinculada as ações do Rio Rural, fato que não ficava claro em conversas informais com agricultores da região.

Concomitante ao trabalho que desenvolvia em Conceição do Imbé/RJ, iniciei trabalhos como coordenadora de campo em uma ONG socioambiental (Ecoanzol) em projeto de Pagamento por Serviços Ambientais com foco em Recursos Hídricos em Carapebus/RJ (PSA-HÍDRICO), cujo recursos foram oriundos da Agência Nacional das Águas (ANA). O projeto se sobrepunha em diversos aspectos ao Rio Rural, já que fomentaríamos, com recursos da ANA, o cercamento e reflorestamento de nascentes. Para tanto, tomamos como área de atuação um assentamento, por possuir as características socioambientais desejadas para liberação da verba. Igualmente ao Rio Rural, também deveríamos fomentar um comitê gestor.

Pouco tempo depois, já não imersa mais em nenhum dos trabalhos acima listados e cursando o mestrado, compreendi através de pesquisas aprofundadas para a construção deste projeto que o que estava por trás de grande parte do fomento a esses projetos era o Banco Mundial. Assim surgiu a ideia de pesquisar mais a fundo uma das dimensões da atuação desse agente no DRS sustentável do Rio de Janeiro.

## RESUMO

ABREU, Juliana Costa Velho de. **Com quantos dólares se promove a participação social? Estudo de caso sobre a ação do Banco Mundial no Desenvolvimento Rural Sustentável do Rio de Janeiro.** 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2020.

O Rio Rural é um Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável com foco em microbacias que recebeu financiamento do Banco Mundial para execução no período de 2006 a 2018 e modificou toda a estrutura da assistência técnica pública do estado do Rio de Janeiro por ter como foco o fomento a sistemas agrícolas sustentáveis, assumir a microbacia hidrográfica como *locus* de ação estatal e implantar a autogestão das comunidades rurais, por meio da formação de comitês gestores de microbacias (COGEM). Inicialmente possuía as regiões Norte e Noroeste Fluminense como prioritárias devido seu histórico agrícola, sendo expandido para a Serra após a tragédia natural da região Serrana, em 2011. Foi implantado em 3 fases que diferem basicamente pelo agente financiador – GEF e Bird e, apesar dos percalços, alcançou as metas propostas, segundo os documentos oficiais. No entanto, esperava-se que, mesmo após a finalização dos projetos de financiamento do BM, os comitês gestores continuassem ativos e pressionassem os governos locais para o redirecionamento de verba para as ações do programa – o que não ocorreu como esperado. Foi também observado a não continuidade da maioria das atividades internas dos COGEMs após o fim do Rio Rural Bird. Sendo assim, esta dissertação buscou analisar, lançando luz às ações do próprio banco no âmbito dos fomentos a projetos de desenvolvimento, os motivos institucionais dos fatores que contribuíram para que a autogestão paralisasse, objetivando, acima de tudo, a não reprodução de tais fatores, tendo em vista a aprovação, no ano de 2019, do montante de R\$ 45 milhões pela ALERJ para a continuidade do Programa.

**Palavras chave:** autogestão, agricultura, Rio Rural, Rio de Janeiro.

## ABSTRACT

ABREU, Juliana Costa Velho de. **How many dollars does social participation promote? Case study on the World Bank action in Rio de Janeiro's Sustainable Rural Development.** 2021. Thesis (Master in Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2020.

Rio Rural is a Sustainable Rural Development Program focused on micro-basins that receive funding from the World Bank for implementation in the public period from 2006 to 2018 and modified the entire structure of technical assistance in the state of Rio de Janeiro for focusing on promoting sustainable agricultural systems, taking the watershed as a locus of state action and implementing self-management in rural communities, through the formation of microbasin management committees (COGEM). Initially it had the North and Northwest Fluminense regions as priorities due to its agricultural history, being expanded to the Serra after the natural tragedy of the mountain region in 2011. It was implemented in 3 phases that differ basically by the financing agent - GEF and Bird and, despite of the mishaps, achieved the proposed goals, according to official documents. However, it was expected that, even after the completion of the BM's financing projects, the management committees would remain active and put pressure on local governments to redirect funds to program actions - which was not the case. It was also observed the non-continuity of the internal activities of COGEMs, after the end of the Rio Rural Bird providing evidence that the self-management implemented was not perennial, although it aimed at this in its objectives. Thus, this dissertation sought to analyze, shedding light as the bank's own actions in the context of fostering development projects, the institutional of such failure in the continuity of self-management so that, above all, they are not reproduced, in view of the approval, in 2019, of the amount of R \$ 45 million by ALERJ for the continuity of the Program.

**Keywords:** self-management, agriculture, Rio Rural, Rio de Janeiro.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Valores e percentuais de investimentos de acordo com cada parceiro do projeto Rio Rural GEF .....	61
<b>Tabela 2.</b> Critérios para priorização de microbacias .....	65
<b>Tabela 3.</b> Relação de subprojetos de acordo com o tipo, recursos investidos e beneficiários .....	75
<b>Tabela 4.</b> Relação componentes x recursos .....	75
<b>Tabela 5.</b> Valores e percentuais de investimento destinados ao projeto Rio Rural BIRD por parceiro .....	84
<b>Tabela 6.</b> Composição financeira e áreas contempladas do projeto RIO RURAL.....	102
<b>Tabela 7.</b> Avaliação da autogestão nos COGEMs da MBH do Córrego do Açude e MBH do Rio Imbé.....	106

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1.</b> Componentes do Programa Rio Rural.....	59
<b>Quadro 2.</b> Rio Rural GEF.....	63
<b>Quadro 3.</b> Arranjos institucionais para o monitoramento .....	81
<b>Quadro 4.</b> Componentes e Subcomponentes do Rio Rural Bird .....	88
<b>Quadro 5.</b> Área de abrangência do Programa Rio Rural a partir do Financiamento Adicional (terceira fase).....	92
<b>Quadro 6.</b> Metas reformuladas a partir do financiamento adicional do Rio Rural .....	93

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Mapa da Área de Ação do Projeto e as divisas regionais e municipais .....	64
<b>Figura 2.</b> Fluxograma da metodologia de microbacias hidrográficas utilizado pelo programa Rio Rural.....	67
<b>Figura 3.</b> Estrutura de gestão do Rio Rural .....	68
<b>Figura 4.</b> Principais problemas apontados pelo mutuário na implementação do Rio Rural GEF .....	76
<b>Figura 5.</b> Área de atuação do Rio Rural BIRD.....	85
<b>Figura 6.</b> Rede Rural de Cidadania.....	87
<b>Figura 7.</b> Esquema de investimentos do SSF .....	95
<b>Figura 8.</b> Problemas enfrentados durante a execução do Rio Rural Bird-FA .....	104
<b>Figura 9.</b> Divisão das microbacias hidrográficas do município de Campos dos Goytacazes - Norte Fluminense .....	108
<b>Figura 10.</b> Mapa das obras realizadas pelo DNOS até 1977 no município de Campos dos Goytacazes.....	110
<b>Figura 11.</b> A estação de trem de Santo Eduardo, em 1915 .....	118
<b>Figura 12.</b> Trabalhador rural manejando rebanho em via pública do distrito de Santo Eduardo no ano de 2017.....	119
<b>Figura 13.</b> Projetos individuais desenvolvidos na MBH do Córrego do Açude .....	121
<b>Figura 14.</b> Centro Comunitário e sede da Amores antes e depois das obras de revitalização .....	122
<b>Figura 15.</b> Folder de divulgação da 1ª Festa do Queijo de Espírito Santinho .....	123
<b>Figura 16.</b> Resultados da Pesquisa .....	128

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.</b> Recursos anuais aplicados (valores em milhões de dólares).....	77
<b>Gráfico 2.</b> Recursos anuais aplicados (valores em milhões de dólares).....	78
<b>Gráfico 3.</b> Evolução da criação de COGEMs no período de 2011 a 2018.....	97
<b>Gráfico 4.</b> Classificação dos COGEMs por região.....	99
<b>Gráfico 5.</b> Participação feminina e masculina nos COGEMs por região.....	101

## LISTA DE SIGLAS

BIRD	Banco Interamericano para o Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CEDRUS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CIDE	Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
COGEM	Comitês Gestores de Microbacias
COREM	Comitê Regional de Microbacias
DR	Desenvolvimento Rural
DRS	Desenvolvimento Rural Sustentável
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
FR	Fundação Rockefeller
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MBH	Microbacia hidrográfica
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MSRN	Manejo Sustentável dos Recursos Naturais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PEM	Plano Executivo de Microbacia
PEHAM	Programa Estadual de Microbacias no Estado de São Paulo
PESAGRO	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
PIB	Produto Interno Bruto
PID	Plano Individual de Desenvolvimento



PNMH	Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas
PMDR	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRR	Projeto Rio Rural
RAAM	Reforma Agrária Assistida pelo Mercado
RIO RURAL	Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro
SDS	Superintendência de Desenvolvimento Sustentável
SEAPPA	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro
SEP	Secretaria Executiva de Projeto
SER	Secretaria Executiva Regional

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO I - BANCO MUNDIAL E O DESENVOLVIMENTO RURAL BRASILEIRO .....</b>	<b>23</b>
<b>1.1 Banco Mundial: contextualização e resgate de suas origens .....</b>	<b>23</b>
<b>1.2 O BM e os projetos de Desenvolvimento Rural (ADR).....</b>	<b>27</b>
1.2.1 A Revolução verde e o BM .....	27
1.2.2 Revolução verde no Brasil .....	32
<b>1.3 Críticas Ambientistas e “Esverdeamento” do Banco Mundial .....</b>	<b>35</b>
<b>1.4 O Banco Mundial e o Desenvolvimento Sustentável na Atualidade .....</b>	<b>37</b>
<b>1.5 A Reforma Agrária de Mercado no Brasil: Projeto Cédula da Terra (PCT) 41</b>	
<b>CAPÍTULO II - PROJETOS DE MICROBACIAS NO BRASIL: O RIO RURAL E SEUS ANTECESSORES .....</b>	<b>45</b>
<b>2.1 Os Principais Projetos de Microbacias do Brasil .....</b>	<b>45</b>
<b>2.2 Paraná Rural.....</b>	<b>47</b>
<b>2.3 Microbacias – Santa Catarina .....</b>	<b>49</b>
<b>2.4 Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas de São Paulo (PEMH-SP) 51</b>	
<b>2.5 Projeto RIO RURAL: Enfim, o dólar.....</b>	<b>55</b>
2.5.1 É Programa ou Projeto? Breve histórico do Rio Rural .....	55
2.5.2 Projeto Rio Rural GEF - Global Environment Facility .....	60
2.5.3 Resultados do Rio Rural GEF .....	74
2.5.4 Projeto Rio Rural BIRD 2010-2016 .....	83
2.5.5 Rio Rural FA .....	91
<b>2.6 Resultados dos COGEMS .....</b>	<b>96</b>
<b>2.7 Resultados Gerais .....</b>	<b>101</b>
<b>CAPÍTULO III - MBH DO RIO IMBÉ E MBH CÓRREGO DO AÇUDE: QUANTO VALE UM DÓLAR POR AQUI?.....</b>	<b>106</b>
<b>3.1 Microbacia Hidrográfica do Rio Imbé: Caracterização do Estudo.....</b>	<b>107</b>
<b>3.2 Baixada Campista.....</b>	<b>109</b>
<b>3.3 Região Serrana.....</b>	<b>111</b>
<b>3.4 A História de Formação do COGEM MBH do Rio Imbé .....</b>	<b>111</b>
<b>3.5 Microbacia do Córrego do Açude .....</b>	<b>116</b>
<b>3.6 História de implantação do COGEM e suas ações .....</b>	<b>119</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>127</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>132</b>

## INTRODUÇÃO

Os projetos de desenvolvimento rural sustentável com foco em microbacias como o Rio Rural são hoje grandes e importantes frentes de atuação do Banco Mundial (BM) no meio rural em países latino-americanos. Foram iniciados entre a década de 1980 e 1990 e possuem similaridades interessantes no Brasil: fomentam a descentralização de ações em todas as suas esferas, propõem maior participação social por meio da criação de comitês gestores locais e visam à autossuficiência gestora e financeira. Além disso, possuem foco na recuperação e preservação do meio ambiente, com prioridade de atendimento aos pequenos e médios produtores. Tem também como característica a atuação em regiões onde há predomínio de recursos hídricos e vulnerabilidade socioambiental.

No Brasil, por sua grande área de atuação, valor financiado e anos de duração, o Rio Rural causou grande expectativa quanto aos seus resultados. Em todas as versões do projeto é possível verificar que a autogestão e desenvolvimento rural sustentável permanecem no centro dos objetivos, não por acaso. Foi, sobretudo, em torno da década de 1980-1990 que a participação social ganhou ênfase nos programas de desenvolvimento rural no país se tornando um dos princípios organizativos dos processos de formulação de políticas públicas nas agências nacionais e internacionais de fomento ao desenvolvimento. Áreas como educação, saúde, saneamento básico e agricultura viraram foco de ação dessas agências (com destaque para o BM) que se esforçaram para redefinir e ressignificar conceitos de participação social, autogestão, cidadania, democracia, governança e pobreza.

Traçando uma perspectiva histórica, é possível observar que esta mudança coincidiu com o processo de redemocratização do país e aprofundamento do neoliberalismo e ganhou espaço tanto cientificamente, quanto politicamente nas agências internacionais de fomento ao desenvolvimento. Foi vista com grande entusiasmo pela sociedade civil já que, aparentemente, pela primeira vez o Estado e população concordavam com a necessidade de descentralização das decisões públicas por meio de maior participação social. Além disso, emergia no Brasil e no mundo uma mudança de percepção em relação a natureza e a importância dos seus serviços provisionados, questão que veio à tona, em números reais e quantificáveis, através da publicação do economista Roberto Costanza “O valor dos serviços ecossistêmicos do

mundo e do capital natural” de 1997. Nesta análise, o autor selecionou 17 serviços dos ecossistemas de 16 biomas do mundo para concluir que, em estimativa, os serviços prestados pela natureza que fluem diretamente para a sociedade estariam na ordem de US\$ 33 trilhões, o que na época equivalia a 1,8 vezes o Produto Interno Bruto (PIB) mundial” (ONISH; VAZOLLER; REYDON, 2013) gerando grande impacto mundial e ações múltiplas de restauração e conservação ambiental.

Na mesma fase no Brasil, começou a serem observados os danos do uso em larga escala do pacote verde, carro chefe da revolução verde. Solos extremamente erodidos, pastagens de baixíssimo desempenho, ataques cada vez mais frequentes de pragas e doenças, contaminação do solo e água e devastação dos biomas foram parte das razões pelas quais o BM iniciou no Brasil o primeiro projeto de microbacias com financiamento externo – o Paraná Rural. O projeto já nasceu com a missão de mitigar os danos da revolução verde, bastante focado em aspectos ambientais, mas com forte apelo a participação social e autogestão. Apesar das especificidades locais, os projetos mantiveram sua base comum até os dias de hoje.

Almejado desde 2002 pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, os recursos para a execução do Programa Rio Rural chegaram em 2006 por meio do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) após acordo de doação. E, antes mesmo da sua finalização, foi aprovado um novo recurso pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e depois o financiamento adicional (FA), sendo que o BIRD e o FA tiveram carácter de empréstimo e não de doação. Não restam dúvidas de que tais projetos abriram caminho para o início de uma nova história nas políticas públicas e assistência técnica do estado, bem como revolucionou ao direcionar atenção governamental especial à agricultura familiar e seu papel na conservação recuperação ambiental no estado do Rio de Janeiro.

Ocorre que, ao longo dos 12 anos de atuação do BM no desenvolvimento rural sustentável do RJ as ações parecem ter perdido força após a finalização do financiamento, em 2018 - mas não deveriam. Na realidade, os projetos financiados tiveram como objetivo implantar o Programa Estadual de Microbacias – Rio Rural e, por isso, seus resultados deveriam ser perenes e não se perderem após o financiamento exterior cessar. Além disso, foram projetos que tiveram como aspecto central o fomento a autogestão, participação social, organização comunitária ações que, por essência, deveriam levar a emancipação dos agricultores e agricultoras alvo dos projetos.

Ademais, o Rio Rural, principalmente o FA, previa a criação de uma robusta rede de parcerias, além da criação do Sistema de Sustentabilidade Financeira (SSF), focados na parceria público-privada e aproveitamento de oportunidades econômicas oriundas da preservação ambiental desempenhada pelos beneficiários induzidas pelo projeto.

Foram investidos um total de 251 milhões de dólares na agricultura familiar do estado no período de 12 anos de projeto para o desenvolvimento de subprojetos de conservação, recuperação e implantação de práticas agrícolas mais respeitosas ao meio ambiente através da criação dos comitês gestores de microbacias (COGEMs), que seriam os atores comunitários responsáveis por organizar as demandas, monitorar, fiscalizar e apoiar as ações do projeto em cada microbacia. Houve, no total, a criação de 366 COGEMs, identificação de 461 microbacias que não tiveram força própria para se manterem atuantes após o fim anunciado do financiamento do BM.

Apesar dos resultados alcançados terem sido considerados satisfatórios pelo BM, pesquisas acadêmicas apontam caminhos mais tortuosos. Galliez (2012), analisando microbacias do 3º Distrito do Município Nova Friburgo, indica que o Rio Rural obteve melhores resultados nas microbacias onde os beneficiários já tinham uma organização social sólida antes da chegada do projeto. Além disso, outros pesquisadores encontraram problemas de outras ordens em projetos de microbacias do Brasil (WHITTAKER, 2012; SABANÉS, 2002; NETO e HESPANHOL, 2009, entre outros) que serão destacadas ao longo do texto.

Sendo assim, acredita-se que o BM faz uso de seus empréstimos em DRS para responder pressões sociais globais e, com isso, se manter ativo em todos os campos, principalmente na “zona ouro” da pobreza, que é a pobreza rural. Ao usar conceitos de participação social, gestão participativa e engajamento social de forma mais teórica do que empírica, o BM deixa a cargo das organizações públicas estaduais a responsabilidade de criar estratégias e ações para que tais ações ganhem robustez, ora se omitindo, ora impondo suas vertentes em meio a suas missões fiscalizadoras. Com ações pontuais e mitigatórias, o BM amortiza as consequências de sua política perversa de alargamento do neoliberalismo nos países de periferia, sem que ultrapasse os limites “seguros” de participação social, mantendo as dificuldades organizacionais onde elas já existiam, numa tentativa de manter o *status quo*. Além disso, contribui para o empobrecimento dos Estados através do endividamento público, adoção das medidas recomendadas pelo Consenso de Washington e, nos casos específicos de projetos de

desenvolvimento sustentável (DS), a normatização e normalização do capitalismo verde, num contexto onde o Estado se torna cada vez mais distante das demandas sociais. Não por acaso, os projetos de microbacias no Brasil têm sido implantados em regiões de baixo Índice de desenvolvimento humano (IDH) e histórico de violentos conflitos agrários<sup>2</sup>.

No entanto, há que se destacar que, se por um lado o BM faz uso de financiamentos em desenvolvimento nos países periféricos para expandir e aprofundar a rede de influência por meio dos projetos, por outro, os estados compactuam em diversos aspectos com as ações, ainda que não de forma explícita, mas talvez pouco questionadora pois aproveitam-se dos projetos para desenvolver manobras políticas que correspondam muito mais a seus interesses político-partidários que aos interesses do público-alvo, por exemplo. Ademais, veem nos projetos a chance de aumentar, consideravelmente, o orçamento para áreas muito necessárias que costumam ter participação minoritária nos orçamentos estaduais e municipais como meio ambiente e agropecuária.

Assim sendo, a **hipótese** desta pesquisa é a de que o Rio Rural, mesmo com o forte apelo a participação social gestão descentralizada, não desenvolveu a autogestão das microbacias para além das ações financiadas pelo BM.

Para testar tal hipótese, foi selecionada uma microbacia de alto desempenho participativo do COGEM e de baixo desempenho buscando compreender qual seria, de fato, o potencial transformador do projeto Rio Rural, considerando duas situações opostas dentro de um mesmo município. Para tanto, foi desenvolvida profunda análise dos documentos oficiais referentes ao Rio Rural confeccionados pelo BM, Secretaria de Estado de Agricultura do Interior (SEAPPI), Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento (SEAPPA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro (EMATER-RIO), Empresa Brasileira Pesquisa Agro Pecuária (EMBRAPA) solos, além de entrevistas semiestruturadas com o idealizador do projeto, equipe gestora estadual, técnicos da EMATER, membros dos COGEMs e beneficiários da Microbacia hidrográfica (MBH) do Rio Imbé e MBH do Córrego do Açude no Norte Fluminense por serem estas consideradas, respectivamente, de melhor e pior desempenho da região Norte Fluminense – área de prioridade 1 dos projetos. Além disso, também foi ouvido o

---

<sup>2</sup> Para uma reflexão sobre o tema, consultar o relatório final “Conflitos por terra e repressão no estado do Rio de Janeiro”, onde foi estudado o período de 1964 a 1988, publicado em setembro de 2015 e coordenado pela pesquisadora Leonilde Servolo de Medeiros – CPDA/UFRRJ).

secretário de agricultura em exercício no período de ação do projeto da Prefeitura de Campos dos Goytacazes.

Foi feito ainda um resgate das ações do BM enquanto agente de desenvolvimento global desde a fundação até os dias atuais; delineado um histórico de todo o percurso do Rio Rural incluindo metas, aspectos operacionais e resultados alcançados; foram também identificados os mecanismos criados para sua autogestão nas MBH do Rio Imbé e MBH do Córrego do Açude, com a recuperação da atuação dos atores locais.

Para tanto, adotou análise qualitativa como procedimento metodológico. Esta escolha repousa na ideia do estudo ter como foco a leitura dos significados atribuídos pelos sujeitos da pesquisa a suas interações e interpretações em meio a realidade vivenciada, sendo este tipo de análise entendida como a forma mais completa de se alcançar os objetivos propostos.

Há que se destacar que a metodologia da pesquisa teve que ser alterada devido a instauração do caos administrativo brasileiro perante a gestão da pandemia do novo Coronavírus, o que, em tese, impediu entrevistas presenciais. A partir deste impedimento de estabelecer contato e relações por meio presencial, optou-se por avançar o contato com os interlocutores por meio virtual. Tal ação foi executada sem grandes contratempus, mas com alguns complicadores que serão mencionados.

Em todas as abordagens foi procurado um meio menos invasivo de contato, dando possibilidade do interlocutor escolher participar ou não da pesquisa e também o modelo em que seria desenvolvida a entrevista dando as seguintes opções: *e-mail*, ligação telefônica, *Whatsapp* (vídeo chamada, chamada, áudio ou texto) e videoconferência. Uma das entrevistadas (militante do MST) mesmo após aceitar participar da pesquisa, não respondeu aos questionamentos enviados pelo meio de sua preferência (*Whatsapp*). Houve dificuldade em acessar beneficiários do sexo masculino via *Whatsapp* tendo em vista o machismo e restrições culturais. Houve ainda dificuldade de acesso por meio digital devido ao fato de algumas localidades da microbacia não disporem de bom sinal telefônico, além do fato dos interlocutores mais idosos terem maior dificuldade com as tecnologias digitais, causando atrasos e perda da espontaneidade de uma entrevista presencial, por exemplo. Contudo, foi considerado um método eficiente que possibilitou a conquista dos objetivos propostos para a pesquisa.

O capítulo I intitulado “Banco Mundial e Desenvolvimento Rural Brasileiro” busca situar o leitor na trajetória do BM no Brasil e no mundo, compreendendo-o como um ator político, econômico e intelectual de grande poder de atuação. Busca também demonstrar como o banco mudou ao longo dos anos para cumprir seu papel de influenciador político e intelectual acima do econômico.

O capítulo II tem como título “O Rio Rural e seus antecessores” e objetiva fazer uma revisão bibliográfica dos antecessores do Rio Rural no país, bem como seu funcionamento e operacionalização por parte do BM responder aos objetivos propostos pela pesquisa.

O capítulo III visa apontar aspectos aprofundados sobre autogestão na MBH do Rio Imbé e MBH do Córrego do Açude destacando a história de formação dos COGEMs, atuação, desafios enfrentados e metas alcançadas.

Por fim serão tecidas as considerações finais tendo em vista o material explorado e colaboração dos interlocutores.



## **CAPÍTULO I - BANCO MUNDIAL E O DESENVOLVIMENTO RURAL BRASILEIRO**

Este capítulo busca fazer uma retrospectiva do contexto da criação e ações do Banco Mundial, procurando compreender como ele se transformou em um ator político, intelectual e financeiro. Buscaremos, acima de tudo, compreender como se deu sua inserção em projetos de políticas agrícolas e agrárias, sua estreita relação com a revolução verde, crédito fundiário (RAAM), adentrando na esfera do combate à pobreza e fomento do desenvolvimento rural sustentável (DRS) e, por fim, ao financiamento a projetos de microbacias.

Para tanto, será apresentado os aspectos que deram origem ao BM, a conquista de confiança do banco entre os banqueiros e empresários de todo mundo durante a Guerra Fria, sua gradativa mudança de foco em reconstrução dos países destruídos pela guerra para focar em projetos de desenvolvimento e combate à pobreza em países subalternos, a mudança estrutural de financiador de projetos de alto impacto ambiental negativo ao financiamento de projetos de alívio da pobreza e DS, bem como a aderência ao fomento da participação social e descentralização da gestão de recursos.

### **1.1 Banco Mundial: contextualização e resgate de suas origens**

Criado durante a conferência de Bretton Woods (1944), o BIRD foi idealizado e rapidamente chamado de Banco Mundial, iniciando suas atividades dois anos depois, em julho de 1946 (PEREIRA, 2012). O principal objetivo do banco era prover garantias e empréstimos, sobretudo, para reconstrução dos países membros destruídos pela Segunda Guerra Mundial (PEREIRA, 2012).

Para Pereira (2009; 2012), na sua atuação, o BIRD consagrou as visões norte-americanas sobre como a economia mundial deveria ser organizada e como e onde seria a alocação de recursos com foco em recuperação econômica e investimentos em projetos de desenvolvimento. Os Estados Unidos da América (EUA), como maior

acionista, possuía então maior poder de decisão e veto no Banco. Segundo Pereira (2012):

De acordo com o seu estatuto, não cabia a ele competir com os bancos comerciais privados e muito menos fortalecer o setor público e quaisquer formas mistas de economia, mas sim, fundamentalmente, financiar projetos para fins produtivos relacionados a obras públicas de fácil definição, supervisão e aferição de resultados que não fossem de interesse direto da banca privada. Ademais, cabia ao banco promover o investimento de capitais estrangeiros, por meio de garantias ou participação em empréstimos e outros investimentos realizados por particulares, desde que relacionados a planos específicos de reconstrução ou desenvolvimento (Pereira, 2012; p. 396).

Sua criação se deu em meio a Guerra Fria, tendo os EUA como vencedores e representantes dos ideais capitalistas. Venceu junto com ele a noção de acumulação ilimitada do capital também. Os EUA se tornaram o berço do capitalismo predatório internacional (HARVEY, 2005) fazendo uso, sobretudo, dos organismos multilaterais de atuação internacional, como o Banco Mundial, para controlar e expandir seu domínio, principalmente, nos países subalternos onde seu lema passou a ser o combate a ameaça comunista (PEREIRA, 2012; HARVEY, 2005).

[...] desde o início das operações do BIRD, os EUA agiram no sentido de bloquear empréstimos para certos países. Já em 1947 o banco deixou claro que levaria em conta fatores de ordem política ao decidir sobre solicitações de empréstimo de países do bloco soviético. A esse respeito dois casos foram emblemáticos: o da Polônia e o da Tchecoslováquia (PEREIRA, 2012; p. 404).

Atitude essa que se manteve e desdobrou em diversas ações. Harvey (2005) aponta que os EUA nos têm se dedicado a conquista da hegemonia recorrendo, com frequência a mecanismos de dominação e coerção, não hesitando em liquidar o inimigo, caso seja preciso. Muito embora impere nos discursos públicos internacionais a busca pela paz e implantação de mecanismos que fortalecem a paz mundial, como o BM e Fundo Monetário Internacional (FMI) (HOBBSAWM, 2003; HARVEY, 2005).

O fato é que os EUA se beneficiaram largamente da atuação do banco, influenciando em suas escolhas e projetos. E assim o BM foi se transformando no que Pereira (2009) chama de “ator político, intelectual e financeiro” de peso em nível global. No entanto, isso não implica que a inserção do BM nos países seja vista como

uma imposição unilateral, destaca Pereira (2014). Há que se perceber que o BM faz uso de uma enorme gama de mecanismos de pressão e coerção que aciona sempre que é necessário. Mecanismos financeiros, políticos, intelectuais e simbólicos de atuação que se concentram em estruturas fortes de formação de consenso para que tenham sua atuação viabilizada com o menor conflito, sempre que possível. Como destaca Pereira (2014):

[...] em meio a uma malha larga, densa e bastante opaca de relações, que envolve agentes nacionais e internacionais públicos, privados, não governamentais, filantrópicos e empresariais que apoiam, formulam, adaptam, negociam e veiculam as ideias e prescrições de política da instituição (PEREIRA, 2014; p. 14).

Sua eficiência depende diretamente de negociação e difusão no país de atuação direta e fora dele. Na sua “condição de prestador, formulador e articulador de políticas e veiculador de ideias o BM passou crescentemente a definir o que fazer em matéria de desenvolvimento capitalista, em clave anglo-saxônica” (Pereira, 2010), sendo, portanto, respeitado e desejado por gestores estatais de todo o mundo.

Atualmente o Grupo Banco Mundial (GMB) contempla sete instituições com diferentes mandatos, gravitações políticas, estruturas administrativas e instâncias de decisão a saber: BIRD, criado em 1944; Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), criada em 1960; Corporação Financeira Internacional (CFI), de 1956; Centro Internacional para Conciliação de Divergências em Investimentos (CICDI), de 1966; Agência Multilateral de Garantias de Investimentos (AMGI), de 1988; Instituto de Desenvolvimento Econômico (IDE), de 1955, renomeado de Instituto do Banco Mundial (IBM) em 2000; e Painel de Inspeção, criado em 1993. O chamado “Banco Mundial”<sup>3</sup> é formado apenas pelo BIRD e pela AID, mas mantém estreita articulação com o conjunto do Grupo Banco Mundial (GBM), à exceção, em parte, do Painel de Inspeção (PEREIRA, 2014).

É definido oficialmente como:

Com 189 países membros, funcionários de mais de 170 países e escritórios em mais de 130 locais, o Grupo Banco Mundial é uma parceria global única: cinco instituições trabalhando para soluções sustentáveis que reduzem a

---

<sup>3</sup> Quando nos referirmos a BM, estamos nos referindo ao BIRD e AID, apenas.

pobreza e criam prosperidade compartilhada nos países em desenvolvimento (BM, 2019)<sup>4</sup>.

Trazendo para si importantes conceitos de governança, responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, o BM atua como uma agência especializada independente do Sistema das Nações Unidas, que disponibiliza seus recursos financeiros, mão-de-obra altamente qualificada, além de sua ampla base de conhecimentos, para apoiar os esforços das nações em desenvolvimento. Sua missão, segundo documentos oficiais é: redução da pobreza e promoção da responsabilidade compartilhada (BM, 2019). O BM é hoje apontado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como a maior fonte global de assistência para o desenvolvimento, proporcionando cerca de US\$ 60 bilhões anuais em empréstimos e doações aos 189 países-membros (ONU, 2019). O banco tem como política conceder empréstimos a governos e instituições públicas com juros próximos aos praticados no mercado financeiro internacional, com prazo de amortização de quinze a vinte anos e carência de cinco (PEREIRA, 2006).

Seus recursos têm origem em três fontes a saber: a primeira é a subscrição de capital dos Estados-membros (aproximadamente 20% do valor total), que é pouco usada. Funciona, na prática, como uma garantia dada aos membros para uma situação eventual de não-pagamento pelos devedores. Uma segunda fonte (80% dos recursos) oriundas de empréstimos e da intermediação financeira em mercados internacionais de capital mediante a emissão de bônus, com prazos e juros variados. Pereira (2006) aponta que, como o capital do Banco é garantido pelos Estados-membros, os bônus que emitem possuem solidez, expressos pela classificação de risco AAA, a máxima outorgada por agências do mercado financeiro. A terceira fonte, e de menor valor, advém dos ganhos que a instituição obtém através dos pagamentos de empréstimos e créditos, a própria intermediação bancária e os investimentos que realiza com sua própria receita (PEREIRA, 2006).

As modalidades de empréstimos são agrupadas em duas categorias: investimento e ajustamento. É na categoria investimento que estão os instrumentos tradicionais de ação do BM, com empréstimos essencialmente para projetos de infraestrutura,

---

<sup>4</sup> With 189 member countries, staff from more than 170 countries, and offices in over 130 locations, the World Bank Group is a unique global partnership: five institutions working for sustainable solutions that reduce poverty and build shared prosperity in developing countries (WB, 2019).

assistência técnica ou institucional, intermediação financeira e recuperação de emergência, relativos à reconstrução ou reativação pós-guerra, desastres naturais ou colapsos sociais (PEREIRA, 2006). A segunda categoria não se materializa concretamente e tem a finalidade de ajustar externa e internamente as economias domésticas à configuração internacional de poder e operam em sintonia com o FMI (PEREIRA, 2006).

Concordamos com Pereira (2006; 2009) quando o mesmo argumenta que o BM opera como um importante ator político, influenciando diretamente governos e as políticas públicas a serem implementadas. O BM opera, assim, não apenas fornecendo o apoio financeiro, mas concedendo uma gama de serviços técnicos e de assessorias especializadas, operando diretamente como formulador e executor de políticas públicas ao lado dos Governos Nacionais. O Rio Rural nada mais é do que um projeto de governo formulado e financiado pelo BM. Neste sentido, resgatar a construção do Projeto, quem foram os gestores envolvidos, como se chegou à proposta, é fundamental para entender a influência do BM no DRS no Rio de Janeiro.

## **1.2 O BM e os projetos de Desenvolvimento Rural (ADR)**

### **1.2.1 A Revolução Verde e o BM**

Iniciamos esta seção pela revolução verde mexicana por ter sido a primeira a fundir esforços estatais e privados em larga escala e com alto poder transformador do mundo rural. Ela é considerada o laboratório da revolução verde pois somente a partir dela o pacote tecnológico foi gerado, as parcerias para sua viabilização criadas e houve surgimento de toda uma cadeia de novos fornecedores e consumidores.

Para Wright (2012), a revolução verde começa a ser “gestada” no impulso para a formação de universidades, institutos e centros de pesquisa especializada em conhecimentos agrícolas, principalmente na Europa e EUA no início do século XX, já que desde muito cedo percebeu-se a importância de incorporar variedades genéticas em sua agricultura com vias a alcançar melhores resultados.

Hobsbawm (2003) aponta para o mesmo caminho ao recordar o extraordinário crescimento da educação superior no mundo. Isto porque nessa fase (1930-1940) o

“mundo” desfrutava de certo conforto e de necessidades, em grande parte atendidas, onde a população podia vislumbrar um futuro melhor para seus filhos, o que naturalmente ocorreria por meio de estudos. Isso levou a uma grande relevância política e social por parte dos estudantes, que influenciaram, inclusive, no sucesso da revolução verde (PERKINS, 1997). Calcados numa mudança cultural valiosa, a figura do pesquisador alcançava grande prestígio e credibilidade internacional.

Hobsbawm (1995) lembra ainda que o período é visto como de maiores transformações do século XXI (1945 a 1975) por ter tirado 80% do mundo da Idade Média, ficando conhecido como “Anos dourados” ou “Era de ouro” e “os trinta anos gloriosos”. Uma dimensão importante desse período foi a revolução nas práticas agrícolas, cujo grande marco temos a revolução verde.

A mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século, e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato. Pois desde a era neolítica a maioria dos seres humanos vivia da terra e seu gado ou recorria ao mar para a pesca (HOBSBAWM, 1995, s/p).

De fato, foram anos de grandes transformações, principalmente no setor industrial, científico, tecnológico e agrícola.

Tida como a primeira experiência em modernização agrícola de larga escala, a revolução verde mexicana teve seu processo histórico marcado por estreita relação entre o governo norte-americano e o recém-eleito governo mexicano de Manuel Ávila Camacho<sup>5</sup>. Tinha como objetivo aumentar a produtividade, essencialmente das variedades de milho, trigo e feijão no México (WRIGHT, 2012), num claro projeto de modernização agrícola contrário a reforma agrária iniciada durante o governo Cárdenas (1934-1940) (GONZÁLEZ, 2006). Ocorre que o México, na época (1940), era um país recém independente, passando por um processo de redemocratização com sérios problemas sociais e conflitos armados intensos, onde a agricultura, em termos de produtividade e desempenho, não necessariamente era tida como precária pelos agricultores. Existia, na verdade, uma outra ameaça maior que a produção de alimentos –o socialismo.

Neste contexto instável, de posse de uma ciência agrícola em franco desenvolvimento, capaz de responder as necessárias inovações dentro de um contexto

---

<sup>5</sup> Presidente do México eleito em 1940, governando até 1946 (WRIGHT, 2012).

de mundo cada vez mais conectado, os EUA viram na agricultura grande oportunidade de ganhar espaço econômico mundial, principalmente após a II Guerra Mundial, onde se consolidou como exportador de alimentos. Ademais, o perigo do socialismo ainda rondava o mundo e o novo imperialismo não havia sido consolidado. Havia fome e miséria em diversas partes do mundo, principalmente nos países do Sul. É nesse contexto de desenvolvimento da ciência agrícola, industrialização, busca por hegemonia, medo do socialismo devido a Guerra Fria e escassez de alimentos em alguns países, que a Fundação Rockefeller (FR) parte para a primeira de suas missões filantrópicas no México (WRIGHT, 2012).

Os autores estudados afirmam que o que moveu a FR inicialmente foi a filantropia, mas que este caráter filantrópico foi rapidamente absorvido por ideais políticos e econômicos. O bloco socialista buscava se consolidar, os trabalhadores de diversos países estavam organizados e tinham afinidade pelo socialismo e essa conformação crescente significava um perigo para os recentes interesses americanos. Sendo assim, o presidente da FR, conhecido por ser liberal, entendeu que a agricultura podia dar ao povo o que o comunismo prometia, sem, contudo, mudar o sistema (WRIGHT, 2012).

Após visita do então secretário de agricultura norte-americano Henry Wallace (pouco antes de tomar posse como vice-presidente dos EUA) em 1940, o México foi então diagnosticado como um país em apuros, que cultivava variedades agrícolas de baixíssimo rendimento e com grande parcela da população rural vivendo em situação de fome e pobreza. Wallace, então, afirmou o interesse dos EUA em fortalecer a pesquisa e treinar cientistas mexicanos para atuar em tais frentes. Como não havia instituições como BM, ONU e Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o secretário buscou então a FR, que embora não tivesse experiência em agricultura, já havia atuado no México em projetos de saúde (WRIGHT, 2012).

Assim sendo, junto ao governo de Manuel Ávila Camacho, o primeiro grande projeto de modernização da agricultura de fora para dentro foi implementado no México. Foi caracterizado pela criação de um pacote tecnológico (criado e comercializado por universidades e empresas norte-americanas, em sua maioria) disseminado em países tidos como “atrasados” para que ocorresse rápida e específica modernização agrícola (PERKINS, 1997; COTTER, 2003; WRIGHT, 2012). Específica por modernizar e desenvolver tecnologias para apenas um seletivo grupo de espécies.

Geralmente arroz, milho, feijão e trigo e de maquinário para plantio, colheita e secagem próprios para tais variedades. Envolveu melhoramento genético, uso em larga escala de agrotóxicos e intensificação da mão-de-obra através da mecanização agrícola possível, justamente, aliada a concessão de crédito rural aos agricultores (PERKINS, 1997; COTTER, 2003; WRIGHT, 2012).

Apesar dos altos índices de êxodo rural e desemprego, a experiência mexicana foi então avaliada como um caso de sucesso e a Fundação Rockefeller passou a direcionar sua filantropia a projetos de desenvolvimento tecnológico da agricultura em escala mundial, principalmente com foco em educação (KAPUR et al., 1997). Mais à frente, atuando junto ao BM, esse pacote foi ampliado para países como Guatemala, Colômbia, Brasil, Zimbábue, África do Sul, Tailândia e Índia com políticas de modernização agrícola e reforma agrária assistida pelo mercado (MENDONÇA e REZENDE; SAUER, 2004).

A partir de 1950 o BM foi progressivamente direcionando sua ênfase ao desenvolvimento agrícola, utilizando recursos para, principalmente, conceder crédito agrícola, construir barragens, avançar na mineração, interligar linhas de transporte, financiar maquinário agrícola, entre outros. Segundo Pereira (2016); (...) “de longe, ‘irrigação, drenagem e administração de água’ foi o principal subsetor do projeto de ADR<sup>6</sup> financiado pelo BM nos anos 1950-1960, e continuou assim na década de 1970” (PEREIRA, 2016, p. 234). As razões para tal mudança tiveram sua origem no crescente envolvimento do BM como a Revolução Verde, o *lobby* das grandes empresas de fertilizantes e maquinário europeias e norte-americanas que, por aumentarem os custos de produção, exigiam alto investimento, assim como a necessidade de irrigação e assistência técnica, pois as variedades desenvolvidas geneticamente dependiam de condições ambientais ótimas para desempenhar todo o seu potencial genético. Portanto:

Para viabilizá-lo, fundos públicos nacionais e internacionais cada vez maiores passaram a ser canalizados diretamente para a produção das novas variedades. Assim, enquanto subsidiavam a sua agricultura, os EUA e a Europa Ocidental pressionavam - junto com o BM - os países subdesenvolvidos a adotarem a revolução verde mediante a compra de máquinas e insumos químicos produzidos nos países centrais. Isso contribuiu para o aumento da produção e da produtividade, mas também da dívida externa, abrindo adicionalmente as portas para uma crescente dependência alimentar (SHIVA, 1991, p. 171-194; KOFAS, 2005, p. 24, apud PEREIRA, 2015).

---

<sup>6</sup> ADR: agricultura e desenvolvimento rural (KAPUR, 1997).



O papel do BM ainda no início da revolução verde deu, portanto, por meio de investimento em centros de pesquisa, como a criação do Grupo Consultivo para a Pesquisa Agrícola Internacional (*Consultative Group on International Agricultural Research*, CGIAR) em 1961 (PEREIRA, 2016):

Milhares de técnicos e cientistas passaram a ser formados pelo sistema CGIAR e muitos deles depois ocuparam posições de destaque como ministros de Estado e membros de diretorias de centros de pesquisa e empresas multinacionais. O intercâmbio promovido pelo CGIAR começou a carrear dólares para os institutos nacionais de pesquisa por meio de parcerias com universidades dos EUA, impulsionando a americanização de sistemas agroalimentares nacionais. Formada pela tríade ciência-empresas-Estados, essa rede ganhou forte apoio público e privado e contou com inúmeros doadores, com destaque para o BM e a USAID (PEREIRA, 2016; p. 233-234).

A essa altura, (período de 1968 a 1981) pairava no interior da nova gestão do BM (com a posse do novo presidente Robert McNamara) algumas incertezas sobre o próprio modelo de economia liberal, a atuação do banco e impacto dos projetos. McNamara entendia que o “efeito derrame”<sup>7</sup> não havia ocorrido nos países de terceiro mundo, apesar do crescimento econômico vivenciado nas últimas décadas e resolveu então direcionar esforços para o alívio da pobreza, dando atenção nunca antes vista a esta questão. O novo presidente remontou a carteira de investimentos do banco, priorizando projetos focados em agropecuária na Ásia, África e América Latina (PEREIRA, 2016).

Encontrando terreno fértil, governantes de países em desenvolvimento viram seus interesses convergirem com os interesses dos países que construía a hegemonia, sobretudo, a contenção dos ideais socialistas através de políticas que fornecessem respostas rápidas a um povo mobilizado e carente de políticas públicas direcionadas, freio às iniciativas em prol da reforma agrária (caso do Brasil), além da necessidade de reequilibrar suas finanças, já que havia uma considerável crise. A contenção da fome que assolava de diversas formas esses países também foi um fator importante para adesão ao pacote tecnológico, assim como as questões políticas internas aos países que aderiram a revolução verde, como o interesse em mitigar a fome e miséria para se

---

<sup>7</sup> O “efeito derrame” consiste na distribuição das novas riquezas geradas pelas políticas neoliberais entre as massas de pobres e famintos, naturalmente e, para Borón (2007), demonstrou ser “engodo para consumo de bobos e ingênuos” por não se realizar.

reeleger, conforme aponta Wright (2012): “Mao sem dúvida compreendeu que garantir que os consumidores chineses tivessem acesso a mais arroz ajudaria a restaurar o apoio popular a seu regime após o desastre de seu Grande Salto para a Frente” (WRIGHT, 2012; p. 1726).

Apesar das promessas por maior desenvolvimento, o que se observou, mesmo que de forma heterogênea entre os diversos países, foi o aprofundamento do fosso entre os agricultores familiares e latifundiários, desvalorização do saber e das técnicas dos camponeses, êxodo rural considerável e degradação ambiental notável, conforme será visto no caso brasileiro.

### **1.2.2 Revolução Verde no Brasil**

Com alguns anos de diferença entre a revolução verde Mexicana, quando chegou ao Brasil, a parceria entre BM, Ford e FR já estava consolidada e marcaram a inserção definitiva do BM no meio rural brasileiro. O BM atuou no país junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) desenvolvendo políticas de crédito rural subsidiadas (BITTENCOURT, 2003) que objetivavam realizar a modernização da agricultura, mais tarde chamada de modernização conservadora<sup>8</sup>, em grande parceria com a FR (PEREIRA, 2009).

Sendo assim,

No início da década de sessenta grandes empresas de fertilizantes começaram a pressionar a USAID e organismos internacionais como o Banco mundial para que financiassem a difusão do pacote tecnológico da revolução verde em todos os países da periferia. (George, 1978, Lappé e Collins, 1982 apud PEREIRA, 2009).

Nesse caso, o BM financiou a criação de centros de pesquisa por todo o país, conforme afirma PEREIRA (2009):

O acesso ao crédito agrícola e a serviços de assistência técnica tornou-se indispensável aos produtores. Para viabilizá-los, fundos públicos nacionais e estrangeiros cada vez mais vultosos passaram a ser canalizados diretamente para a produção de novas variedades de alto grau de resposta (PEREIRA, 2009; p. 106).

---

<sup>8</sup> Termo criado por Moore Jr. em 1975.

Criado em 1965 com recomendação técnica do BM, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) (BITTENCOURT, 2003) serviria justamente para ofertar, por meio de empréstimos subsidiados, muitas vezes a juros negativos (PALMEIRA, 1989), recursos para que o produtor pudesse lançar mão do pacote tecnológico e com isso modernizar sua propriedade (BITTENCOURT, 2003; PEREIRA, 2009).

O objetivo era desenvolver a agricultura do país através da modernização agrícola. Palmeira (1989) lembra que ainda na primeira metade desta década a questão da terra no país já era um campo forte de disputas, refletidas tanto no Estatuto do Trabalhador, como no Estatuto da Terra, frutos de lutas sociais intensas. Castro (1984) chega a mencionar uma precoce preocupação brasileira a respeito da modernização agrícola.

O que chama a atenção, quando se examinam os planos de desenvolvimento agrícola, desde os primeiros, é a precoce existência de uma preocupação com a modernização agrícola – entendida aqui como um conjunto coerente de propostas (e mais adiante de instrumentos de política) cujo objetivo é a elevação da produtividade agrícola pela transformação de suas técnicas e pela difusão de novos métodos de cultivo (CASTRO, 1984: p. 310-311).

Apesar de sinalizada a preocupação com modernização agrícola, para Palmeira (1989), o que estava em jogo no país no momento onde se inicia, de fato, o projeto de modernização agrícola era uma polarização nunca antes vista de ideais pró-reforma agrária. O Brasil possuía, como em poucos momentos de sua história, um campesinato organizado e disposto a lutar. Além disso, havia no presidente João Goulart uma ponte de diálogo entre movimento social e governo, que dava sinais de inclinação real à reforma agrária e causava grande receio nos latifundiários brasileiros, assim como a outros países do continente americano. Sendo assim, o medo do comunismo foi também a mola precursora da implantação do pacote tecnológico, justificando, para os governantes o endividamento público nos anos seguintes após o golpe de 1964. Com a queda de Goulart, os militares optaram por um modelo de modernização baseado em alta inserção tecnológica e, totalmente contrário a reforma agrária.

Nesta época o BM atuava não somente financiando o crédito rural subsidiado, mas também em projetos de desenvolvimento regional (DR) de alto impacto como o Polonordeste - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste. Para Vieira (2008), o Polonordeste representou um embrião das futuras políticas do Banco

Mundial em desenvolvimento rural no Brasil. e evoluiu para o combate à pobreza contribuindo para a consolidação da forma de atuação do BIRD nos próximos anos.

Contudo, após a década de 1970 já havia a percepção da insustentabilidade financeira do SNCR e foi a partir deste período que houve a crescente participação de instituições internacionais, sobretudo, o BM no financiamento da agricultura e consolidação da dívida externa do país através do Banco Central (BACHA, 1985). Anos mais tarde, em avaliação contemplada por Bacha (1985) o BM viria a assumir que “os subsídios ao crédito agrícola no país causaram uma concentração de posse da terra maior do que aquela que poderá possivelmente ser desfeita através de reformas agrárias no contexto dos projetos de desenvolvimento para o Nordeste. O mesmo raciocínio se aplica em nível setorial”.

Bacha (1985) aponta que os empréstimos concedidos pelo BM serviram como porta de entrada, há muito desejada pelo BM, para introduzir suas condicionalidades macroeconômicas já que a forma pela qual decidiu ajustar seus empréstimos às condições da crise brasileiras deu-lhe oportunidade inédita de influenciar a formação da política econômica do país no médio e longo prazo do Brasil (BACHA, 1985).

Segundo Matos e Pessoa (2011), a modernização agrícola brasileira, assim como no México, visava o binômio produção e produtividade, sem levar em consideração os aspectos sociais e ambientais que poderiam ser originados pelo modelo em implantação. Também não levava em consideração a problemática estrutura fundiária pautada na concentração de terras e nem sequer tocava em reforma agrária,

Como é de se esperar, tal processo de modernização foi acompanhado por unidades de produção cada vez maiores, resultando também numa diminuição da distribuição de renda no setor agrícola (SILVA, 1980), pois o que se verificou no país foi uma modernização conservadora, onde o governo priorizava principalmente o fornecimento de créditos e vantagens à grande propriedade, sem promover uma mudança efetiva na estrutura fundiária, ou seja, sem reverter a concentração de terras e exclusão no campo (DELGADO, 2010). Por essas razões, a revolução verde brasileira, embora tenha produzido resultados bastante heterogêneos, acentuou a concentração de terras e desigualdades no país (DELGADO, 2010).

Em resumo, a inserção do BM na agricultura e desenvolvimento rural se deu como ponto estratégico de combate à fome e pobreza e teve como parceiros a FR e

Ford. A medida que foi se consolidando, ampliou para todos os continentes o mecanismo de modernização do campo focado em sementes híbridas, irrigação, insumos externos e maquinário, deixando um rastro de monocultura, desemprego rural, êxodo rural, contaminação de rios e lençóis freáticos, erosão e altíssima incidência de pragas e doenças cada vez mais resistentes a pesticidas e grãos de altíssimo desempenho perante condições “ótimas” e uso de maquinário próprio. Por ser um pacote caro e de difícil acesso para os agricultores, essa política tornou os países dependentes de capital financeiro e intelectual externo para o desenvolvimento agrícola, além de fomentar um crescente endividamento, tornando os países dependentes.

### **1.3 Críticas Ambientalistas e “Esverdeamento” do Banco Mundial**

As décadas seguintes (1960 a 1980) são marcadas pelo crescimento e ampliação da consciência em relação aos danos ambientais do crescimento econômico, o próprio limite do desenvolvimento e as consequências da agricultura “moderna”. Grande atenção começava a ser dada à questão ambiental no âmbito mundial, principalmente após a repercussão das denúncias sobre o uso agrícola de pesticidas químicos sintéticos publicadas no livro de Rachel Carson, “A Primavera Silenciosa”, em 1962 (SCOTTO et al, 2007).

O momento é marcado pela Primeira Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, onde foram abordados os principais problemas que acometiam o planeta naquele momento: industrialização, explosão demográfica e crescimento urbano, além de trazer à tona propostas de “desenvolvimento zero” e “ecodesenvolvimento”, ambas colocavam em cheque a questão dos limites ao crescimento (FOLADORI, 2001; SCOTTO et al, 2007).

Nesse momento clarificam-se as contradições entre países ricos e os pobres, e é proposto um desenvolvimento orientado pelo princípio de justiça social em harmonia com a natureza (SCOTTO et al, 2007) concentrando-se na dicotomia “norte-sul”, onde os países do Norte deveriam ter maior solidariedade com os países do Sul no que tange a preservação ambiental (SANDINO, 1994). Nessa perspectiva, os países ricos precisariam controlar a explosão demográfica e a produção, já os pobres necessitariam se desenvolver economicamente a níveis mundialmente aceitos (FOLADORI, 2001;

SCOTTO et al, 2007). Porém, não se discutia o que para Foladori (2001) correspondia ao centro do problema ambiental: a forma capitalista de produção.

No Brasil, a revolução verde seguia em franco desenvolvimento amparada em grande endividamento público e fomentando crédito com juros, em alguns casos, negativo para os agricultores, além da formação de diversos centros de pesquisa em diversas partes do país (DELGADO, 2010).

Mundialmente, na década de 1980, novos escândalos ambientais tiveram projeção internacional (SCOTTO et al, 2007). A finalidade agora para os países que se encontravam no centro da discussão era garantir um consenso internacional a respeito do uso racional dos recursos planetários, sem, contudo, mudar o sistema econômico em vigor. Se de um lado os recursos eram finitos, do outro o crescimento econômico era necessário, afirmavam os entusiastas. É justamente nessa fase que o conceito de desenvolvimento sustentável é definido e colocado em discurso público pela Comissão Brundtland, no relatório “Nosso Futuro Comum” de 1987. O desenvolvimento sustentável ficou então conhecido como a capacidade do desenvolvimento de garantir o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em fazer o mesmo (SCOTTO et al, 2007).

Esse movimento cresceu e refletiu economicamente e estrategicamente em todas as esferas mundiais e o BM acompanhou tal movimento, não por “boa vontade”, mas por pressões de diversas vertentes, principalmente canalizada por meio de Organizações Não Governamentais (ONGs). Essa fase é marcada pelo crescente ativismo dentro do congresso norte-americano por causas ambientais e nos anos 1980 e 1990 o tema dos direitos humanos que já havia conquistado espaço nos projetos do BM deu lugar ao do meio ambiente e os impactos da economia mundial no planeta, influenciando o Congresso e a própria política interna do BM, principalmente em termos do modelo de desenvolvimento proposto pelo banco (PEREIRA, 2011).

Pereira (2011) aponta que o Brasil teve grande papel neste processo de tomada de consciência mundial sobre as questões socioambientais principalmente com o projeto executado na Amazônia e de único financiamento externo do BM – o Polonordeste<sup>9</sup> e a

---

<sup>9</sup> Anunciado como a “maior reforma agrária” da história do Brasil, o Polonordeste prometia modernizar, reduzir a pobreza no campo e preservar o meio ambiente, respeitando os modos de vida dos indígenas. No entanto, por falhas diversas em sua execução, acabou sendo responsável por um dos maiores escândalos ambientais mundiais ao contabilizar a morte de milhares de pessoas por malária devido a ausência de serviços de saúde previstos no projeto, favorecer a expansão de madeireiros, garimpeiros e pecuaristas na região e aumentar vertiginosamente os índices de desmatamento florestal e violência na região Norte.

posterior morte do líder ambientalista Chico Mendes, um dos líderes da campanha contra o projeto.

Dentre os vários escândalos noticiados, o Polonordeste foi denunciado em 1983 publicamente como o caso mais extremo de devastação social e ambiental patrocinada pelo Banco, que ignorou as denúncias por dois anos, acreditando se tratar de um processo passageiro. Porém, as denúncias só cresciam e sua repercussão também, gerando documentários, audiências públicas diversas, produção intensa científica e, frente a pressão orquestrada pelas ONGs socioambientais que cada vez conseguiam mais espaço e influência na política norte americana, o BM teve de se curvar (PEREIRA, 2011).

Pereira (2011) considera os anos 1980 a década de “arrancada do banco em matéria socioambiental” (PEREIRA, 2011, p. 237) e a década seguinte como “componente da agenda produtiva e mercantil da instituição com respeito aos recursos naturais” (PEREIRA, 2011, p. 237), sendo que o padrão de confronto com as ONGs no passado, foi paulatinamente dando lugar a parcerias institucionais em torno de programas e projetos socioambientais (PEREIRA, 2011) com a criação do Global Environment Facility (GEF) no início da década de 1990. É neste contexto que nascem os projetos de desenvolvimento rural sustentável focados na microbacia que serão tratados adiante.

#### **1.4 O Banco Mundial e o Desenvolvimento Sustentável na Atualidade**

O pesquisador João Márcio Pereira desenvolve a tese de que o BM atua como ator político, financeiro e intelectual de alta e, muitas vezes, sutil atuação global, principalmente em países em desenvolvimento. O autor procura deixar visível que o Banco vem modificando suas frentes de atuação à medida que o capital financeiro transita de uma área pra outra, porém, sem trilhar caminhos claros de atrito com governos, muito pelo contrário, atua na criação de consenso e sua interferência é, na maioria das vezes, muito desejada pelos Estados.

Assim como Pereira (2011), Horta (2011) pesquisadora e ex-consultora da ONU atribui ao BM papel central nos esforços para promover o DS nas últimas décadas, atuando principalmente através de financiamento a projetos que recuperem a perda da biodiversidade e reduzam a pressão climática global.

Em ocasião da Eco – 92<sup>10</sup>, o BM criou o GEF e assim inaugurou, através de seu relatório “Meio Ambiente e Desenvolvimento”, a ideia de proteção ambiental atrelada à redução da pobreza. A novidade trazida pelo banco naquela época se traduziu nas suas recomendações oficiais, baseadas em estudos aplicados e afirmavam, com veemência, que a gestão de recursos naturais deveria ser feita levando em consideração a redução da pobreza, caso contrário, os esforços em desenvolvimento retrocederiam em pouco tempo (HORTA, 2011). Esta aceção ecoou entre os diversos agentes financeiros globais e fez nascer, a partir dali, uma nova visão de políticas para o DS mediadas pelo banco.

Assim sendo, o GEF foi desenvolvido para atuar como um braço do BM na transferência financeira de recursos do Norte para o Sul, no intuito de enfrentar os desafios da cooperação internacional para soluções ambientais (HORTA, 2011). No entanto, após não conseguir alavancar uma quantidade considerável de recursos a justificar a intensificação de suas ações, o GEF, fruto da Eco-92 foi perdendo força nos anos seguintes, dando lugar ao Fundo Verde do Clima (GCF).

Criada na Conferência das Partes (COP – Cancún, 2010), o GEF é ligado ao BM por meio de votação do G7, transformando-o em seu mandatário devido ao fato do Banco ser o credor mais influente do mundo para o desenvolvimento (HORTA, 2011).

No entanto, Horta (2011) argumenta que o BM falhou sucessivamente em preservar o meio ambiente e, como menciona, causou problemas muito maiores ao aplicar nos países tomadores de empréstimos as medidas determinadas pelo Consenso de Washington chamadas de ajustamento estrutural:

O ajustamento estrutural que surgiu em força na década de 1980 quando a combinação de queda dos preços das mercadorias e o crescente déficit do setor público levou à escalada de contração da dívida por parte de muitos países, é um caso a apontar. Os empréstimos foram concedidos em troca da adoção, por parte dos governos, de um conjunto de reformas-padrão de política econômica, onde se incluíram a desregulamentação, privatização e a liberalização do comércio, e que ficou conhecida como Consenso de Washington. Todas essas medidas tem implicações ambientais e sociais que não foram adequadamente avaliadas e levadas em consideração (HORTA, 2011, p. 55).

---

<sup>10</sup> Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), que reuniu 193 delegações diplomáticas para discutirem, na cidade do Rio de Janeiro, o modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável (OLIVEIRA, 2012).



E complementa citando os danos específicos da implementação dessas medidas:

Um exemplo seria a diminuição do papel do Estado nas economias nacionais apoiadas por empréstimos de ajustamento estrutural. Uma consequência não intencional foi a redução da capacidade nacional e local de gerir os problemas ambientais, tais como lidar com a deflorestação e poluição da água. Os potenciais impactos que este fato teve nos meios de subsistência locais e de saúde pública não foram considerados (HORTA, 2011, p. 55).

O próprio banco, como lhe é de costume, reconhece esses problemas no relatório em 2000 concluindo que “os empréstimos às reformas de políticas macroeconômicas orientadas para o crescimento tiveram impacto altamente negativo sobre as capacidades nacionais” (HORTA, 2011, p. 55). Em 2004, o BM substituiu o termo “ajustamento estrutural” por “empréstimos para políticas de desenvolvimento”, objetivando incluir a boa governança e “alerta as forças corrosivas da corrupção”, alargando, como aponta Horta (2011) o Consenso de Washington.

Assim, o BM construiu, através de sua inteligência e influência em torno da gestão ambiental, um novo estandarte de captação de recursos, obtendo só em 2008 a quantia de US\$ 6,1 bilhões em doações adicionais dos governos ao Fundo de Investimentos Climáticos, gerido pelo órgão, o que deveria ter sido “oportunidade única de reformar a carteira do Grupo Banco Mundial e assegurar que todas as suas atividades de atribuição ou não de crédito seriam consistentes com os objetivos da proteção climática (HORTA, 2011), o que, de fato, não ocorreu.

A autora faz então uma breve análise dos projetos subsequentes financiados pelo BM, incluindo empréstimo a empresas que exportam o óleo de palma (altamente degradante ambientalmente por ser cultivado em larga escala em forma de monocultura), além dos investimentos em projetos de carvão – o mais poluente de todos os combustíveis fósseis, que atingiu níveis recorde nos últimos anos (HORTA, 2011) escancarando as ações controversas do banco.

Tecendo seus argumentos em torno das controvérsias embutidas nos financiamentos do banco, Horta (2011) adentra nas estruturas de monitoramento e observa que o próprio BM cria internamente fortes estruturas de inspeção e fiscalização dos projetos, como o Painel de Inspeção e, além disso, contrata com frequência avaliadores externos, conforme o fez em 2003, por meio da contratação do Extractive

Industries Review (EIR), para reorientar e fornecer recomendações de investimentos no setor extrativista ao BM com objetivo de garantir a compatibilidade entre redução da pobreza e DS.

Na ocasião, o EIR teria recomendado suspensão imediata de todos os investimentos em carvão e uma eliminação de forma gradual dos investimentos em combustíveis fósseis (HORTA, 2011), opção não adotada pelo Banco, que seguiu atribuindo papel dominante na carteira energética esse tipo de investimento. O que se observa ao traçar um contraponto de ações é que o BM age consecutivamente sem coerência no que se refere ao financiamento em DS e financiamento em desenvolvimento para combustíveis fósseis mesmo recebendo recomendações consecutivas para reordenar seus investimentos com vias a melhorar a sustentabilidade ambiental de seus projetos.

As avaliações do banco vem apontando graves deficiências no acompanhamento e supervisão das operações de crédito concedidas e apontam que não levam a qualquer mudança significativa em seu *modus operandi*. Um exemplo são os projetos que buscavam promover a participação social. No ano de 2013 o Banco Mundial publicou, após 10 anos de pesquisa, um relatório intitulado: “Localizing development: does participation work?”, onde fez uma análise da última década de seus investimentos em projetos de desenvolvimento participativo local. Neste documento, no qual o Banco revisitou mais de 500 experiências, são levantadas as principais fragilidades dos projetos com foco na participação social. A análise concluiu que os participantes tendem a ser homens, relativamente mais ricos, mais estudados, ou que dispõem de *status* sociais mais elevado (por casta ou etnia); são, em geral, politicamente mais conectados e geograficamente menos isolados; participantes de grupos locais mais fortes e com maior poder para influenciar a alocação de recursos, num contexto onde aproximadamente US\$ 85 bilhões de dólares foram investidos (WORLD BANK, 2013) pelo BM.

De um modo geral, o documento aponta que tais políticas tenderam a atrair e fortalecer grupos que já se encontravam em melhor situação, tornando mais provável a exclusão de grupos realmente necessitados ou excluídos dos processos de tomada de decisão. Adicionalmente, o documento apontou que os projetos falharam na construção de organizações coesas e resilientes, pois as redes formadas através dos comitês gestores tenderam a se dissolver quando os incentivos econômicos terminaram, o que

colocava em dúvida a sua capacidade de continuidade (WORLD BANK, 2013). Ou seja, recursos humanos, financeiros e energéticos foram investidos, por meio de endividamento público, em ações de participação social que, ao invés de reduzir as desigualdades sociais acabara por aumentar ainda mais o fosso entre os desiguais.

Horta (2011) dedica parte dos seus estudos a explicar as razões pelas quais o Banco mantém tamanha incoerência e segue mantendo seus *status* de “instituição mais capacitada para lidar com o DS” no mundo, encontrando resposta nos seus ex-funcionários. Nomeada publicamente de “cultura de aprovação” pela primeira vez pelo ex-vice presidente do BM, Willi Wapenhans, o antigo gestor afirma que os incentivos oferecidos aos funcionários do Banco se baseiam na movimentação de dinheiro e não nos reais resultados encontrados nos projetos em termos de redução da pobreza e promoção do DS. Esse discurso é corroborado, conforme aponta Horta (2011), por um ex-funcionário do BM Steve Berkman:

Obcecados com a movimentação de dinheiro para avançarmos nas nossas próprias carreiras, de alguma forma esquecemos as nossas responsabilidades fiduciárias e a simples lógica antiquada, à medida que aprovamos empréstimo após empréstimo, enriquecendo corruptos e assegurando que os pobres permaneçam em situação de pobreza (BERKMAN, 2010, p. 159 apud HORTA, 2011).

Portanto, desfrutando da sua posição de excelência para ditar regras e recomendações, o BM atua, em sua essência, na busca e criação de novos mercados para fazer circular mais dinheiro.

### **1.5 A Reforma Agrária de Mercado no Brasil: Projeto Cédula da Terra (PCT)**

Após o fim do regime militar e a crise de endividamento externo instaurada no país, houve uma série de sucessões presidenciais (Tancredo Neves, falecido antes de tomar posse; José Sarney – 1985-1990; Fernando Collor – 1990-1992 e Itamar Franco – 1992-1995). Neste período, o país vivia um processo de redemocratização e ajustamento econômico nos moldes do FMI. O BM passou a fomentar a descentralização das ações governamentais nos países clientes, em especial os países em desenvolvimento através do financiamento de projetos, mas também prestando assistência técnica altamente especializada para o seu desenvolvimento (PEREIRA, 2010).

Dagnino (2004) aponta esse período como paradoxal, tendo em vista que o desejo por democratização e descentralização política atendia a camadas e projetos políticos de sociedades distintos. Por um lado, a descentralização fazia parte de um escopo maior de implantação de um ideário neoliberal que via nesta perspectiva a redução das “mãos” do Estado e transferência de suas atribuições ao setor privado. Por outro, tornava-se cada vez mais desejada por movimentos pró-democracia que viam nela maior democratização de decisões e, por conseguinte, maior participação da sociedade civil. Portanto, descentralização e redemocratização foram pontos congruentes de caminhos opostos (DAGNINO, 2004; SABANÉS, 2002) por alguns anos.

Neste período a atuação do BM no Brasil se deu por meio da Reforma Agrária Assistida pelo Mercado (RAAM), que contava com os subprojetos: Reforma Agrária Solidária, no Ceará em 1996 e Cédula da Terra, de caráter nacional, no período de 1997 a 2002. No Ceará, a Reforma Agrária Solidária foi executada pela instituição estadual Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE) como um componente de ação fundiária do Projeto São José e recursos do BM. No mesmo ano foi criado o programa federal Cédula da Terra (PCT) com o nome oficial: Projeto Piloto de Reforma Agrária e Alívio à Pobreza em mais quatro estados do Nordeste (Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco) e no Norte de Minas Gerais, também com recursos do BM (SAUER, 2004; PEREIRA, 2011). A justificativa para a escolha dos locais foi a concentração da pobreza na região e o relançamento de programas de alívio de pobreza pelo BM no período de 1980 a 2001 (PEREIRA, 2011). Tais projetos vieram a ganhar maior visibilidade e abrangência nacional com a criação, em 1998, do Banco da Terra (suspensão em 2003) (MDA, 2007).

Posteriormente, em 2003 foi criado o Programa Nacional de Crédito Fundiário, incorporando o Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural como uma das linhas de financiamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado em 1999 pela medida provisória nº 1.911-12.

O PCT foi caracterizado oficialmente pelo MDA (2007) da seguinte forma:

Ao contrário da reforma agrária tradicional a terra não é desapropriada, mas comprada pelos beneficiários a preço de mercado, mediante negociação direta da associação com o proprietário, com avaliação e intermediação dos órgãos responsáveis pela implementação dos projetos. As associações beneficiárias recebem um crédito fundiário para o pagamento da terra – cujo

limite é de 15 módulos fiscais – benfeitorias, instalação e implantação de infraestrutura inicial, ficando responsável pelo pagamento da dívida aos órgãos financiadores (MDA, 2007; p. 22).

Em sua primeira versão, o projeto tinha como foco agricultores sem-terra, fossem eles assalariados, arrendatários, parceiros ou com terras insuficientes para a subsistência, entendida pelo governo como minifundistas. Tinha a meta de atender 15 mil famílias em três anos e custo total estimado em 150 milhões de dólares. Deste montante, 45 milhões de dólares seriam oriundos do governo federal e direcionados apenas para aquisição da terra, 90 milhões de dólares seria captado através do empréstimo do BM para os subprojetos de infraestrutura social comunitária e o restante seria alocado por governos estaduais, além de contemplar a contrapartida dos agricultores, principalmente em forma de mão-de-obra (PEREIRA, 2012).

O PCT teve seu término em 2002 e consumiu recursos na ordem de US\$ 121,3 milhões, provenientes do BM (US\$ 68,5 milhões), do governo federal (US\$ 45 milhões), dos governos estaduais (US\$ 1,9 milhão) e das associações (US\$ 5,9 milhões), distribuídos da seguinte maneira: compra de terras (US\$ 45 milhões); investimentos complementares (US\$ 66,4 milhões); assistência técnica e capacitação (US\$ 2,6 milhões); monitoramento, supervisão e administração (US\$ 2,1 milhões); avaliação e propaganda (US\$ 5,2 milhões) (Banco Mundial, 2003, citado por PEREIRA, 2012).

Segundo a proposta idealizada pelos economistas do BM, os agricultores poderiam escolher o lote e negociar direto com o vendedor numa transação voluntária e válida para as duas partes. O que se observou na prática foi uma situação de pobreza e falta de opções tão acentuada que fez com que, de modo geral, os beneficiários aceitassem pagar preços mais elevados pela terra de baixa qualidade, tencionando toda a racionalidade do projeto (BUAINAIN et al., 1999, apud PEREIRA, 2011). Além disso, a elaboração dos projetos produtivos não se deu antes da compra dos imóveis rurais, como prevê o modelo de RAAM, gerando uma cadeia de atrasos e longos períodos sem conseguir garantir qualquer renda através da aquisição do lote, já que não existia um planejamento de assistência técnica regular e montante de 5 mil reais destinados a investimentos comunitários, em grande maioria, acabaram sendo gastos, conforme relatório de Buainain (1999) *apud* Pereira (2011) de modo pulverizado em custeio e construção de infraestrutura básica.

Na prática, o observado foi a aquisição de terras inférteis ou de baixa produtividade, com escassez de água, concentradas em regiões menos dinâmicas e mais empobrecidas, o que, naturalmente, tornava o processo de produção de alimentos e até mesmo subsistência um desafio enorme (SAUER, 2010; PEREIRA, 2011). Além disso, ainda existia o agravante do endividamento. Sem conseguir meios de produzir e gerar renda, como poderiam os agricultores quitar os débitos junto ao programa? Desta forma, o PCT amargou números alarmantes de endividamento rural e abandono de terras, chegando a 75% nos cinco estados implantados (BUAINAIN et al., 2003 *apud* PEREIRA, 2011).

Ocorre que da forma como foi implantado, fica claro que a RAAM se contrapunha nitidamente à reforma agrária idealizada pelos movimentos sociais. Nesse arranjo a função social da terra, como determina a Constituição brasileira, não regia a política de redistribuição de terras. Caracterizou-se por ser uma política de compra e venda de terras, conforme:

Concebido e implementado como um instrumento alternativo à reforma agrária, o projeto Cédula da Terra não se mostrou capaz de fornecer um meio eficaz de promoção do desenvolvimento econômico e da justiça social no campo (PEREIRA, 2012; p. 133).

Ao fim do governo FHC, expectativa de modificações no programa era alta, principalmente quando o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva venceu as eleições em 2002, por ter uma pauta histórica de luta bastante atrelada aos movimentos sociais do campo, mas não foi o que aconteceu. Pressionados por frentes de diversas esferas tais como agronegócio e mercado financeiro, o Governo Lula (2003 a 2010) resolveu dar continuidade a reforma agrária nos mesmos moldes de FHC, agora com o nome de Programa Nacional de Crédito Fundiário, com cofinanciamento do BM.

Em tese, este programa entra no BM na linha de fomento ao combate à pobreza rural e tem como objetivo geral contribuir para a redução da pobreza rural e melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas (GALINDO, *et al*, 2015).

## **CAPÍTULO II - PROJETOS DE MICROBACIAS NO BRASIL: O RIO RURAL E SEUS ANTECESSORES**

### **2.1 Os Principais Projetos de Microbacias do Brasil**

Os projetos com foco em microbacia surgiram no Brasil na década de 1980 através de financiamento público federal (Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas – PNMH). Pesquisadores como Neto e Hespanhol (2009), Michellon e Reydon (2003) e Neto (2013) consideram que o despertar para a necessidade de intervir de forma mais sustentável nos biomas através de manejo ecologicamente correto e recuperação de solo e nascentes ocorreram não por acaso, afinal, os problemas ambientais severos oriundos da modernização agrícola começaram a ser observados e gerar preocupação aos órgãos públicos, conforme aponta:

Durante os anos 1980, surgem diversos programas, principalmente nos estados do Paraná (“Paraná Rural”) e em Santa Catarina (“Microbacias”), de manejo e conservação dos recursos naturais, voltados ao combate à degradação dos solos e das águas e visando a reverter os impactos acarretados pela modernização agrícola, bem como a aumentar a produção, a produtividade e a renda dos agricultores. A ideia de sustentabilidade é incorporada a esses programas (NETO E HESPANHOL, et al., 2009; p. 102).

Nesse contexto, em 1987 é criado o primeiro grande programa com foco em descentralização política e recuperação ambiental no país de atuação no campo, o PNMH, a partir das ações do Ministério da Agricultura, com os seguintes objetivos:

Manejar corretamente o solo e água; aumentar a produção e a produtividade da agropecuária; reduzir os riscos de secas e inundações; melhorar a qualidade da água; incentivar o fortalecimento das associações de produtores rurais; fixar o homem no campo; estimular o planejamento e a comercialização de alimentos nos municípios (OLIVEIRA, 2004 apud NETO, 2013; p. 93).

O programa tinha como diferencial a modificação da unidade de planejamento e ação de políticas públicas para o meio rural, que até o momento focavam nas características das propriedades e em sua produção/produto (NETO, 2013). Para Leal (2000) a nova abordagem permitia compreender a realidade em sua totalidade, permeada por elementos naturais, sociais, inter-relacionados e dinâmicos. Ao tratar a

atuação através do prisma de um conceito físico, NETO (2013) argumenta que é possível adotar um enfoque “além dos limites das fronteiras artificiais criadas pelo homem, que dividem propriedades rurais, estradas e municípios” (p. 92).

Contudo, Leal (2000) destaca que, ainda assim, essa análise teria limitações. Entre elas, o fato das bacias e microbacias não estarem isoladas, pelo contrário, serem permeadas por processos de entrada e saídas de recursos, interconectadas com outras bacias e microbacias. O PNMH tinha como meta a implantação de quatro mil microbacias hidrográficas entre os anos de 1987 a 1990, priorizando pequenos agricultores, acompanhando a tendência nacional das políticas públicas agrícolas que enfim passaram a dedicar maior atenção a pequenos agricultores a partir da década de 1980 (BARACUHY et al., 2003).

O projeto, já nessa época, visava ao uso e manejo adequado do solo com a preservação dos recursos naturais e melhoria das condições de vida nas comunidades rurais e urbanas (Brasil, 1987 *apud* Baracuhy et al., 2003) e era marcado também pelo ideário da descentralização, conforme Decreto nº 94.076 de 5 de março de 1987:

§ 1º - O Programa será executado por órgãos e entidades pertencentes à Administração Pública Federal, sendo gradualmente descentralizado mediante a transferência, disciplinada em convênio, de encargos e recursos para os Governos dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios (Decreto nº 94.076, 1987; s.p).

No entanto, o programa foi suspenso durante o governo Collor em 1990 devido à extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e da extinção da assistência técnica federal, que eram as executoras do PNMH. O programa não foi reativado em nenhum dos governos posteriores, dando espaço apenas a iniciativas locais financiadas pelo BM em parceria com os estados do Brasil (HESPANHOL, 2005).

Contudo, o PNMH inaugura no país o deslocamento da unidade de planejamento e ação de políticas públicas para o meio rural, que até o momento focavam nas características das propriedades e em sua produção/produto (NETO, 2013), atuando diretamente nos estabelecimentos rurais, definidos como unidades operativas (SABANÉS, 2002), para a MBH. Para Leal (2000) a nova abordagem com foco em microbacias permitia compreender a realidade em sua totalidade, permeada por elementos naturais, sociais, inter-relacionados e dinâmicos. Ao tratar a atuação através



do prisma de um conceito físico, NETO (2013) argumenta que é possível adotar um enfoque “além dos limites das fronteiras artificiais criadas pelo homem, que dividem propriedades rurais, estradas e municípios” (p. 92). Sabanés (2002) aponta que a adoção desse conceito colaborou significativamente para a geração de uma nova forma de política pública de conservação e manejo dos recursos naturais apontando uma nova racionalidade técnica.

O Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola - IICA (2001) considera que qualquer parte do território está incluída em uma bacia hidrográfica, exceto em locais de extrema aridez e a define como: área de captação de todas as chuvas cujas águas de excesso ou escoamento foram um escoadouro. A microbacia, por sua vez, é definida como: área de captação de água composta por pequenos canais de confluência delimitada por divisores naturais e, é constitui-se na menor unidade territorial capaz de agrupar variáveis ambientais sistêmicas (SABANÉS, 2002). Como é fácil perceber, por se tratar de uma delimitação física que não encontra limites de ordem privada ou pública, mas sim físico, requer uma equipe de especialistas em diversas áreas que terão de lidar com conflitos de diversas ordens em relação ao uso do solo e água (SABANÉS, 2002). Além disso, Leal (2000) destaca que, mesmo almejando alcançar unidades sistêmicas, a análise com foco nas MBH ainda teria limitações. Entre elas, o fato das bacias e microbacias não estarem isoladas, pelo contrário, serem permeadas por processos de entrada e saídas de recursos, interconectadas com outras bacias e microbacias, o que, de forma alguma, as tornam “isoladas” em uma unidade, mas sim compondo um sistema complexo e em constante movimento.

Ao final de cada projeto de microbacias o BM fez sólida avaliação de pontos diversos em relação aos objetivos traçados para que servissem, não só como prestação de contas, mas de exemplo para outras iniciativas nacionais, o que permitiu um fácil e rápido acesso de pesquisadores e também a possibilidade de comparar e modificar a atuação dos executores durante implementação dos projetos. Assim sendo, para compreender o Rio Rural e sua metodologia de ação, é importante acompanhar a forma como foram executados os projetos anteriores, seus desafios, resultados encontrados e mudanças estratégicas. É a proposta deste capítulo.

## **2.2 Paraná Rural**

Concomitante a implantação do PNMH, surge no Paraná a primeira iniciativa de mesmo teor metodológico (foco em microbacias), caráter estadual e financiamento internacional do Banco Mundial – BIRD. À rigor, o Paraná Rural se tornou então o primeiro projeto nacional com foco em recuperação e desenvolvimento sustentável de microbacias do país com cofinanciamento do BM no Brasil e sua relevância deve ser considerada, já que foi a partir da experiência de sua execução que os projetos posteriores foram planejados e colocados em prática.

Aprofundando em números, o projeto de microbacias hidrográficas nomeado “Paraná rural” - Programa de Manejo das Águas, Conservação do Solo e Controle da Poluição em Microbacias Hidrográficas, foi executado na década de 1989-1996 (FLEICHFRESSER, 1999; SABANES, 2002, D’OLIVEIRA, 2016) com investimentos na ordem de US\$ 161,87 milhões, sendo 63,00 milhões do BIRD e 98,87 milhões de dólares do governo Estadual (D’OLIVEIRA, 2016). O projeto atingiu uma área de 7,10 milhões de hectares, distribuídos em 2.433 microbacias hidrográficas, totalizando um atendimento a 213.993 produtores em 392 municípios do estado do Paraná (MICHELON e REYDON, 2003, p. 176).

Segundo Fleichfresser (1999), a formulação do projeto se deu devido ao diagnóstico de que o principal problema no Paraná, em relação aos recursos naturais, era a erosão hídrica, sendo esta a causadora de diversos outros males como degradação e perda do solo, redução da produtividade agropecuária, enchentes e poluição, aumentando os custos do tratamento de água para consumo doméstico. Tais problemas, segundo apontam os manuais operacionais do projeto, são oriundos do mau uso do solo e baixo uso de tecnologias conservacionistas, além o mau uso de implementos agrícolas (FLEICHFRESSER, 1999).

Buscando investigar a formação de redes conservacionistas no programa Paraná Rural, Fleichfresser (1999) dividiu sua análise de resultados em áreas de alta, média e baixa prioridade, concluindo que as áreas de alta prioridade, assim como as ações conservacionistas direcionadas a pequenos e médios produtores, tiveram resultado mais satisfatório que em outros casos. A autora atribui esse fato a “características regionais”, tidas no artigo como mais dinâmicas e mais alta qualificação dos técnicos direcionados para as áreas de alta prioridade.

[...] pode-se considerar que as regiões mais dinâmicas dispõem de atributos que fazem com que se concretizem, na prática, os arranjos institucionais e a formação de redes ou parcerias entre os agentes locais. Cabe lembrar também que na alta prioridade localizam-se as regiões com maior aptidão natural para a produção agrícola, mais modernizadas e dinâmicas, nas quais predominam os empreendimentos familiares, que detêm capacidade de investimento e, conseqüentemente, de adoção das práticas e técnicas conservacionistas (FLEICHFREISSER, 1999, p. 73).

E acrescenta ainda que o resultado positivo do projeto se deu devido às metodologias de gestão participativa, concluindo que o Paraná Rural contribuiu exitosamente para a formação de redes de conservação de recursos naturais no estado (FLECHFREISSER, 1999). No que se refere as técnicas sustentáveis estimuladas pelo programa, Sabanés (2002, p.115) aponta que sua adesão foi aquém das metas: “observou-se que em geral para a maioria das práticas difundidas como reflorestamento, adubo orgânico, terraceamento mecânico, calagem, entre outras, a adoção por parte dos agricultores não foi a esperada”. Segundo o autor, os agricultores alegavam problemas na estrutura administrativa e, acima de tudo, demora em receber os créditos, além dos custos elevados das técnicas mencionadas.

O autor também divide sua análise em áreas de alta, média e baixa prioridade (conforme os próprios Manuais Operacionais - MOPs) do Paraná Rural o fazem), demonstrando pior desempenho em todos os objetivos do projeto, inclusive organização social em áreas de média e baixa prioridade devido a diversos fatores, entre eles: baixo nível educacional dos técnicos responsáveis pelas áreas, menor poder de endividamento e instrução dos agricultores envolvidos, baixa organização em forma de associações e cooperativas e inserção dos produtos na economia. No entanto, conclui que foram superados os objetivos originais do projeto Paraná Rural em relação à implementação de técnicas produtivo-conservacionistas (SABANÉS, 2002).

Tais pesquisas são por hora apresentadas neste capítulo com o objetivo de clarificar as questões levantadas por pesquisadores desde os primeiros projetos de microbacias no Brasil com vistas a compreender se as observações expostas na literatura formam uma constante ou diferencial em relação ao Rio Rural.

### **2.3 Microbacias – Santa Catarina**

Sem considerar a fundo tais análises, em 1991 o governo de Santa Catarina resolveu firmar empréstimo similar ao Paraná Rural para o BIRD, dando início ao projeto de microbacias com mesma metodologia chamado “Microbacias” - Projeto de Recuperação, Conservação e Manejo dos Recursos Naturais em Microbacias Hidrográficas (1991-1999). O governo considerou, sobretudo, estudos que apontavam degradação edáfica, perda de solo, erosão e baixa produtividade, além de 85% dos recursos hídricos comprometidos pela poluição, devido, em grande parte ao desenvolvimento dos complexos agroindustriais da suinocultura e escassez do monitoramento dos seus dejetos, altamente poluentes, assim como casos extremos de enchentes em 1983 e 1984 para a implementação do projeto (COSTA, 2000), tendo os mesmos objetivos da versão do Paraná. Sua estratégia de atuação era baseada em aumento da cobertura vegetal, controle do escoamento das águas da chuva e na melhoria da estrutura física dos solos. O projeto abrangeu 534 microbacias, 105.444 agricultores assistidos e utilizou recursos na ordem de US\$ 71,6 milhões, dos quais US\$ 33 milhões financiados pelo Banco Mundial e US\$ 38,6 milhões de contrapartida do governo estadual ao longo dos 8 anos (COSTA, 2000).

O projeto apresentou também como método a gestão participativa de práticas conservacionistas por eles definidas, que para Costa (2000), foram exitosas, muito embora tenha destacado dificuldades de organização de grupos. A equipe técnica do projeto reconheceu em vários documentos a dificuldade que os agricultores tinham para se organizar em grupos. O autor argumenta que a razão para tal dificuldade pode ser atribuída a estrutura fundiária dominante no Estado, onde propriedades de até 50 hectares constituem quase 90% dos estabelecimentos rurais (COSTA, 2000; p. 15) sendo manejadas exclusivamente por seus membros familiares, dificuldade a saída para reuniões. Apesar dos obstáculos, Costa (2000) considera que a autogestão foi desenvolvida de forma satisfatória ao considerar a recriação da Associação de Moradores e ampliação de participação nos Conselhos de Microbacias e Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural.

Autores como Navarro (2010), citado por Neto (2013), destacam fatores que contribuíram para o alcance de bons resultados nos projetos de microbacias executados até então: flexibilidade desses projetos, que contaram com diversas alterações em seus Manuais Operacionais com vistas a melhor se adequar a realidades diversas, atuação dos extensionistas locais, que segundo o autor, tiveram habilidade suficiente para

atender o produtor rural sem desmerecer os seus conhecimentos empíricos. Neto (2013) complementa apontando ainda a proximidade com as prefeituras, a crucial participação dos beneficiários, que aderiram com boa vontade aos projetos e a descentralização das ações dos projetos, que permitiu maior fiscalização e monitoramento das atividades implementadas.

#### **2.4 Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas de São Paulo (PEMH-SP)**

Até então os estudos referentes aos projetos de microbacias tinham como foco análises físico-químicas de seus impactos, apesar de terem tecido observações a respeito de aspectos socioeconômicos, como, por exemplo, a baixa participação feminina (COSTA, 2000) e satisfatória participação social na gestão descentralizada do projeto (FLEICHFRESSER, 1999; SABANÉS, 2002). Esta boa avaliação dos projetos fez com que sua replicação em outros estados fosse desejada, até que alguns anos mais tarde foi implantado no estado de São Paulo o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH) em São Paulo, no período de 2000-2006 (NETO E HESPANHOL, 2009).

No entanto, antes mesmo de aprovar empréstimo junto ao BM para a execução do projeto, o estado de São Paulo, considerando os problemas ambientais graves gerados pela exploração intensa dos recursos naturais, implantou o PEMH com recursos exclusivos do tesouro estadual no período de 1987 a 1997 (NETO, 2013). Dentre as ações desenvolvidas destacaram-se: terraceamento, calagem e adequação de estradas rurais (MARTINS, 1991). Porém, devido à escassez de recursos humanos e financeiros, o estado decidiu solicitar junto ao BM empréstimo no ano de 1994, sendo somente aceito em 1997 e assinado no ano de 1999 (NETO, 2013).

Desta forma, o projeto recebeu uma quantia de US\$ 124.342.000,00, sendo US\$ 55.348.200,00 de financiamento do BM e US\$ 69.342.000,00 contrapartida do estado, fazendo, portanto, novas adaptações ao projeto que agora deveria atender algumas exigências do BM, tais como: “valorização da dimensão ambiental, definição de critérios socioeconômicos para escolha dos beneficiários, garantia de participação dos produtores na elaboração do Plano da Microbacia, descentralização das ações e transparência na aplicação dos recursos” (NETO, 2013, p.100).

O projeto passa então a ter objetivos mais próximos aos projetos de microbacias já implantados que versam sobre o aumento de produção, produtividade e geração de renda através do prisma da sustentabilidade, além de aprimorar a assistência técnica com vistas a alcançar o manejo adequado dos recursos naturais (NETO, 2013). Teve ainda como meta atender 1.500 microbacias, com 90 mil produtores. Porém, devido a problemas de atraso e redução na liberação do montante financeiro, a meta foi reduzida para 950 microbacias.

Neto (2013) aponta aspectos positivos no projeto, uma delas seria a prevalência de parâmetros ambientais na priorização das áreas com o objetivo de evitar favorecimento político nas escolhas das áreas atendidas, além da já conhecida divisão entre áreas de pequena, média e alta prioridade.

Whitacker (2017) afirma que durante a fase de planejamento das ações o BM sinalizou a possibilidade de contratar uma empresa terceirizada para administrar o PEMH, ou contratar o IICA para formar uma estrutura administrativa paralela à CATI, fato este que levou a um conflito interno muito grande. A solução encontrada pelas partes foi a de contratar consultores especializados para trabalhar junto com a instituição (WHITACKER, 2017).

Para Hespanhol (2005) foi nesta demora na operacionalização do PEMH que a influência do Banco se apresentou já que, se a CATI não adequasse sua estrutura e funcionamento às normas BM, o financiamento poderia ser cancelado, “deste modo, quem estava na escala superior de comando não era nem a SAA nem a própria CATI, mas sim o Grupo BM” (WHITACKER, 2017).

Apesar das análises de Neto (2013) serem boas, os estudos de Whitacker (2017), sobre o PEHM concluíram que houve manipulação nos resultados divulgados pelo projeto visando disfarçar os baixos resultados reais deixados nas microbacias do estado. O autor ainda questiona o papel como agente fomentador do desenvolvimento sustentável que o banco procura captar para si, contrariando toda a sua história de financiamento a projetos sem qualquer preocupação ambiental, além de aliança com o FMI e a Organização Mundial de Comércio (OMC), os chamando de ferramentas de consolidação do Capital, fazendo um paralelo com os incentivos a monocultura da cana-de-açúcar no estado.

Para Hespanhol (2005), a problemática oriunda de uma gestão com foco em microbacias inicia-se por tratar o território<sup>11</sup> de uma forma diferente da qual a população que lá vive o trata, sendo, portanto, entendida como uma proposta de gestão “de fora pra dentro”, correndo o risco de não valorizar o território, sua organização pré-existente, tampouco as iniciativas de gestão já implantadas que comprovaram ser eficazes para a comunidade. Hespanhol (2005, p. 106) aponta também um problema de ordem territorial ao tratar do PEMH, em São Paulo:

O fato de não haver articulação com o nível regional a unidade espacial adotada para a intervenção é a microbacia hidrográfica, no entanto, as ações ocorrem no âmbito de cada município isoladamente. Neste caso, se o rio ou córrego principal ou secundário da microbacia perfizer o limite territorial do município, o que é muito comum, cada um executara o projeto nos seus domínios sem que haja a necessária integração das ações no âmbito da microbacia hidrográfica, como preconiza o programa (HESPANHOL, 2005; p. 106).

Hespanhol (2005) conclui que o projeto foi importante e apresentou resultados positivos para a natureza e comunidades atingidas. Já Clemente e Oliveira (2015), analisando a descentralização administrativa e o incentivo ao associativismo pelo PEMH, concluíram que houve baixa adesão e, portanto, baixa representatividade da participação social no projeto, conforme:

No entanto, o caráter “induzido” da participação social tem resultado em baixa adesão e representatividade e, de certo modo, legitimidade, já que o envolvimento dos proprietários rurais muitas vezes ocorre apenas para acessarem as subvenções do programa de microbacias (CLEMENTE; OLIVEIRA, 2015, p. 22).

Apesar de incentivar a formação de associações, os autores ainda afirmam que o projeto não conseguiu contemplar esferas técnico-agronômicas e socioeconômicas na mesma proporção, comprometendo de modo significativo o desenvolvimento rural sustentável. Em relação a participação dos atores locais na autogestão, Clemente e Oliveira (2015) apresentaram que os possíveis efeitos positivos de uma gestão descentralizada foram “bloqueados” pela atuação maciça de relações sociais baseadas

---

<sup>11</sup> Para fins deste estudo adotou-se a dimensão de território descrita por Lima (2016, p. 13) “território é um espaço geográfico, que apresenta fronteiras fluídas, é social e historicamente construída, onde os atores sociais (re)produzem e (re)significam sua cultura. É o espaço de disputa entre as arenas de poder, que possui aspectos tangíveis e intangíveis”.

em clientelismo e autoritarismo das classes dominantes locais, impedindo a participação social de classes menos privilegiadas na tomada de decisões sobre o projeto.

Dentro do aspecto das relações sociais geradas pelo projeto através do foco em autogestão, Clemente e Oliveira (2015) trazem reflexões que apontam para o que chamam de “estranhamento existente em relação a questão da reforma agrária e a implantação de assentamentos rurais” (p. 30). Conforme ilustra a fala de um entrevistado dos autores:

Outro problema é a questão da identidade: nossa federação é composta por produtores tradicionais e também tem os assentados - não fazemos distinção - desde que esteja na terra, também é um produtor. Mas não concordamos com o conceito de agricultura familiar, que dá ideia de estarmos correndo para assentar as pessoas, nós praticamos o agronegócio familiar, queremos outro tipo de tratamento, pois somos responsáveis por mais de 85% da produção de alimentos. (Informação Verbal, CLEMENTE E OLIVEIRA, 2015, p. 30).

Na fala acima de um dos membros da federação, é possível identificar uma exigência, por parte dos agricultores não assentados de diferenciação, ou de identificação distinta em relação aos demais membros, juntamente com a reivindicação de diferenciação dentro do próprio termo “agricultura familiar”.

Raschiatore e Moreira (2006) acrescentam ainda que apesar de ter sido criada a Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP), essa estrutura não foi totalmente implementada na prática, em especial pela falta de definição de quem responde por cada uma das unidades definidas para cada gerência, ficando algumas unidades sem um responsável direto ou, ainda, uma pessoa respondendo por mais de uma unidade.

Outra questão a ser destacada é que algumas unidades não foram, efetivamente, criadas até o momento da pesquisa, como é o caso da Unidade de Planejamento Estratégico e da Unidade de Auditoria Interna da Gestão. Os autores retratam que a unidade de planejamento estratégico seria de suma importância no sentido de monitorar e acompanhar as ações dos Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs), ainda absorver e tomar decisões rápidas em relação aos problemas decorrentes de diversos fatores, mas, sobretudo, atuar em situações de contingenciamento do orçamento (RASCHIATORE e MOREIRA, 2006).

É importante destacar que foi buscada literatura pertinente a respeito da atualidade das regiões onde foram implantados tais projetos, resultados calcificados,



possíveis dificuldades rompidas e resultados no médio e longo prazo, mas verificou-se que as pesquisas focadas na análise geral dos projetos se limitaram ao período de implementação e pós imediato comprometendo, portanto, uma visão mais ampla dos possíveis benefícios dos projetos de microbacias financiados pelo BM no Brasil.

## **2.5 Projeto RIO RURAL**

As informações que constam nessa seção tem a finalidade caracterizar o projeto, tecer um comparativo entre suas versões com preciso detalhamento de objetivos, resultados esperados e alcançados em todas as suas fases. Para tanto, foi feita aprofundada análise do Programa e Projeto Rio Rural.

### **2.5.1 É Programa ou Projeto? Breve histórico do Rio Rural**

Desde sua idealização, o projeto enfrentou problemas ao longo de todo o percurso que fizeram com que a parte de comunicação sofresse alto impacto financeiro, ocasionando dificuldade no acesso a documentos oficiais da SEAPPA, SEAPPI, EMATER e diversos parceiros do projeto após sua finalização oficial, em 2018. Essa situação foi gerada devido a descontinuidade do aporte financeiro que remunerava a empresa terceirizada na administração dos canais eletrônicos. Esse problema no acesso organizado a documentos gerou uma certa confusão de ordem categórica do Rio Rural observadas na literatura percorrida para o desenvolvimento deste trabalho.

Sendo assim, optou-se por inserir esta seção para situar o leitor acerca do que foi/é o Rio Rural. Para tanto, será usado como fonte documentos não publicados da SEAPPI cedidos através de parceria construída para a pesquisa entre a pesquisadora e coordenadora técnica do Rio Rural e Chefe Adjunta da EMBRAPA SOLOS, Helga Hestum Hissa.

Comumente, é possível encontrar em documentos oficiais e matérias de jornais a palavra “Programa” ao invés de “Projeto” Rio Rural ou vice-versa, isso se deu por uma espécie de concomitância de ações muito pouco documentada. Na realidade, o projeto Rio Rural GEF nasceu de uma proposta interna da SEAPPI, criada em conjunto com a Fundação SOS Mata Atlântica e ONG Conservação Internacional (CI) em 1999, e tinha

como precursor o Programa Estadual de Microbacias Rio Rural (PEHM-RJ), implantado em 1991. A equipe técnica que assumiu o programa reformulou suas ações, metodologia e objetivos, mas manteve o mesmo nome e foco na abordagem por microbacias, inclusive para solicitar recursos ao GEF e BIRD, por isso a aparente confusão.

Sendo assim, o Programa Estadual de Microbacias – Rio Rural (PEHM-RJ) esteve atuante desde 1991 a até os dias atuais e obteve financiamentos distintos que ocasionaram as modificações que serão discutidas neste capítulo.

Ao assumir o programa, a gestão pública estadual executora dos projetos financiados pelo BM encontrou um PEHM-RJ muito incipiente que documentava trabalhos desenvolvidos em 84 microbacias, porém, destas 22 microbacias tiveram apenas o diagnóstico dos seus problemas e interesses levantados, sem que houvesse nenhuma intervenção direta; 11 microbacias haviam sido contempladas apenas com contratação de agente de saúde; 9 microbacias receberam equipamentos como estufa e cozinha comunitária, mas sem articulação com outras ações. O grande marco desta fase, para a equipe executora do Rio Rural, foi a capacitação e planejamento participativo em microbacias para a equipe técnica que propiciou maior compreensão da EMATER acerca do que consiste a metodologia de gestão participativa de microbacias.

De posse de tais relatórios, a equipe assumiu a gestão do programa sem recursos direcionados para sua execução, contando com o descrédito de agricultores perante as ações não concluídas no período de 1991 a 1999 e sem dados consistentes para lançar mão de uma proposta mais assertiva. Conforme fala do idealizador e Superintendente do Programa:

Nossa luta começou em 1999 na busca de ter um recurso. A gente achava muito difícil falar em desenvolvimento rural sustentável e não ter um recurso que desse sustentação às ações de práticas com objetivo de desenvolvimento rural sustentável. Nós começamos essa busca através de um projeto com o Banco Mundial, mas por questão econômica e política não foi possível isso seguir a diante. E aí foi quando o pessoal do banco gostou tanto da nossa proposta que nos ofereceu um recurso do Gef, que é um fundo de doação para o desenvolvimento global. Com esse recurso nós iniciamos por algumas áreas focais, inicialmente para a região Noroeste e Norte. Foi quando nós começamos então efetivamente. Mas isso só foi acontecer com desembolso em 2006, se não me engano. Quer dizer, de 1999 a 2006 nós trabalhamos com recurso muito limitado e até usamos nossos carros próprios para poder começar a fazer diagnóstico, essas coisas todas. Foi um momento bem difícil, mas também muito bacana. Foi um processo muito legal de construção da demanda junto com os produtores. Isso que foi o mais importante. Não foi nada feito de cima pra baixo, foi tudo debaixo pra cima. (GESTOR, 2020).

O gestor aponta em entrevista que o papel da Fundação SOS Mata Atlântica e a ONG Conservação Internacional (CI) foram essenciais no sentido de balizarem as práticas e propostas ao que desejam os financiadores internacionais.

Após reunião do BM com todas as secretarias do estado do Rio de Janeiro, o BM selecionou o Rio Rural para financiamento, em meados de 1999:

O BM estava aqui no estado em 1999. Representantes de todas as secretarias participaram da reunião e o banco selecionou o programa de microbacias, porque a gerente do banco que estava aqui já atuava nos programas de microbacias de Santa Catarina e Paraná. Na mesma hora ela se interessou por financiar esse. Só que, na época, o estado não tinha capacidade de endividamento, em 2002, então o *gestor* persistiu porque tinha uma boa proposta e aí nós fomos numa reunião dos diretores do banco. E aí o Robshinaider, ele ofereceu a possibilidade de fazer uma parte com recursos do GEF que não era nem um empréstimo e sim uma doação. Então foi assim que nasceu a primeira fase do programa Depois eu consegui uma capacitação e aí sim era por meio de empréstimo (Gestora, 2020).

Entretanto, devido à falta de capacidade de endividamento de Estado, a solicitação de financiamento ao Banco não foi aprovada. Por esta razão o Rio Rural GEF referiu-se a uma área menor do que aquela originalmente pretendida pela operação mista e também a uma perda de espectro de ação muito grande, focando apenas em consórcio de práticas conservacionista a produção agrícola, configurando senão o único, um dos únicos projetos de agricultura que receberam doação do GEF.

É importante destacar que o programa Rio Rural, reformulado pela equipe gestora sofreu grandes modificações para ser aceito pelo fundo ambiental. Essas alterações serão foco das próximas argumentações. Para tanto, esta análise se dará através dos objetivos gerais e específicos de cada fase do projeto e componentes e subcomponentes dos mesmos.

Objetivos do Programa Rio Rural (pré-GEF): “promover o desenvolvimento rural sustentável das comunidades localizadas em microbacias hidrográficas, cuja agricultura seja predominantemente de base familiar” e objetivos específicos:

a) promover o desenvolvimento de estudos para a otimização das intervenções nas microbacias hidrográficas; b) incentivar o manejo adequado dos recursos naturais renováveis; c) garantir uma maior disponibilidade e uma melhor qualidade de água; d) elevar a rentabilidade da unidade unifamiliar da produção; e) contribuir para o fortalecimento da organização

comunitária visando a gestão econômica, social e ambiental; f) promover ações preventivas de saúde; g) propiciar um campo educativo adequado ao desenvolvimento das potencialidades do jovem rural; h) introduzir tecnologia para o controle de erosão em estradas vicinais; i) dotar as microbacias de infraestrutura, capaz de oferecer suporte ao processo produtivo e ao bem estar social; j) promover a diversificação de culturas e o tratamento pós-colheita, otimizando o uso do solo e agregando valor à produção; k) promover o acesso à terra por parte dos produtores residentes e atuantes em áreas de microbacias hidrográficas, principalmente os jovens rurais, cujas áreas de produção estejam sobre exploradas e limitadas; l) reduzir a tendência de envelhecimento da população rural como consequência do êxodo; m) realizar uma intervenção holística, contemplando a participação comunitária em seus diversos níveis de decisão; n) valorizar a sabedoria popular, estabelecendo relações horizontais entre o extensionista e a comunidade (RIO RURAL, 2002, p. 55).

Balizado por demandas viscerais internas, a equipe reformuladora do programa encontrou um Rio de Janeiro extremamente precário no que se refere a agricultura, amargando níveis de vida no Norte e Noroeste Fluminense comparáveis aos observados no semiárido nordestino, segundo os Diagnósticos Rurais Participativos (DRP) levantados pela EMATER. Além disso, colocaram no centro da questão a insustentabilidade ambiental e um histórico cenário de desigualdade fundiária:

Qualquer projeto conservacionista que desconsidere a questão fundiária, não procurando reduzir este processo excludente, poderá até ser sustentável do ponto de vista ambiental e econômico, mas restrito socialmente e descompromissado com a nossa realidade (RIO RURAL, 2002, p. 55).

Identificando gargalos na preservação e conservação dos recursos naturais, conforme:

(...) Foram identificadas três situações de natureza fundiária que dificultam a preservação e conservação dos recursos naturais: áreas exploradas pela via contratual (parceria ou arrendamento), as cultivadas por posseiros e finalmente áreas cujo número de familiares a buscarem o sustento são ou começam a ser desproporcionais à capacidade de produção da terra. Em todas essas situações, a permanência na área (principalmente de jovens) é inviabilizada ou têm-se uma maior pressão sobre os recursos naturais, enquanto terras nobres encontram-se subtilizadas, muitas vezes destinadas ao pastoreio extensivo (Rio Rural, 2002, p. 55).

Isso por que o estado do Rio de Janeiro já era na época o segundo maior mercado consumidor do país, abrigando a terceira maior população e ocupando apenas 0,5% de área nacional e 95,5% da população concentrada em área urbana. Além disso, a pouca área rural que existe é marcada pela alta concentração de terras e um histórico

completo de abandono de políticas públicas direcionadas para a agricultura desde o declínio do crédito rural, menos ainda para a agricultura familiar - que nunca tinha sido alvo de um projeto desenvolvimentista antes. Tal cenário constituía enorme desafio para o Programa e o maior deles dizia respeito aos aspectos financeiros. Não havia um ambiente político favorável para concessão de empréstimos, pois o estado se encontrava inadimplente com o Governo Federal.

Baseados nos resultados do Diagnósticos Rurais Participativos (DRPs), o programa Rio Rural traçou então metas ancoradas em 7 componentes de atuação:

### **Quadro 1. Componentes do Programa Rio Rural**

<b>PROGRAMA RIO RURAL – 2002</b>	
<b>Componente I</b>	Estudos Básicos
<b>Componente II</b>	Manejo e Conservação de Recursos Naturais
<b>Componente III</b>	Apoio à Organização Rural
<b>Componente IV</b>	Infraestrutura Rural
<b>Componente V</b>	Apoio à Produção e à Comercialização
<b>Componente VI</b>	Ordenamento do Espaço Rural
<b>Componente VII</b>	Incentivo Financeiro ao Manejo em Microbacias

Fonte: Adaptado de RIO RURAL, 2002.

Apesar de ser um programa claramente desenvolvimentista e ancorado na crença na ecoeficiência, onde se acredita ser possível aumentar a produção e conservar a natureza concomitantemente, o Programa não fazia uma crítica a pressão do sistema capitalista em cima dos recursos naturais, principalmente em países em desenvolvimento, mas acertava ao almejar em seus objetivos a emancipação camponesa, que seria viabilizada através do fortalecimento do poder local e criação de polos de comunicação como telecentros e também ao colocar a questão fundiária como central, dando grande importância ao componente VI, tão necessário de ordenamento do Espaço Rural.

Apesar de notável importância, a proposta de reordenamento não obteve adesão governamental:

Estivemos discutindo especificamente esta proposta em reunião com os Superintendentes do INCRA da Região Sudeste ocorrida em Juiz de Fora, MG, no encontro do MST e CPT em Campos dos Goytacazes, RJ, e no

MDA, em Brasília. Em todas, a proposta foi considerada interessante, mas nada aconteceu concretamente até o momento, exceto os convites para novas discussões (RIO RURAL, 2002; p.55).

O documento apontava morosidade em planejar o processo de ordenamento rural do estado e ainda acrescentava que a SEAPPI não tinha intenção de competir com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA):

Não temos a pretensão de substituir os instrumentos de acesso à terra de iniciativa do poder público ou dos movimentos sociais, mas acrescentar uma alternativa às existentes no cenário fundiário atual, pois existe a possibilidade concreta de canalizar recursos de fundos ambientais para implantação de projetos fundiários, por incorporar a preocupação com o manejo sustentável dos recursos naturais (RIO RURAL, 2002; p.55).

Infelizmente esta proposta se perdeu, junto com a menção à política agrária do estado e, por pouco, não vai junto também a opção pelo desenvolvimento rural sustentável. Isso porque, nosso interlocutor aponta que a busca por uma metodologia e financiamento focado em conservação ambiental e práticas sustentáveis não agradou a todos, gerando conflitos técnicos dentro da própria SEAPPI sobre o modelo de agricultura que o órgão público deveria fomentar:

Internamente tivemos grande resistência porque na agricultura temos dois grandes grupos: o agronegócio e o grupo que pensa a agricultura de forma mais sustentável, buscando o equilíbrio. A discussão interna era bem forte e com grande resistência e criação de estratégias para superar. (GESTOR, 2020).

Contudo, este projeto, como já apontado, não foi possível ser financiado pelo BIRD devido à inadimplência estadual e incapacidade de endividamento, e nem pelo GEF, que exigia para, efetivar a doação, um projeto que atendesse metas ambientais mais expressivas e mensuráveis. As adequações necessárias foram feitas com a parceira com a SOS Mata Atlântica e CI, aprovando o recurso no ano de 2005 para realização no período de 5 anos.

### **2.5.2 Projeto Rio Rural GEF - Global Environment Facility**

É a partir deste momento que são iniciados os “projetos” Rio Rural e o primeiro deles foi intitulado: Projeto de Gerenciamento Integrado de Agroecossistemas em Microbacias Hidrográficas do Norte e Noroeste Fluminense - Rio Rural GEF, que ficou conhecido como Rio Rural GEF. Teve carácter experimental e demonstrativo, focado em preservação e conservação de recursos naturais, baseado na metodologia de ação focada autogestão e atuação em microbacias, sendo ela o *locus* de atuação das intervenções sustentáveis propostas pelo projeto.

Contou com aporte financeiro de US\$ 14,95 milhões, sendo US\$ 6,75 milhões oriundos de Acordo de Doação nº TF 054999 do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (Global Environment Found – GEF), US\$ 6,31 milhões do Governo do Estado e US\$ 1,89 milhões provenientes de cofinanciadores.

O valor individual por beneficiário era feito por ordem de pagamento em seu CPF, sendo o Banco do Brasil responsável pelo repasse. Esse modelo veio a ser substituído na fase 2 do projeto devido a determinações internas do próprio banco.

**Tabela 1. Valores e percentuais de investimentos de acordo com cada parceiro do projeto Rio Rural GEF**

<b>Financiadores</b>	<b>US\$ milhões</b>	<b>%</b>
Banco Mundial - GEF	6.750,1	45,2
Governo do Estado	6.308,2	42,2
Governo Federal	1.111,0	7,4
Beneficiários	760,9	5,1
ONGs	18,7	0,1
<b>TOTAL</b>	<b>14.948,9</b>	<b>100,0</b>

Fonte: MOP Rio Rural GEF, 2005

A justificativa à implementação do Rio Rural versada no projeto debruçava-se no fato do estado do Rio de Janeiro possuir alto percentual de Mata Atlântica em seu território e alto índice de espécies ameaçadas de extinção. Também era mencionado que, dentre todas as regiões, o Norte e Noroeste Fluminense são as que apresentam maiores índices de degradação ambiental (baixo IQM<sup>12</sup>), baixos índices sociais, além disso apresentam indicadores críticos de rentabilidade da agricultura familiar,

<sup>12</sup> O Índice Municipal de Qualidade do Meio Ambiente – IQM, instituído pelo Decreto nº 29.306, de 5 de junho de 2008, alterado pelo Decreto nº 32.482, de 29 de dezembro de 2017.

degradação dos recursos naturais e perda da biodiversidade. Esse cenário era justificado, segundo o MOP, pelo histórico de agricultura focada na monocultura que predominou na região durante alguns séculos e na exploração do carvão vegetal (MOP Rio Rural GEF, 2005).

Seguindo exigências do fundo ambiental, o Rio Rural GEF apresentou como objetivo geral:

Promover a autogestão sustentável dos recursos naturais por comunidades rurais através da adoção de práticas de manejo sustentável de recursos naturais (MSRN) dentro da abordagem de manejo integrado de ecossistemas (MIE), utilizando a microbacia hidrográfica como unidade de planejamento [...] (MOP RIO RURAL GEF, 2005, p. 6 e 7).

Comparando com o objetivo anterior do Programa Rio Rural, percebe-se como novidade a inserção de um vocabulário padronizado as práticas de desenvolvimento rural sustentável apresentado anteriormente, agora aprimorado por adoção de práticas e manejo sustentável de recursos naturais (MSRN) dentro do manejo integrado de ecossistemas (MIE), mantendo a microbacia como unidade de planejamento.

É nos objetivos específicos que se encontram as maiores alterações:

- a) aprimorar as estruturas política, legal e institucional existentes de apoio à agricultura sustentável, através do suporte de conhecimento, instrumentos e ferramentas essenciais para o estabelecimento de um ambiente favorável à construção participativa de condutas responsáveis dos agricultores para o MSRN/MIE;
- b) Motivar os agricultores à mudança de comportamento, visando a adoção de sistemas produtivos e alternativas econômicas ambientalmente amigáveis e socialmente justas, consoantes com as abordagens de MSRN/MIE;
- c) Aprimorar a capacidade local para o MSRN/MIE através de atividades de educação ambiental, capacitação e organização comunitária;
- d) Gerenciar, monitorar, e disseminar o projeto de forma democrática e coordenada com outras ações e programas locais, estaduais e nacionais (MOP RIO RURAL GEF, 2005, p.7).

Neles estão excluídos aspectos considerados importantes no Programa tais como: controle da erosão em estradas; ações preventivas de saúde; promoção do acesso à terra por parte dos residentes, principalmente jovens rurais cujas áreas de produção estejam limitadas; valorização da sabedoria popular. Ações essas que claramente deveriam contemplar um projeto de real desenvolvimento sustentável.



No entanto, o GEF decidiu apoiar apenas objetivos pontuais ambientais de rápido resultado, desconectados da demanda local, porém de alto impacto global já que, basicamente seus objetivos evidenciam o foco em conservação e preservação da natureza através do redirecionamento das práticas agrícolas para uma agricultura ecossistemicamente mais respeitosa e, acima de tudo, busca fomentar o fortalecimento e criação de uma estrutura política, legal e institucional de apoio à agricultura sustentável e estabelecimento de um ambiente favorável à construção participativa.

É também possível perceber que, neste primeiro momento, os agricultores foram vistos como agentes ativos no processo de transformação das práticas tradicionais em MSRN/MIE (respectivamente: Manejo Sustentável de Recursos Naturais e Manejo Integrado de Ecossistemas) que necessitam ser estimulados, organizados, capacitados e terem seu comportamento modificado, papel que o Rio Rural deveria desempenhar, segundo seu próprio MOP. Há um certo “ruído” nesta visão em relação ao que se entendia quando o programa foi reformulado, já que, por exemplo, o 14º objetivo do programa Rio Rural visava estabelecer relações horizontais entre extensionista e comunidade, valorizando o saber popular.

Em relação a sua estrutura interna, o projeto foi dividido em 4 componentes e 10 subcomponentes onde foram desenhadas metas específicas e traçada a sua avaliação final. O quadro 2 aponta a descrição de cada componente, subcomponente e as metas atingidas.

**Quadro 2. Rio Rural GEF**

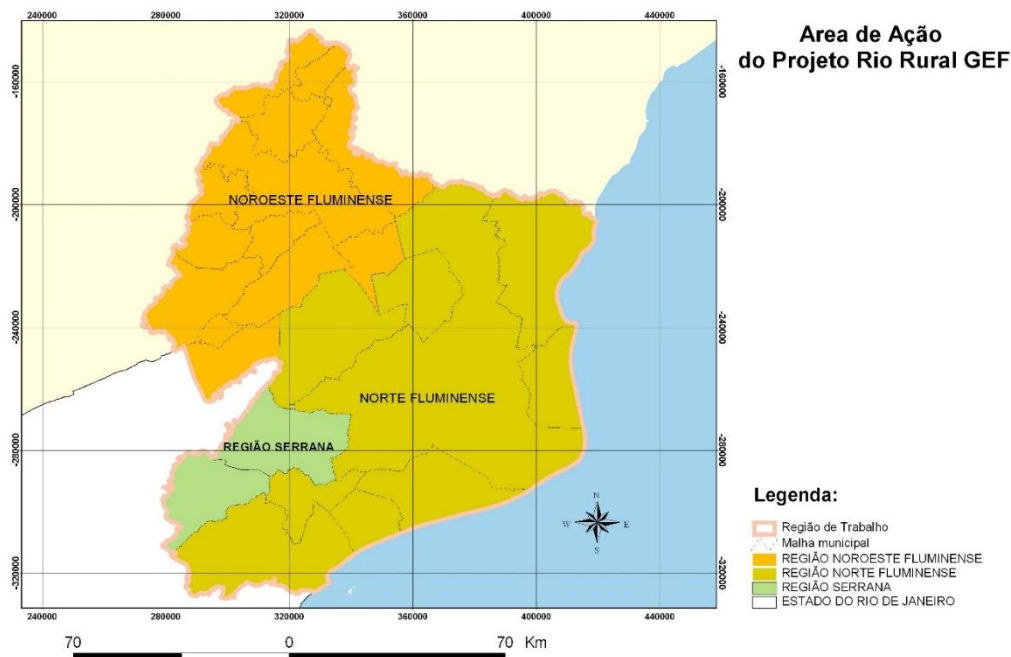
	<b>Componente</b>	<b>Subcomponente</b>	<b>Objetivos específicos</b>	<b>Metas</b>
<b>1</b>	Planejamento das Ações de MIE	Fortalecimento dos Sistemas de Incentivo e Planejamento para o MIE	Estudos prospectivos para aprimorar as políticas públicas	Desenho de Programa de Incentivos de longo prazo para dar sustentabilidade ao MSRN; Aprimoramento das linhas de crédito oficiais em apoio a implantação do MSRN; identificação das estratégias para a implantação do Corredor da Serra do Mar no Norte-Noroeste Fluminense.
		Planejamento Local para Adoção do MSRN/MIE em Microbacias Piloto	Assistência técnica em apoio à autogestão comunitária dos recursos naturais	50 Planos de Executivos de Microbacias; 2400 Planos Individuais de Desenvolvimento; 100 Grupos para incubagem; 25 Estatutos Comunitários de

				Condução.
2	<b>Sistema de Suporte à Adoção do MSRN</b>	Apoio Financeiro para Adoção do MSRN	Incentivos financeiros para facilitar a adoção de práticas sustentáveis	1000 agricultores e 150 grupos adotando MSRN com incentivos, integrados aos programas de crédito rural federal e estadual.
		Apoio a Adaptação de Práticas de MSRN	Adaptação de tecnologias às considerações locais	25 projetos de pesquisa adaptativa.
3	Organização e Capacitação para o MIEM	Organização Comunitária para auto-gestão dos recursos naturais	Capacitação de técnicos e beneficiários em autogestão	100 técnicos capacitados em metodologia de incubagem e elaboração de planos de incubagem. 50 planos de incubagem implantados e monitorados.
		Capacitação dos executores no MSRN	Capacitação de técnicos	160 técnicos capacitados na gestão do Projeto.
		<b>Capacitação e Educação Ambiental de beneficiários para o MSRN</b>	Capacitação de beneficiários	25.000 beneficiários participando de eventos; 12.900 beneficiários capacitados para a adoção do MSRN. 100 professores e 4000 alunos de escolas públicas participando de projetos de educação ambiental.
4	Gerenciamento, Monitoramento, Avaliação e Disseminação do Projeto	<b>Gestão Participativa do Projeto</b>	Gestão descentralizada e participativa	1 estrutura de execução do Projeto implantada; 1 estrutura de coordenação do Projeto criada e implantada.
		<b>Monitoramento e Avaliação</b>	Monitoramento científico e comunitário	1 sistema de acompanhamento físico e financeiro do Projeto implantado; 5 microbacias com monitoramento completo; 50 microbacias com monitoramento comunitário simplificado; 1 avaliação intermediária e 1 avaliação final do Projeto; 1 Auditoria Externa.
		<b>Disseminação do Projeto</b>	Material impresso, website e seminários	Elaboração de material de divulgação; 22 eventos de disseminação realizados.

Fonte: Adaptado de HISSA, 2020. Tese.

Modesto em suas metas, o Rio Rural GEF almejou atender apenas as regiões Noroeste, Norte e Serrana (alguns municípios, considerados recarga de aquífero) com um total de 50 das 461 microbacias identificadas no estado (Figura 1).

**Figura 1. Mapa da Área de Ação do Projeto e as divisas regionais e municipais**



Fonte: Manual Operacional do Projeto Rio Rural GEF (SEAAPI, 2005)

Para selecionar áreas prioritárias, o projeto usou como critérios: (1) a proporção da população local sobre o montante total do município, (2) a maior proporção de estabelecimentos da agricultura familiar dentre os estabelecimentos rurais, (3) a maior proporção de estabelecimentos da agricultura familiar com renda baixa ou quase insignificante sobre os demais estabelecimentos, (4) áreas para proteger e recuperar, (5) a presença de Unidades de Conservação e/ou HOTSPOTS<sup>13</sup> e, (6) maior suscetibilidade à erosão, uso e cobertura do solo. Além dos municípios do Norte e Noroeste Fluminense, foram acrescentados Santa Maria Madalena e Trajano de Moraes, que fazem parte da região Serrana, pois abrigam importantes nascentes dos rios Imbé e Macabu, de acordo com dados do MOP (2005).

Tão logo traçaram os objetivos do projeto, foram escolhidas as áreas prioritárias de atuação obedecendo os critérios abaixo:

**Tabela 2. Critérios para priorização de microbacias**

<b>Critério</b>	<b>Microbacias hidrográficas que:</b>	<b>Pontos</b>
<b>Biodiversidade</b>	Não possuem remanescente da vegetação primitiva	<b>1</b>
	Possuem pelo menos um remanescente da vegetação primitiva	<b>2</b>

<sup>13</sup> Traduzido para o português como “áreas quentes” de proteção ambiental, é definida por Norman Myers como áreas que: “feature exceptional concentrations of species with exceptional levels of endemism, and that, face exceptional degrees of threat” (MYERS, 1988; p. 187).

	Possuem remanescentes da vegetação primitiva indivisos com unidade de Conservação	<b>3</b>
<b>Água para abastecimento público</b>	Não possuem população dependente de suas águas para o abastecimento	<b>1</b>
	Possuem pelo menos uma comunidade dependente de suas águas para o abastecimento	<b>2</b>
	Abastecem áreas urbanas com suas águas	<b>3</b>
<b>Organização Comunitária</b>	Não possuem associações de produtores	<b>1</b>
	Possuem pelo menos uma associação de produtores	<b>2</b>
	Possuem além de uma associação de produtores, representante em CMDRS ou Conselho de gestão de recursos hídricos	<b>3</b>
<b>Concentração de agricultores familiares</b>	Possuem até 40 famílias	<b>1</b>
	Possuem entre 41 e 60 famílias	<b>2</b>
	Possuem mais de 60 famílias	<b>3</b>

Fonte: Extraído do Resumo do Rio Rural Gef, 2002 – SEAPPI.

Neles é possível verificar que as condições de maior pontuação estão nas áreas com vegetação primitiva que cortam unidades de Conservação, abastecem áreas urbanas, possuem, além de organização social, um representante em conselho de DRS ou de gestão de recursos hídricos e, ainda, microbacias com mais de 60 famílias.

A partir da caracterização, duas tipologias foram adotadas: áreas designadas como de “ação direta” e áreas de “ação indireta”. A área de ação direta determinada abarcou as regiões Norte e Noroeste Fluminense, que compreendia 1/3 do território total alvo do projeto, composto por 8 subbacias a saber: Rio Imbé (Bacia da Lagoa Feia); Rio Doce/Quitingute (Bacia do Paraíba do Sul e Lagoa Feia); Rio Macabu (Bacia da Lagoa Feia); Rio São Pedro (Bacia do Rio Macaé); Rio Muriaé (Bacia do Rio Paraíba do Sul); Rio Guaxindiba e suas subbacias; Rio Pomba (Bacia do Rio Paraíba do Sul); Rio Grande/Dois Rios (Bacia do Rio Paraíba do Sul). Das oito, cinco delas foram tratadas como prioritárias. São elas: 1- Rio Muriaé (Bacia do Rio Paraíba do Sul); 2- Rio Imbé (Bacia da Lagoa Feia); 3- Rio Doce/Quitingute (Bacia do Paraíba do Sul e Lagoa Feia); 4- Bacia do Rio Guaxindiba e suas subbacias); 5- Subbacia do Rio Macabu (MOP Rio Rural GEF, 2005) e de ação indireta a região Serrana.

O projeto se divide em esferas distintas de atuação, tais como: subbacia, municipal e microbacia e destaca quais atividades deveriam ocorrer nos diferentes níveis.

#### Atividades na Subbacia:

- a) Estratégias de MSRN para o setor rural;
- b) Apoio à implementação da iniciativa do Corredor de Biodiversidade da *Serra do Mar* no Norte-Noroeste Fluminense;

- c) Formulação de um Programa de Incentivos a Agricultura Sustentável para dar sustentabilidade à adoção de MSRN/MIE após o término do projeto e à extensão desta abordagem em todos os municípios do Estado;
- d) Monitoramento, avaliação e disseminação do projeto (MOP Rio Rural, 2005; p. 9).

#### Atividades no âmbito municipal (24 municípios):

- a) Treinamento, capacitação e programas de educação ambiental para melhorar a capacidade local e aumentar o apoio público para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais,
- b) Estabelecimento de uma relação de corresponsabilidade entre os municípios e os executores do projeto.

#### Atividades nas microbacias (50 microbacias):

- a) Desenvolvimento de Planos Executivos de Microbacia (PEM), Planos Individuais de Desenvolvimento (PIDs) e Estatutos Comunitários de Conduta (ECCs);
- b) Incentivos a agricultores individuais ou em grupo para adoção de melhores práticas de manejo sustentável dos recursos naturais;
- c) Pesquisa aplicada para apoiar a adaptação de práticas de manejo do solo e soluções tecnológicas já existentes às condições agroecológicas locais;
- d) Capacitação dos agricultores e outros atores locais;
- e) Monitoramento simplificado visando o maior envolvimento e apropriação das informações pelos agricultores (MOP, Rio Rural GEF, 2005; p.10).

O MOP (2005) também apresenta os beneficiários primários do projeto. Este grupo é composto por agricultores e trabalhadores rurais; jovens, mulheres e idosos rurais que vivem nas localidades abarcadas pelas microbacias; professores de escolas públicas de ensino fundamental que tenham como público crianças e jovens das áreas rurais; líderes comunitários (membros de conselhos e associações); ONGs e técnicos executores.

Para fins de implementação, o projeto Rio Rural foi estruturado compreendendo três fases: sensibilização, planejamento e execução, como ilustrado na Figura 2.

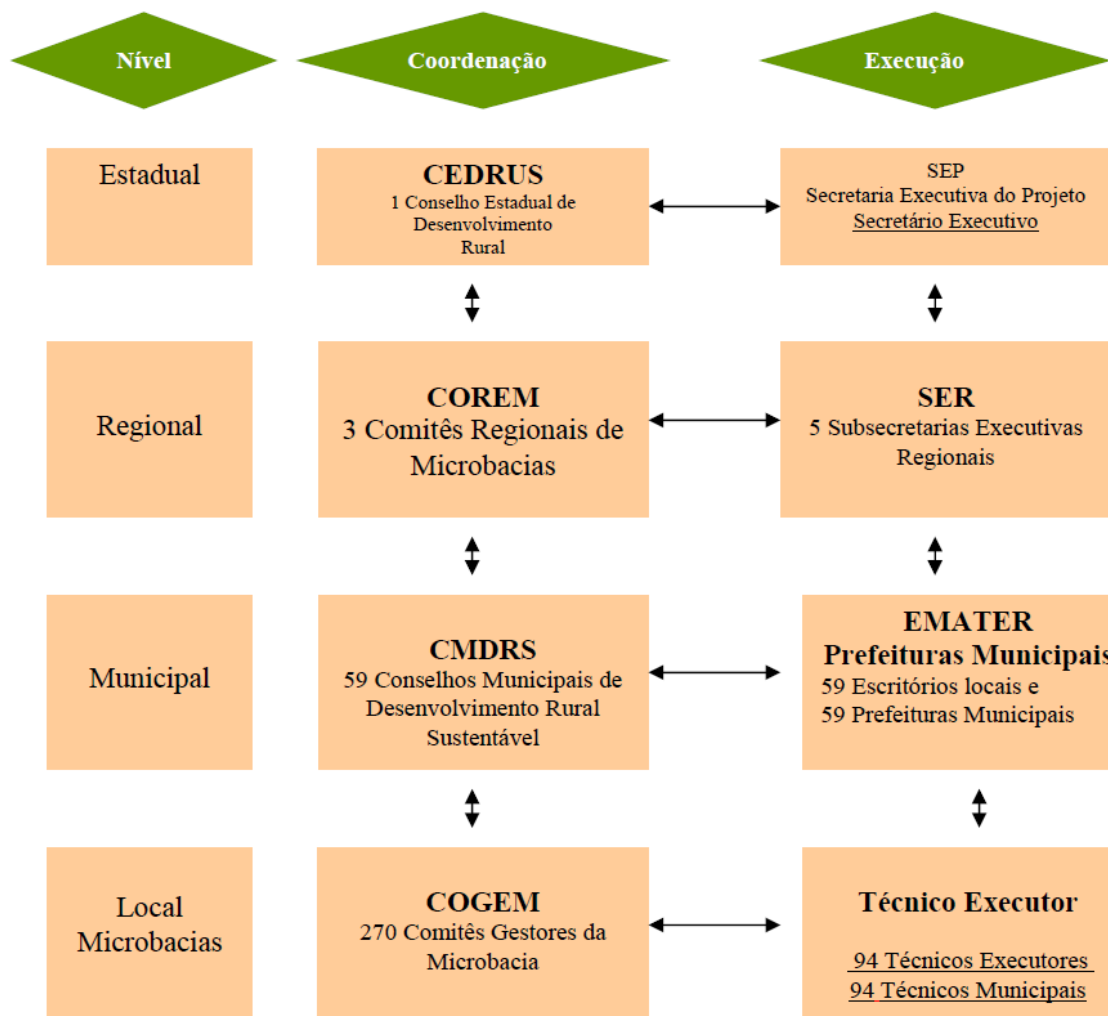
### **Figura 2. Fluxograma da metodologia de microbacias hidrográficas utilizado pelo programa Rio Rural**



Fonte: site oficial do programa.

Este complexo arranjo institucional de ação foi considerado eficiente e, por isso, utilizado nas seguintes versões do Rio Rural BIRD sem alterações expressivas. O projeto contou ainda com uma estrutura de gestão descentralizada robusta, com atores locais desde a microbacia à gestão estadual, conforme a figura 3.

**Figura 3. Estrutura de gestão do Rio Rural**



Fonte: MOP, 2014.

A coordenação de nível Estadual esteve sob responsabilidade do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS), tendo como atribuições o acompanhamento geral do projeto, suas articulações estratégicas e, acima de tudo, como aponta o MOP (2004), atuar como mediador de conflitos não resolvidos pelo COREM. Para desenvolver a gestão do projeto em nível estadual foi criada a Secretaria Executiva do Projeto (SEP), tendo como atribuições: garantir o atendimento dos objetivos do projeto, gerir recursos orçamentários e financeiros, realizar a prestação de contas, tanto ao governo estadual como ao BM, elaborar relatórios, assessorar o CEDRUS, coordenar e secretariar o Comitê Regional de Microbacias (COREM), monitorar e avaliar o projeto e assegurar seus resultados. Na coordenação estadual constam os COREMs que desempenhavam a função de fortalecimento da integração e participação dos atores

interessados e acompanhamento do projeto nas regiões. Os COREMs possuíram subsecretarias criadas em âmbito regional com o objetivo de assessorar, supervisionar e coordenar a implementação das deliberações do COREM. A coordenação em nível municipal ficou sob a responsabilidade dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), tendo como atribuições: homologar as microbacias a serem atendidas pelo projeto, mediar conflitos e, contribuir para divulgação local dos conceitos norteadores dos planos executivos das microbacias. A instituição responsável pela execução do projeto em âmbito municipal foi a EMATER-RIO (MOP RIO RURAL GEF, 2004)

Já em nível de microbacia, a gestão deveria estar sob responsabilidade dos COGEMs. Suas atribuições foram: planejar, gerir e desenvolver as ações locais de acordo com os objetivos do projeto. Devendo ainda aprovar o Plano Executivo da Microbacia (PEM), os Planos Operativos Anuais (POAs) e, Estatutos Comunitários de Conduta (ECCs). Além disso, esperou-se, de acordo com o MOP (2004), que os COGEMs desenvolvessem capacidade operacional para articular, inclusive, a gestão financeira do projeto na microbacia. Apesar dessa afirmativa constar no manual, o documento que trata das questões financeiras do projeto intitulado como “Capítulo 04: aspectos financeiros” não menciona o COGEM. No âmbito local de atuação, houve um técnico executor da EMATER, articulado ao COGEM e as associações de produtores (MOP, 2005).

Sobre a formação dos COGEMs, o MOP elencou elementos importantes para sua criação e preparação que incluíam a capacitação dos atores interessados quanto aos objetivos, aspectos técnicos, operacionais, resultados esperados. Sendo assim, a formação dos comitês se torna condicionante para que a microbacia selecionada receba o projeto, ao passo que, não haveria liberação de recursos para sua implementação sem a formação dos comitês gestores de microbacias. Estes comitês deveriam ser formados por, no mínimo, 11 integrantes, nos quais jovens e mulheres deveriam ocupar 40% dos cargos e constituídos na primeira fase de execução, chamada de Fase de Planejamento pelo MOP (2005).

O técnico executor deveria atuar como “animador” da comunidade para garantir a participação do grupo mais diversificado possível dentro do público alvo do projeto, atuando na identificação deles através dos grupos de interesse. Sendo assim, seria montado o pré-COGEM em reunião explicativa de orientações acerca do projeto. Após



essa ação, seriam desenvolvidos os DRPs enquanto o pré-COGEMs testariam a eficiência dos seus representantes por meio de ações iniciais guiadas pela Emater. Após a confecção do DRP, o COGEM seria constituído por, além dos agricultores, toda a diversidade de atores da microbacia, incluindo jovens e mulheres (pelo menos 30% dos integrantes), grupos de interesse econômico, social, cultural ou religioso e teria as seguintes incumbências (MOP RIO RURAL GEF, 2004):

A atuação do Comitê Gestor da Microbacia (COGEM):

a) Promover o Projeto junto aos agricultores da microbacia; b) Participar como co-executor na elaboração do POA, PEM, ECC e PIDs; e encaminhá-los ao CMDRSe a COREM; c) Deliberar a respeito dos projetos a serem apoiados na microbacia; d) Acompanhar e monitorar a execução das atividades do Projeto na microbacia; e) Manter a organização comunitária local informada a respeito do Projeto. (MOP Rio Rural, 2004; p. 59).

O técnico executor da microbacia atuaria então da seguinte maneira:

a) Mobilizar a comunidade para participar do projeto e fomentar a formação do COGEM; b) Elaborar o Plano Executivo da Microbacia em coordenação com o COGEM; c) Zelar pela implementação das atividades previstas no Plano Executivo da Microbacia; d) Orientar e assistir os beneficiários na elaboração e implementação dos PIDs; e) Elaborar, juntamente com o COGEM, os Planos Operativos Anuais da Microbacia; f) Elaborar, com aprovação do COGEM, relatórios periódicos de acompanhamento físico e financeiro da microbacia; g) Atestar, juntamente com os beneficiários, documentos comprobatórios da aplicação dos recursos de incentivos pelos beneficiários; h) Divulgar as ações e resultados do projeto nas microbacias (MOP Rio Rural, 2004; p. 59).

Segundo o manual, o técnico deveria ser indicado pela EMATER-RIO e atuaria em carácter exclusivo. Não havendo disponibilidade entre o quadro da instituição, poderiam ser contratados técnicos de instituições parceiras como prefeituras e ONGs (com honorários pagos pela instituição parceira). Todos receberiam formação em gerência de projeto, planejamento participativo, autogestão comunitária de recursos naturais e adoção de ações socioambientais.

Aos beneficiários ficaram as incumbências:

a) Participar ativamente da elaboração, acompanhamento e avaliação do PEM, PID, POA e ECC.; b) Participar de cursos, treinamentos, reuniões e eventos destinados ao seu aperfeiçoamento bem com aos aspectos relacionados ao desenvolvimento da comunidade; c) Assumir o compromisso de executar a atividade, prática ou empreendimento previstos no PEM e nos PIDs; d) Comprometer-se a desenvolver ações em sua unidade produtiva que levem ao correto manejo sustentável dos recursos naturais; e) Zelar pela correta aplicação dos recursos do Projeto (MOP Rio Rural, 2004; p. 60).

Criada para acolher, gerenciar e organizar os COGEMs em seus projetos produtivos a INCUBADORA RURAL SUSTENTÁVEL – IRS/EMATER-RIO utilizou como metodologia de incubagem a tecnologia social desenvolvida pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/COPPE/UFRJ. A incubadora deveria criar estratégias de fortalecimento da autogestão das organizações comunitárias rurais através da incubagem de empreendimentos associativos solidário:

Nós adotamos esse modelo e fizemos adaptação para a área rural porque a gente entendia que essa parte de sustentabilidade tinha que ter um trabalho forte de organização, gestão e empreendedorismo, mas com essa visão de ter uma qualidade produtiva e ambiental muito forte. Essa foi uma grande inovação. (GESTOR, 2020).

Para o gestor do Rio Rural, o fato de propor a incubagem no projeto do Rio Rural foi uma das maiores razões para que o ele fosse aprovado pelo fundo ambiental.

O processo de formação e capacitação das equipes técnicas da EMATER-RIO, com apoio da ITCP/COPPE/UFRJ, iniciou em 2007 com formação de 24 grupos produtivos potenciais das microbacias hidrográficas das Regiões Norte e Noroeste do Estado e da Região Serrana. Nestes grupos produtivos as atividades foram voltadas para de agroindústria: grãos, laticínios, processamento de pescados, ovos, mel, farinha, doces, embutidos, defumados, conservas, e frutas desidratadas e minimamente processadas, tanque de resfriamento de leite; Artesanato: fibras naturais, tecelagem, bordadeiras, crocheteiras, cerâmica, entalhe etc.; Turismo rural: monitor de turismo, educação ambiental, e demais especificidades e gestão e acompanhamento de grupos de interesse: atividades agrícolas, não agrícolas e demais profissões rurais como operador de máquinas, enxertia, ferrador de animais, retireiro de leite, vacinador etc.

Em 2010 foi constatado, através de avaliação interna, que nos 24 empreendimentos incubados, apenas 10 completaram todos os passos requeridos pela incubadora e nenhum chegou à legalização como cooperativa, ou a legalização do seu produto.

O superintendente compreende a problemática e comenta que o papel das parcerias no projeto era crucial para que a incubagem florescesse:

A metodologia de incubagem foi pensada para ser vinculada a Universidade pra que, independente de governo, de projeto, o trabalho de organização social dessas comunidades fosse levado a diante pelas extensões universitárias. Mas infelizmente nenhuma faculdade, nenhuma universidade do estado quis fazer esse trabalho (GESTOR, 2020).

O que acabou não ocorrendo, prejudicando sua continuidade no Rio Rural BIRD.

No que se refere ao monitoramento, o projeto apresenta um sistema complexo de avaliações e medições de resultados com parceria entre instituições responsáveis por essas ações, tais como a EMATER-RIO, EMBRAPA SOLOS, SOS Mata Atlântica, Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e a SEAAPI (Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Interior do RJ), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO), entre outras.

Os resultados esperados dessa fase consistiram em: (i) fortalecimento das políticas públicas, tanto em nível estadual quanto local, para promover a proteção de ecossistemas críticos; (ii) assistência técnica e financeira aportados aos beneficiários das microbacias piloto, facilitando a adoção do MRSN; (iii) criação de um fundo ou sistema de incentivo para cobrir os custos de transição associados às mudanças na adoção das práticas de MSRN, após o término do projeto; (iv) estabelecimento de programa de pesquisa participativa, que apoiasse a superação de limitações tecnológicas; (v) aumento da capacidade organizativa ao nível local; (vi) ampliação da conscientização para questões ambientais globais; (vii) aumento da capacidade das comunidades rurais de manejar de forma sustentável os recursos naturais; e (viii) adoção dos princípios de MIE em outras iniciativas (HISSA, 2020).

Além dessas estruturas, foi elaborado um sistema de Pagamento por Serviços Ecossistêmicos (PSE). Baseado na concepção de poluidor-pagador, provedor-recebidor, o projeto propôs criar uma ponte entre os beneficiários que conservam os recursos naturais e os agentes que os poluem. Essa vertente é discutida em Alier (2007), Gonçalves (1989) por se mostrarem extremamente ineficientes em preservar os recursos naturais pois se propõem a capitalizar a natureza ao invés de questionar o uso insustentável e desenfreado da mesma.

Para dar início, a política de PSE, o Rio Rural GEF propôs um detalhado sistema de monitoramento das externalidades produzidas pelo projeto a fim de serem valoradas e transformadas em mercadoria (MOP RIO RURAL GEF, 2005, p.155). Os tipos de monitoramento podem ser observados a seguir:

i) Monitoramentos periódicos, quantitativos e qualitativos, dos serviços selecionados (prioritariamente aqueles que servem como fundamento para a compensação no PSE) que são fornecidos pelo uso sustentável do solo; ii) Monitoramento das práticas sustentáveis adotadas. Verificando as mudanças no uso do solo e identificando aquelas que representam práticas sustentáveis; iii) Monitoramento do PSE. Verificação de como os pagamentos estão sendo realizados (periodicidade, espécie ou benefícios, uso ou não de intermediários), distribuídos (se o pagamento é diretamente vinculado ao provedor ou se há alguma distribuição para a comunidade) e aceitos pela população e pelos pagadores; iv) Com base nos dados anteriores avaliar se o PSE está eficazmente implantado e se está influenciando a qualidade dos serviços ambientais. Verificar a relação dos pagamentos com os custos (incluindo os custos de oportunidade e possíveis custos sociais advindos da criação do mercado) para verificar se o projeto poderá ser sustentável em longo prazo; v) Verificação de possíveis conflitos e incrementos sociais advindos da criação do mecanismo de PSE, destacando os descontentamentos e as conquistas realizadas; vi) Analisar o potencial de aplicar o PSE ao nível regional, fundamentada nas ações piloto e lições aprendidas (MOP RIO RURAL GEF, 2005, p.155- 156).

Como se evidencia, o Rio Rural GEF se propõe a criar um novo mercado no Rio de Janeiro com base na economia verde. Para D'Oliveira (2016), esta ação é problemática no contexto da agricultura familiar do estado por não atender as reivindicações históricas da classe e, ao invés disso, tornar a classe “principal “responsável” (ou “culpados”) pela recomposição ambiental de um estado historicamente degradado pelas grandes propriedades na região. Para o autor, o projeto “prepara e antecipa processos mais duros de expropriação direta de tais produtores” que seriam adensadas no Rio Rural BIRD “para a implantação futura de formas de operação de compra, venda, e financiamento de carbono, típicas do que já explicitamos como capitalismo ‘verde’” (D'OLIVEIRA, 2016; p. 123) que, há que se mencionar, não estava previsto no modelo inicial do Programa Rio Rural proposto para aprovação em 2002.

### **2.5.3 Resultados do Rio Rural GEF**

Segundo relatório Rio Rural GEF, 2012, o projeto atingiu 50 microbacias; aproximadamente 1.190 famílias beneficiadas diretamente e mais de 4 mil indiretamente, numa área de 100 mil hectares. Houve formação de 231 grupos de identidade<sup>14</sup>; 5.730 pessoas envolvidas diretamente com treinamento, capacitações e ações de conscientização (Rio Rural, 2018).

No que se referem aos subprojetos implantados, quatro tiveram destaque: a proteção das nascentes, o pastoreio rotacionado, o kit galinha caipira e o kit apicultura, conforme ilustrado na tabela 4.

**Tabela 3. Relação de subprojetos de acordo com o tipo, recursos investidos e beneficiários**

Subprojetos	Nº de Subprojetos	Recursos liberados (R\$)	% do total de recursos
Kit Galinha Caipira	339	579.388,00	12,51
Proteção de Nascente	226	402.356,25	8,69
Pastoreio Rotacionado	224	1.009.396,40	21,79
Adubação Orgânica	168	174.092,00	3,76
Cana Forrageira	144	421.620,50	9,10
Kit Apicultura	99	183.378,00	3,96
Mata Ciliar Nativa - Recuperação	78	210.836,80	4,55
Lavador e Descascador de Café	19	556.629,50	12,02
Implant.de Peq.Unid. de Proc./Benef.	19	270.938,00	5,85
Secador de Café	7	196.000,00	4,23

Fonte: SEP/2012

A análise se ateve a avaliar os resultados por componente, revelando percentual de recurso aplicado, valor destinado e metas alcançadas, conforme tabela 5.

**Tabela 4. Relação componentes x recursos**

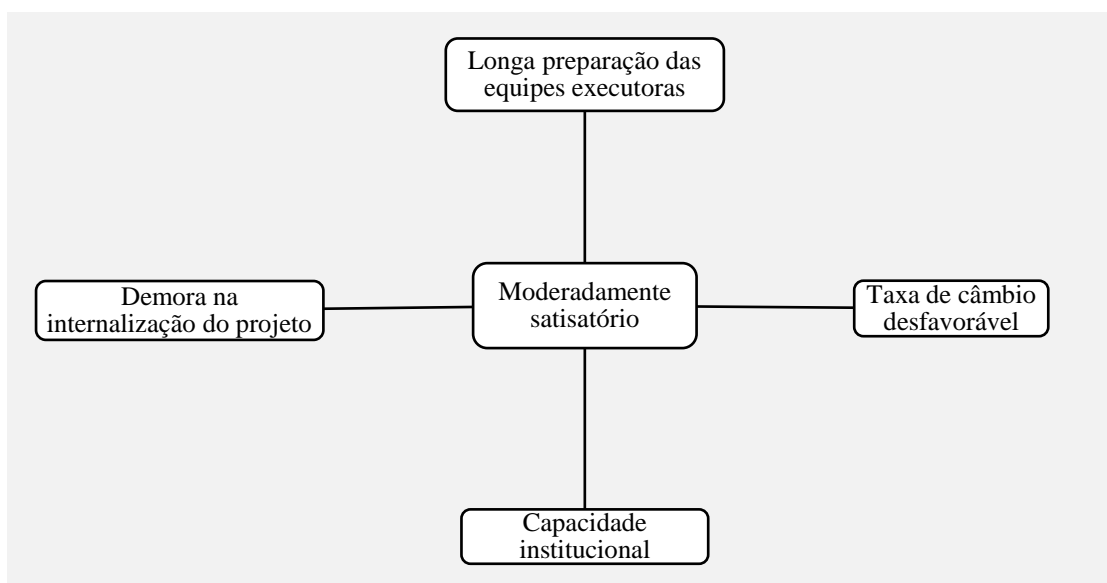
Componente	Valor destinado US\$ (mi)	Valor destinado	Meta alcançada	Recurso aplicado
1 Planejamento das Ações de MIE	0,94	0,60%	80%	142,31%
2 Sistema de Suporte à Adoção do MSRN	8,80	57,4%	86%	101,52%
3 Organização e capacitação para MIEM	2,47	16,0%	131%	62,02%
4 Gerenciamento, monitoramento e	2,74	17,5%	125%	119,69%

<sup>14</sup> Termo utilizado pelo Manual Operacional Rio Rural GEF (2004) para tratar de formação de cooperativas e associações.

Nela é possível observar que o componente 3, exatamente o que trata da gestão e autogestão do projeto foi o único que teve recursos seus redirecionados para outros componentes. Possivelmente, devido aos atrasos no início do projeto, que comprometeram em massa a formação dos COGEMs nesta primeira fase.

Apesar dos notáveis resultados divulgados, o BM classificou o projeto como “moderadamente satisfatório” e o Relatório de Conclusão do Mutuário, redigido por agentes técnicos da SEAPPI, elencou cinco motivos para o resultado (Figura 4).

**Figura 4. Principais problemas apontados pelo mutuário na implementação do Rio Rural GEF**



Fonte: Relatório de conclusão do mutuário, 2012.

Neste sentido, o relatório do Mutuário aponta o que chama de “gargalos institucionais identificados nos projetos sociais” que justificariam os baixos resultados dos comitês gestores no Rio Rural GEF:

- a) O efetivo de extensionistas sociais é baixo na EMATER-RIO, com apenas 9,4% do quadro funcional e a formação profissional dos mesmos é muito estratificada. Existe ainda uma distribuição irregular dos mesmos no Estado;
- b) A proposta identificada foi a estratégia de ação com convergência de esforços e potencialização de recursos humanos disponíveis através da equipe multidisciplinar com profissionais da área econômica que tenham perfil para o trabalho em organização comunitária. Para isso preciso intensificar a

capacitação desses técnicos com referenciais teóricos e fundamentação metodológica voltada para o capital social.

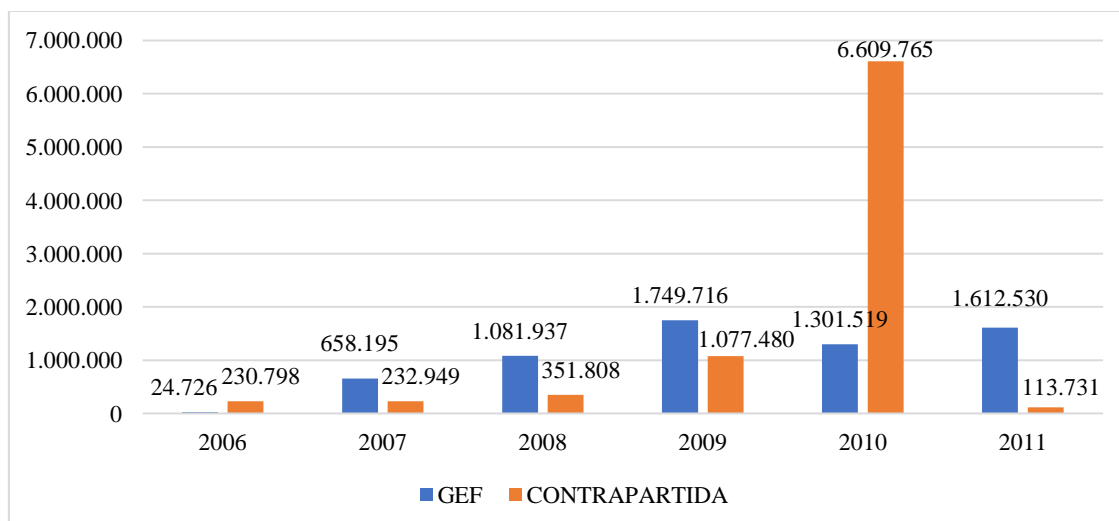
c) Descompasso entre os aspectos motivacionais e operacionais do programa. O COGEM e os grupos de interesse se desinteressam em função da operacionalização. Há um hiato grandioso de tempo até as coisas começarem a acontecer.

d) Identificada a necessidade de retrabalho em algumas MBH a partir do foco que foi dado a organização comunitária, principalmente através da assessoria nas regiões Norte e Noroeste. (MOP RIO RURAL GEF, 2005, p.160).

O documento aponta ainda um atraso de cerca de 2 anos no início da liberação dos recursos por parte do BM e da contrapartida do estado, o que comprometeu, segundo os autores, severamente o engajamento e confiança dos agricultores no projeto.

No gráfico abaixo é possível observar que, enquanto o GEF atrasou a liberação financeira inicial, a contrapartida estadual foi quase inexpressiva até o ano de 2010, onde estado, beneficiários, ONGs e instituições parceiras inseriram aproximadamente 70% do valor correspondente aos 5 anos de projeto. Observa-se, contudo, que 2010 foi ano eleitoral, tendo o governador em exercício, Sérgio Cabral, sido reeleito em primeiro turno com Luiz Fernando Pezão (seu sucessor em 2014) como vice-governador.

**Gráfico 1. Recursos anuais aplicados (valores em milhões de dólares)**



Fonte: Extraído do Relatório de conclusão do Mutuário – Rio Rural Gef, SEAPPA, 2012.

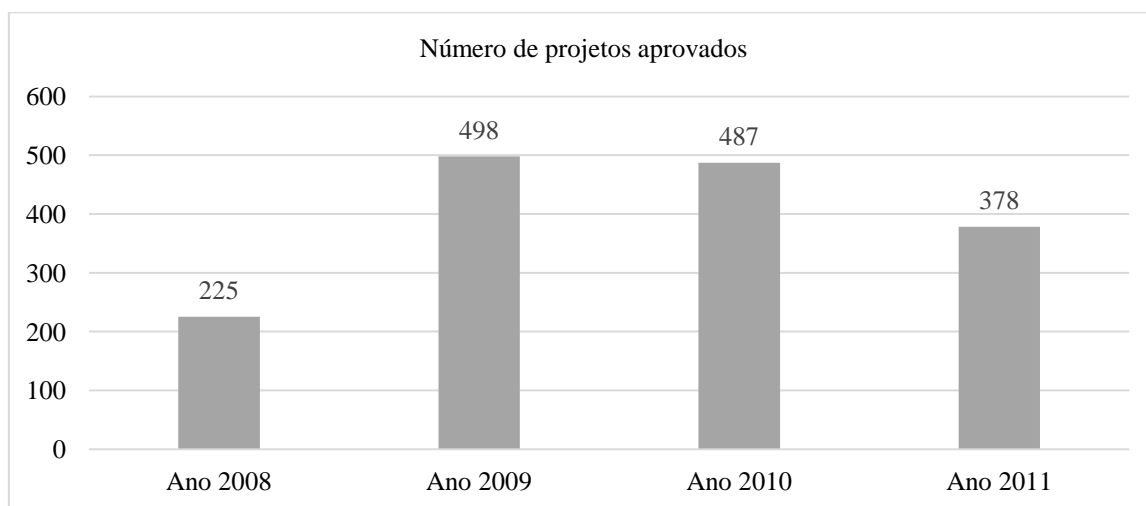
O uso indevido para fins eleitorais de projetos não é novidade em democracias jovens como o Brasil e, no caso do Rio Rural, contribuiu de forma significativa para os entraves encontrados durante a execução das fases do projeto.

A respeito desses atrasos, Margulis (1990) ao desenvolver estudo de desempenho do Brasil e BM na questão ambiental em projetos co-financiados, dedica acentuada importância ao fato de que esses atrasos, corriqueiros em todos os projetos por ele analisados, são apontados por técnicos envolvidos como sendo um dos principais responsáveis por falhas na execução de tais projetos gerando, inclusive, a sua inviabilização total, conforme:

Isso foi particularmente grave no caso de projetos agrícolas, quando o calendário não permite maiores atrasos. Assim, à época do plantio, faltava crédito; à época da colheita, a infra-estrutura de comercialização ou de armazenagem estava ainda subdimensionada em relação à safra esperada (MARGULIS, 1990; p. 30).

No caso do Rio Rural, apesar da efetividade do projeto ocorrer em dezembro de 2005, os subprojetos só começaram a ser implantados em 2008 – um atraso inicial de três anos depois da aprovação do projeto, conforme aponta o gráfico 2.

**Gráfico 2. Recursos anuais aplicados (valores em milhões de dólares)**



Fonte: Extraído do Relatório de conclusão do Mutuário – Rio Rural Gef, SEAPPA, 2012.

Como se pode observar no gráfico 2, o Gef só alcançou maior público a partir de 2009 – 3 anos após o início do Projeto e, somente no ano seguinte o governo do estado liberou aproximadamente 70% de todo o recurso acordado no contrato de 2005. Ou seja, foram 4 anos até que a maioria dos beneficiários começassem a ver os resultados concretos do projeto.



Como é possível observar, o Rio Rural GEF, orçado em \$14.948,9 milhões de dólares e com previsão de execução de 5 anos, foi severamente prejudicado por questões político-financeiras fazendo com que todo o montante tivesse que ser investidos “às pressas” nos últimos 3 anos de sua realização, prejudicando de forma implacável seus reais objetivos e a consolidação da desejada autogestão da agricultura familiar para o DRS, já que os comitês gestores foram criados apenas no último ano de execução.

Essa morosidade não é rara em projetos do igual teor. Em relação ao PEMH – SP Hespanhol (2005) destaca também a demora na operacionalização do projeto, onde foi apontado problemas na estrutura e adequação do mesmo às normas do BM e problemas institucionais da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), conforme vemos na passagem a seguir:

A CATI, nos primeiros anos de vigência do financiamento concedido pelo BIRD, ainda não havia adaptado a sua cultura institucional para gerir um programa desta envergadura e com tais características, o que retardou a execução das ações do programa. A excessiva burocracia exigida pela própria natureza do programa também comprometeu a sua implantação. (HESPANHOL, 2005, p. 9).

Para o gestor do programa e então Superintendente de Microbacias Hidrográficas da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior do Estado do Rio de Janeiro – SMH/SEAAPI, este atraso culminou numa dificuldade de concretizar os desembolsos no curto período de tempo que restava e prejudicou bastante o funcionamento dos COGEMs nos moldes planejados.

Na avaliação de impacto identificaram que os COGEMs se organizaram muito na parte econômica e na parte social foi mais fraca. Mas se deve aos problemas. Tivemos atraso de desembolsos e nosso tempo pra executar depois ficou muito curto. (GESTOR, 2020).

Na prática, houve formação de COGEMs apenas no último ano de execução do Rio Rural Gef, com a formação de 132 comitês (Relatório COGEM) e, portanto, seus resultados serão tratados mais a fundo no Rio Rural Bird.

Sobre a questão de operacionalização do Rio Rural no âmbito local, articulada e colocada em prática pelos técnicos da EMATER, existem grandes e importantes falhas. A primeira delas e já diagnosticada no início do projeto era a falta de capacitação dos

técnicos para esse tipo de ação, posto que os mesmos estavam habituados a atender por demanda e agora deveriam ser proativos e levantar as demandas junto à comunidade. Ou seja, basicamente o trabalho desenvolvido mais que dobrou em um curto período de tempo, fazendo com que houvesse real sobrecarga dos profissionais numa EMATER-RIO já deficitária, comprometendo ainda a ação em locais onde a prefeitura não cedeu sua mão-de-obra para cooperação, apesar de receberem treinamento para tal, conforme fala do interlocutor:

Treinaamos técnicos municipais no começo pra eles participarem junto com a gente, mas o resultado foi muito pouco em relação a isso. Os municípios tiveram uma participação muito pequena na execução do projeto. Os municípios que tiveram uma maior participação na execução, no apoio ao projeto, foram os municípios que tiveram maior resultado em termos de aplicação de recursos e desempenho. (GESTOR, 2020).

Apenas nos últimos anos em que o Rio Rural GEF esteve ativo foi realizado concurso público para reestruturação da EMATER-RIO, portanto, tais contratações só foram realmente sentidas na segunda fase do projeto.

São 3 variáveis: técnico da EMATER, comunidade e município. Se esses 3 combinam, o projeto anda de vento em polpa, mas quando um desses falha, você tem que ter uma maior ação de um dos outros. Teve lugar q o técnico da comunidade não estava querendo fazer e a comunidade botou as coisas pra frente. Teve lugar que o técnico não queria e a prefeitura botava pra frente, o bom é que também não dava pra atrapalhar. (GESTOR, 2020).

Sobre a participação das prefeituras no projeto, estas foram chamadas para cumprir acordo de cooperação antes mesmo do início da execução do projeto (em 2002), sendo que essa cooperação poderia se dar de diferentes maneiras, conforme demanda local. Porém, nosso interlocutor aponta que a adesão das prefeituras foi baixa, apesar de apoiarem publicamente e desejarem o projeto em seus municípios:

O bom desses projetos internacionais é que as normas acordadas com o banco e também a metodologia *ela* evita a politicagem barata. Os caras falavam também no começo: vou botar aqui a prefeitura, o vereador quer indicar a microbacia tal. A gente era muito rígido nisso. Não tinha indicação política, a gente não permitia isso. Como a metodologia não permitia isso, os caras ficavam meio sem saber como participaria daquilo porque todo mundo, quando participa, não quer participar só pra apoiar e fazer as coisas. Sempre

quer ter um ganho político. Isso está errado, né?! É uma maneira atrasada de olhar a execução de uma política pública. (GESTOR, 2020).

Esta afirmação é, de certa forma, corroborada pelo Secretário de Agricultura de um dos municípios durante o período do projeto, conforme:

Olha, a gente tinha na época uma participação ativa, na época que eu era secretário que é a patrulha rural, mas não necessariamente tínhamos uma ação no sentido de atender especificamente uma priorização ou direcionamento pra dar prioridade a atendimento das pessoas do Rio Rural. Até porque, politicamente, apesar de eu ter um relacionamento muito bom com todas as pessoas ligadas ao Rio Rural. Eu tinha relação muito boa, mas politicamente não tinha uma relação muito alinhada entre estado e município na época. O governo do estado e município não eram aliados políticos. A gente fazia a política agrícola, política do campo, mas não tinha um alinhamento. A gente tinha uma parceria com a Emater para questão de auxílio para combustível, mas não tinha assim, uma orientação política-institucional que as ações da secretaria estivessem alinhadas ao Rio Rural. A gente fazia isso numa questão profissional, mas não institucionalmente falando. (Gestor municipal, 2020).

No entanto, segundo os MOPs, as prefeituras deveriam desempenhar papel importante no desenvolvimento da política de PSE, conforme o quadro 3, de arranjos institucionais e monitoramento:

### Quadro 3. Arranjos institucionais para o monitoramento

Dimensão/tema	Instituição guia/responsável	Instituições parceiras	Atividades
Sócio-econômica	EMATER - RIO	Equipe de auto-gestão comunitária	i) Monitoramento da dimensão sócio-econômica; ii) Monitoramento da auto-gestão comunitária; iii) Monitoramento da análise econômica do PSE
Ambiental - solos	EMBRAPA - SOLOS	EMBRAPA – Aliança SOS Mata Atlântica	Monitoramento da qualidade do solo (características físicas, químicas e biológicas)
Ambiental - água	EMBRAPA - SOLOS	FEEMA; DRM	i) Monitoramento da qualidade da água (físico-química: EMBRAPA e FEEMA; bacteriológica: FEEMA; agrotóxicos: FEEMA ou contratação de serviço); ii) Sedimentometria: EMBRAPA; iii) Levantamentos e estudos hidrogeológicos (águas subterrâneas): DRM;
Biodiversidade	Consórcio SOS Mata Atlântica	EMATER; EMBRAPA; UNIVERSIDADES	i) Realizar o monitoramento da biodiversidade nas microbacias monitoradas; ii) Realizar o acompanhamento da

			cobertura vegetal nas sub-bacias
Pagamento por serviços ecossistêmicos (PSE)	EMATER	EMBRAPA; UNIVERSIDADES; FEEMA; PREFEITURAS; DRM	i) Análise sócio-econômica do PSE; ii) monitoramento de parâmetros associados aos serviços ecossistêmicos; iii) Realização de levantamento, pesquisas e análises de informações
Base cartográfica e mapeamento	Consórcio SOS Mata Atlântica	EMBRAPA; FEEMA; DRM; EMATER; SEAAPI	i) levantamento do material cartográfico disponível; ii) Definição da base cartográfica, incluindo escala e tipo de material (ortofotos, imagens); iii) Efetuar levantamento de material disponível e preços (quick bird, Íconos; Spot)
Banco de dados e SIG	SEAAPI	EMBRAPA; SOS Mata Atlântica; FEEMA; DRM; EMATER; UNIVERSIDADES	i) Definir tipo de banco de dados, incluindo localização e níveis de acesso; ii) Definir softwares; iii) Definir informações e formas de alimentação da base de dados; iv) Definir responsabilidades e formas de disponibilização das informações

Fonte: MOP GEF, 2005.

Se por um lado os municípios faziam o tipo de parceria que desejassem, por outro o BM também não delimitou as formas e designações de cada esfera de poder: “Não tem nenhum problema de trabalhar regionalmente, mas o banco também nunca buscou fortalecer.” (GESTOR, 2020), respondeu o interlocutor ao ser questionado sobre parcerias e regionalização do projeto.

Assim como no Rio Rural, projetos de tamanha envergadura tendem a encontrar ambientes institucionais deficitários no que se refere a quantidade e capacitação dos recursos humanos e escassez de aporte financeiro adequado, que deveriam ser esperados pelo agente financiador, tendo em vista a perpetuação do sucateamento das instituições públicas nos países em desenvolvimento.

Além da morosidade na liberação de verbas, o estado do Rio encontrava-se em transição de governo, fator relevante a ser considerado, posto que, a nova gestão necessitou de algum tempo para interiorizar o novo projeto. Somado a estes problemas, foi verificado uma perda de cerca de 40% dos recursos no momento da liberação devido à desvalorização do dólar em relação ao real, reduzindo os recursos e necessitando de reorganização orçamentária. O relatório do mutuário destaca ainda metas “ambiciosas” demais e ausência de possibilidade de revisão das mesmas como fatores cruciais para explicar os resultados do projeto, pedir prorrogação (de 1 ano) e mais recursos através do BIRD.

Apesar dos fatores que só não inviabilizaram completamente o projeto devido a equipe técnica atuante e vontade dos agricultores, o Rio Rural Gef deixou importantes conquistas que foram primordiais para o projeto seguinte, tais como: metodologia de microbacias, metodologia de diagnóstico e planejamento de ações, treinamento dos técnicos e agricultores, início de parcerias entre municípios, instituições públicas e privadas, mobilização no campo em torno da agricultura sustentável e levantamento de dados socioeconômicos e ambientais mais profundos inéditos até mesmo para a SEAPPI e EMATER-RIO e concurso público para o órgão. Esses fatores, sem dúvida, deveriam ter feito com que a “alavancagem” do projeto seguinte se desse de forma mais ligeira, o que não ocorreu.

Em resumo, o projeto Rio Rural GEF foi desenvolvido com graves falhas através do acordo de doação com o Fundo Global para o Meio Ambiente – GEF, braço forte do BM. Essa instituição traz em suas raízes a proposta de desenvolvimento sustentável dentro do sistema capitalista e faz parte do escopo maior do banco em se adaptar às novas exigências ambientais globais, iniciadas na década de 1960. O conjunto de relações que perfazem esse fundo envolve grandes bancos, ONGs ambientais e setores econômicos das grandes nações.

A partir do histórico de criação e caracterização do Banco ao longo de sua história, traçado no capítulo 1, é possível compreender que tais ações fazem parte de estratégias de implementação da agenda neoliberal, no entanto, respondendo a intensa pressão social a respeito dos altos danos socioambientais causados pelos projetos implantados pelo BIRD. Nesse contexto, o BM precisou modificar/ampliar suas frentes de atuação, tornando mais “palatável” sua política perversa de dominação. Uma dessas estratégias foi a criação do GEF;

Sendo assim, o legado deixado pelo fundo no estado do Rio de Janeiro carrega consigo aberturas estratégicas entre poder público e privado no meio rural, inicialização de um processo de mercantilização da natureza e ausência de crítica à forma como as indústrias instaladas no estado fazem uso dos recursos naturais e degradam o meio ambiente ao seu redor. Abre também espaço jurídico para a cobrança pelo uso da água e PSA e PSE, além de iniciar uma mudança de lógica de atuação do técnico extensionista dentro do estado.

#### **2.5.4 Projeto Rio Rural BIRD 2010-2016**

Tendo em vista o eminente fim do projeto Rio Rural GEF e com a finalidade de pôr em prática o Programa de Microbacias Rio Rural tal como foi planejado inicialmente, o governo do estado do Rio de Janeiro solicitou em 2009 recurso ao BM, firmando desta vez um empréstimo através do BIRD, braço do BM, no valor de US\$ 39.519 milhões, contrapartida estadual no valor de US\$ 26.417 milhões e US\$ 7.950 milhões do governo Federal. Os beneficiários entrariam com US\$ 5.151,9 milhões, totalizando o investimento de US\$ 79.038,2 milhões em 6 anos de execução do projeto (MOP Rio Rural BIRD, 2009).

**Tabela 5. Valores e percentuais de investimento destinados ao projeto Rio Rural BIRD por parceiro**

<b>Parceiro</b>	<b>Valores em mi (US\$)</b>	<b>Porcentagem</b>
BIRD	39.519,0	50%
Governo do estado do Rio de Janeiro	26.417,2	33,4%
Governo Federal	7.950,0	10,1%
Beneficiários	5.151,1	6,5%
Total	79.038,2	100%

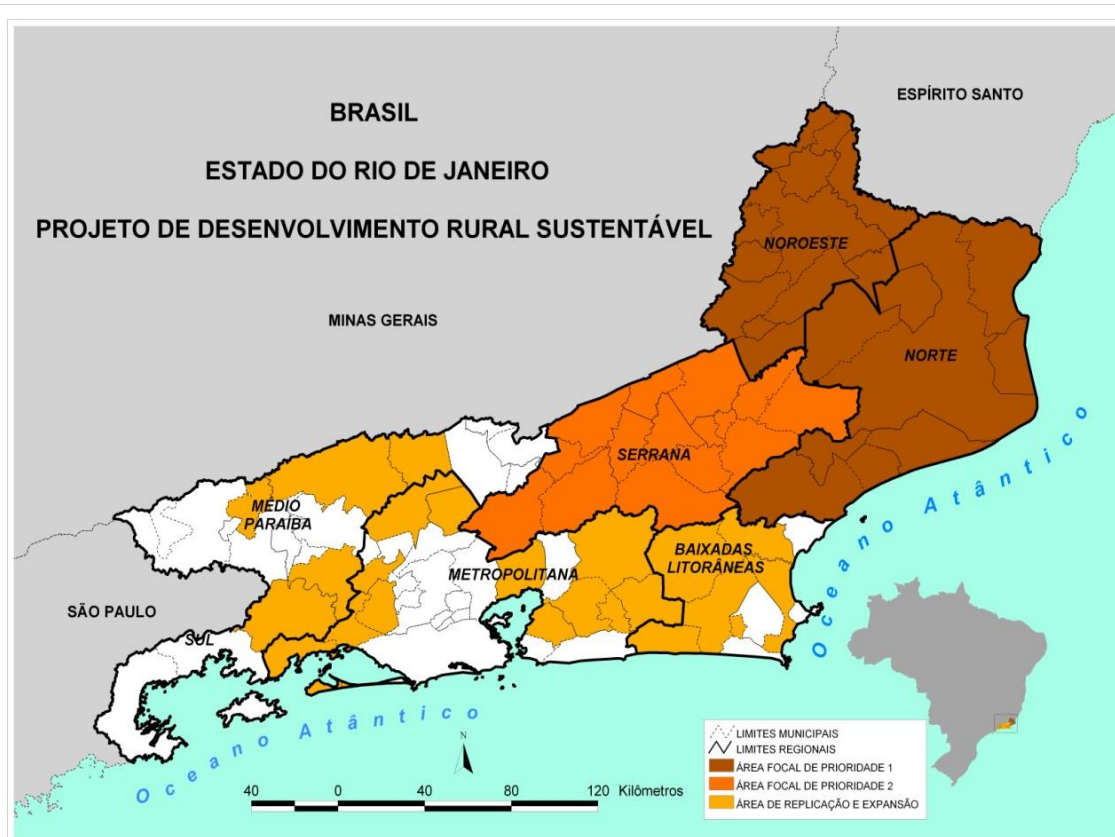
Fonte: MOP RIO RURAL BIRD, 2009, p. 20.

Ao observar a tabela 5, é possível verificar que o novo projeto contava com um valor aproximado quase cinco vezes maior que o Rio Rural GEF, com a redução da contrapartida estadual, em 8,8%, aumento da contrapartida federal em 2,7% e aumento da contrapartida dos beneficiários em 1,4%. Percebe-se ainda a não inserção das ONGs no quadro de investimentos para o segundo módulo do projeto.

O Rio Rural BIRD apresenta a mesma justificativa para a priorização do Norte e Noroeste Fluminense, mas acrescenta a Região Serrana como área focal de prioridade 2. A escolha se justifica na representatividade em relação a produção de alimentos no estado e na piora do Índice de Qualidade do Meio Ambiente (IQM) medidos em 1998 e, posteriormente, 2005.

Como área de replicação de ações ficaram 23 municípios fora do eixo Norte-Noroeste-Serrana, escolhidos obedecendo aos mesmos princípios aplicados às áreas de prioridade 1 e 2 (Figura 5), segundo o Manual Operacional do Projeto (2009).

**Figura 5. Área de atuação do Rio Rural BIRD**



Fonte: Manual Operacional do Rio Rural BIRD (SEAPEC, 2011)

A nova fase do Rio rural tinha como objetivo: “dar suporte ao Estado do Rio de Janeiro para: (i) aumentar a adoção de abordagens integradas e sustentáveis em sistemas produtivos do setor rural” (MOP, 2015; p. 25) visando “dar suporte ao aumento da produtividade e competitividade da agricultura fluminense” (MOP, 2015, p.25).

No Rio Rural BIRD é observada a preocupação com a produtividade e competitividade da agricultura familiar. A proposta desta versão é que os agricultores gerem renda e, ao mesmo tempo, promovam a conservação ambiental, conforme expõe seus objetivos específicos:

- a) Disponibilizar incentivos financeiros para construção de bases para a mudança da racionalidade da produção, visando à eficiência das cadeias produtivas, aumento da renda, preservação dos ecossistemas e a equidade social;
- b) adequar a gestão pública para o Desenvolvimento Territorial Participativo e Negociado - DTPN, aprimorando as estruturas do setor rural e outras entidades com interface direta ou indireta no setor agropecuário fluminense, mediante um processo de ajustes e integração institucionais necessários, com base nos princípios da boa governança, permitindo assim maior sinergia, coordenação, coerência e fortalecimento das ações entre as esferas governamentais e os setores público e privado, visando a

sustentabilidade das políticas públicas e a geração de conhecimento para o desenvolvimento territorial; c) aprimorar o empoderamento e a capacidade local para a construção do DTPN, através do apoio ao engajamento e a participação democrática dos (as) agricultores (as), mulheres, jovens rurais e da população local, no planejamento e execução de atividades produtivas, educativas, culturais, cívicas, visando à harmonização dos saberes técnico e científico, a formação cidadã e o fortalecimento de organizações rurais para a autogestão sustentável dos recursos naturais; d) gerenciar, monitorar e possibilitar o adequado fluxo de informações do Projeto, de forma eficiente e coordenada, internamente e com outras ações e programas nacionais, estaduais e locais, estabelecendo os processos necessários para garantir a eficácia quanto ao tempo, custos e qualidade das ações executadas (MOP Rio Rural, 2009; p. 25).

Em comparação ao Rio Rural GEF, o BIRD ganha maior robustez com aumento de área de atuação, mantendo foco em autogestão, porém, não recupera a questão fundiária, sinalizada na reestruturação do Programa, em 2002. Aprofunda os ideais focados na mudança de conduta produtiva e mudanças na gestão pública através do fortalecimento de ações entre esferas governamentais e setores públicos e privados. Além disso, reforça a importância de manter adequado fluxo de informações do projeto.

De todo modo, o Rio Rural BIRD manteve as estratégias participativas do Rio Rural GEF nos eixos econômico, social e ambiental, com ênfase na utilização da abordagem de microbacia hidrográfica e de fortalecimento das organizações locais por meio da autogestão. Porém, ampliou os investimentos em infraestrutura básica e produtiva, antes limitada pelo GEF. Dessa forma, nessa fase foi possível viabilizar subprojetos de melhorias nas condições de estradas e saneamento rural, bem como maior aporte de máquinas, tratores, galpões, estruturas de processamento e outras construções rurais, demandas antigas das áreas atingidas pelo projeto.

Assim como sua primeira versão, o MOP (2009) elenca diversas estratégias para a capacitação dos atores atuantes em todas as instâncias do projeto, principalmente, em educação ambiental e gestão, agora com maior foco na juventude rural, conforme:

O Projeto propõe uma abordagem para o tratamento das questões ambientais no meio rural considerando a juventude como protagonista das transformações sociais. A valorização e legitimação do jovem como representante criador da cultura das sociedades e não como membro imaturo e incapaz de criar e conduzir propostas para uma sociedade modificada, que assuma a sustentabilidade *da vida* em suas diferentes dimensões (MOP, 2009; p. 37).

Essa valorização do jovem foi recuperada do projeto original da SEAPPI e significou um avanço do GEF ao BIRD.

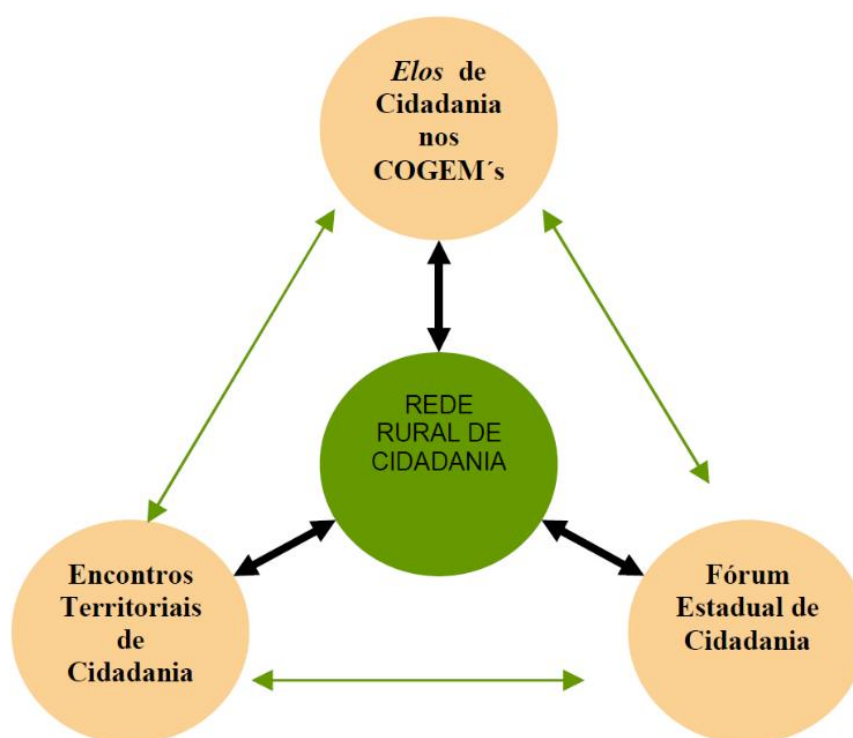


Como inovação também seriam criadas Redes Rurais de Cidadania. Elas teriam o objetivo de, segundo o MOP Rio Rural BIRD (2015), ampliar a participação social, fortalecer a governança participativa e ampliar o acesso a direitos, apresentando estreita relação com os COGEMs. Em claro apelo a integração, o manual apresentou o que esperava das redes de cidadania:

A Rede Rural de Cidadania traça um conjunto de estratégias e eixos de ação que visam à ampliação da participação e envolvimento das populações locais inseridas nos territórios, municípios e microbacias na resolução de suas próprias dificuldades. Isto irá possibilitar uma maior integração e interação das ações previstas (MOP, 2015; p. 66).

As redes possuíram um esquema onde demonstra-se a necessidade de ação conjunta entre os COGEMs e territórios de cidadania, conforme figura abaixo.

**Figura 6. Rede Rural de Cidadania**



Fonte: MOP Rio Rural BIRD, p. 42.

Nela os Encontros Territoriais de Cidadania ocorreriam através dos COREMs, os Fóruns Estaduais de Cidadania e congregariam “entidades e segmentos sociais fluminenses para pensar e deliberar, em conjunto, as possibilidades de implementação

das ações em redes através do estabelecimento de parcerias locais, municipais, territoriais”. Os Elos Rurais de Cidadania teriam a incumbência de “impulsionar, propor e facilitar as diversas ações em cidadania nas microbacias integrando as diversas iniciativas locais e tendo o COGEM como espaço amplo de proposição e participação nas ações da rede” (MOP, 2015; p. 67). Elas foram idealizadas num momento onde os executores acreditavam que os COGEMs iriam evoluir e criar redes de interação regional no sentido de ampliar a discussão ambiental para os espaços urbanos.

No entanto, após exaustiva busca de documentos e pessoas envolvidas em tais redes, soubemos, através dos idealizadores do projeto, que tais redes jamais saíram do papel oficialmente, conforme declaração do gestor do projeto:

Isso não foi formalizado. Confesso a você que as coisas aconteceram muito mais de maneira informal. Você teve ações de COGEMs para discutir coisas regionais mas não foi montado indicadores, não se acompanhou e analisou resultados. Aconteceu de forma informal. Foi uma das ideias que nós tivemos e acabou sendo atropelada pela crise do estado que prejudicou o projeto. Não teve equipe e não aconteceu de maneira profissional. Você pode falar que existe formada hoje uma rede informal de discussão. Fazíamos reuniões de todos os COGEMs regionais em todo o curso do projeto, mas era uma avaliação de monitoramento do projeto, não tinha intenção de virar uma rede. (GESTOR, 2020).

Ou seja, as redes de cidadania foram, de fato, idealizadas mas não executadas com suas características originais nem mesmo no Rio Rural FA.

No que se refere a organização, o Rio Rural Bird, por ter objetivos distintos, responde a uma nova estrutura de componentes e subcomponentes, como demonstra o quadro 4. Aparentemente mais “enxuto”, contando com apenas três componentes e sete subcomponentes, o projeto remodela e realoca recursos em diversas categorias.

#### **Quadro 4. Componentes e Subcomponentes do Rio Rural Bird**

	Componente	Subcomponente	Principais Metas	US\$ mi
--	------------	---------------	------------------	---------

1	Apoio à produtividade e competitividade da agricultura familiar	Pré-investimentos	Fortalecer a organização e a capacidade produtiva agrícola por meio de atividades de treinamento e planejamento	66,1
		Investimentos	Implementar os subprojetos produtivos e sustentáveis do sistema agrícola; controle de erosão e reabilitação e manutenção de estradas rurais (subprojetos de estradas).	
2	Arcabouço institucional	Fortalecimento das instituições rurais e mecanismos de coordenação	Capacitação dos beneficiários; contribuir para a implementação de uma política nacional de apoio ao desenvolvimento territorial;	5,2
		Melhoria dos mecanismos de apoio financeiro público e privado	Estreitar laços entre oferta e demanda de recursos financeiros através da elaboração de um Sistema de Sustentabilidade Econômica (SSE);	
		Realização de pesquisa participativa	Estabelecer um sistema operacional novo e eficaz (o Sistema de Rede de Pesquisa de Serviços Sustentáveis);	
3	Coordenação do projeto e gestão de informação	Coordenação do projeto	Fortalecimento da estrutura organizacional e operacional da Unidade de Implementação do Projeto (UIP);	7,6
		Gestão de informação	Desenvolvimento e implementação de um sistema de informação gerencial.	

Fonte: Adaptado de MOP, 2015.

Neste momento, o foco torna-se o componente 1 – apoio à produtividade e competitividade da agricultura familiar, abarcando 83,8% dos recursos do projeto.

No que se refere às inovações, seria criado um Plano de Sustentabilidade Institucional de forma participativa entre a SEAPPA e demais atores multisetoriais com o objetivo de fortalecer o arcabouço institucional para o aprimoramento da governança e da coordenação entre mecanismos públicos e privados de apoio financeiro em prol do desenvolvimento rural sustentável. Por meio do dessas ações, seriam promovidos ajustes institucionais necessários e parceiras institucionais estratégicas na constituição da rede de pesquisa reunindo universidades, centros de pesquisa, instituições de extensão rural e organizações dos agricultores, que desse suporte à adoção e adaptação de tecnologias agroecológicas e conservacionistas à realidade da agricultura familiar nas diferentes regiões e distintas cadeias agropecuárias fluminenses (MOP, 2015; HISSA, 2020).

A criação do Sistema de Sustentabilidade Econômica (SSE) se apresentou também como novidade. Planejada durante o Rio Rural GEF, esse sistema fez parte do componente 2 (Arcabouço Institucional) desenvolvido no Bird e reestruturado em Sistema de Sustentabilidade Financeira (SSF) no FA. Para D'Oliveira (2016), esta

evolução do SSE em SSF evidenciava de forma mais clara o tipo de estratégias para captação de recursos para a terceira fase do projeto.

O SSF teve como objetivo desenvolver a sustentabilidade econômica e financeira do Rio Rural através da criação de um canal estruturado para direcionar a oferta de recursos públicos e privados e facilitar o acesso a esses recursos pelos agricultores familiares com intermédio da contratação de uma instituição privada.

Indicou a captação de recursos pelas seguintes fontes:

Pagamento por Serviços Ambientais, incluindo a cobrança pelo uso da água, créditos de carbono e de fundos para a conservação da biodiversidade; Programas de Responsabilidade Socioambiental de Empresas; Programas ou Iniciativas Governamentais, nas esferas federal, estadual e municipal; a fundo perdido; e Programas de Fomento e/ou Investimento Governamentais, com juros subsidiados (MOP RIO RURAL BIRD, 2009, p. 80).

Esta ação foi mais intensificada no Rio Rural FA e será tratada mais adiante.

Sendo assim, inicialmente orçado em US\$ 78,8 milhões, em janeiro de 2011 (poucos meses após início da 2ª fase do Rio Rural) o estado solicitou e recebeu autorização para direcionar recursos do Rio Rural BIRD para as famílias atingidas pela catástrofe ambiental na região Serrana do Estado, chamado de atendimento emergencial. Na ocasião, foram redirecionados aproximadamente US\$18,7 milhões do financiamento do BIRD (componente 1) para o apoio à retomada da produção nas propriedades afetadas e à melhoria no acesso físico desses produtores aos mercados, somados aos US\$10,5 milhões oriundos do Governo Estadual e aos US\$7 milhões liberados pelo do Governo Federal obtidos através do Pronaf emergencial (Avaliação Geral, 2018; MOP, 2014). Diante deste acontecimento, 58% do recurso total foi comprometido em apenas um ano de realização do Projeto (Avaliação Geral, 2018). Esta medida repercutiu nas demais áreas que seriam atendidas, tendo em vista que o número de famílias em outras regiões teve que ser reduzido, além disso, foram reduzidas e reformuladas as metas iniciais.

Essa realocação de recursos devido a uma situação inesperada, fez com que o governo do estado solicitasse um novo aporte financeiro ao BM, chamado de Rio Rural FA (Fundo Adicional) no valor de US\$ 100 milhões mais 40 milhões de contrapartida estadual que, apesar de seguir objetivos e aspectos gerais do Rio Rural Bird, alterou

estratégias, metas e objetivos específicos, conforme será visto a seguir. Por terem sido executados juntas, os resultados das duas fases de financiamento serão tratadas no final da seção seguinte denominada Rio Rural FA.

No escopo geral do Programa Rio Rural, o projeto Rio Rural Bird agrega em ampliação dos subprojetos produtivos, comunitários e contempla as ações mais esperadas pelos beneficiários de saneamento básico e recuperação de estradas. Incorpora e aplica ações de PSA e PSE e amplia a discussão em torno do DRS no estado do Rio de Janeiro, além disso, consolida conceitos de preservação e conservação ambiental perante o público alvo, técnicos e demais parceiros do projeto.

### **2.5.5 Rio Rural FA**

Com comprometimento de 58% do recurso total destinado ao Rio Rural Bird no primeiro ano de sua execução, o estado conseguiu acionar o financiamento adicional e essa nova fase do projeto passa então a ser tratada como Rio Rural – FA.

Este financiamento viria a atender uma necessidade apontada pelos gestores de aumentar a produtividade e competitividade agrícola da agricultura familiar nas áreas já atingidas do projeto e a Região Serrana, tendo em vista o reordenamento financeiro executado. Especificamente, deveria ser usado para:

Possibilitar a conclusão das atividades originais do projeto (19% do montante do empréstimo adicional) mediante a renovação da parte do montante do empréstimo original utilizada em atividades de renovação de emergência associadas ao desastre natural ocorrido em janeiro de 2011 na região serrana; e ampliação do impacto do projeto e eficácia do desenvolvimento (81% do montante do empréstimo adicional proposto). (MOP RIO RURAL BIRD FA, 2014, p. 17),

Além destas causas, o FA teve como justificativa a proximidade dos megaeventos como Copa do Mundo em 2014 e Jogos Olímpicos em 2016. Na ocasião, fora esperado pela gestão do projeto que tais eventos elevassem a demanda por produtos agrícolas, proporcionando aos produtores oportunidade de ampliação de mercados nunca antes vista (AVALIAÇÃO GERAL,2019).

Sendo assim, com previsão de ações entre 2012 a 2018, o novo orçamento previu 140,5 milhões de dólares, sendo 100 milhões de dólares financiados pelo Banco Mundial (71,5%) e o restante em contrapartida do governo do estado do Rio de Janeiro, Governo Federal e agricultores. No entanto, o projeto recebeu um “golpe” orçamentário em 2016 em decorrência da crise fiscal que atingiu o estado do Rio de Janeiro no mesmo ano. Na ocasião, US\$40 milhões foram suspensos, juntamente com as atividades do Projeto, as quais só foram ser retomadas no ano seguinte (INFADIC, 2017; LAADIT8200-BR, 2017 apud AVALIAÇÃO GERAL, 2019).

Devido à reestruturação do Projeto RIO RURAL BIRD os trabalhos foram previstos para 166 novas microbacias e mais as 200 do projeto reestruturado, passaram a somar 366 microbacias a ser contempladas. O FA passou então a atuar em 59 municípios do BIRD e mais 13 municípios da região serrana, totalizando 72 municípios, 47 mil famílias diretas. Ou seja, 27,7 mil famílias a mais do que originalmente previsto (MOP RIO RURAL BIRD FA, 2014), conforme o quadro 5.

**Quadro 5. Área de abrangência do Programa Rio Rural a partir do Financiamento Adicional (terceira fase)**

<b>ÁREA ABRANGÊNCIA RIO RURAL BIRD FA</b>			
<b>ÁREA</b>	<b>REGIÃO</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>MICROBACIAS</b>
<b>ÁREA FOCAL DE PRIORIDADE 1</b>	NORTE	Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra	69
	NOROESTE	Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá, Varre-Sai	103
<b>ÁREA FOCAL DE PRIORIDADE 2</b>	SERRANA	Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis, Santa Maria Madalena, Trajano de Moraes	99
<b>ÁREA DE REPLICABILIDADE</b>	METROPOLITANA	Itaboraí, Magé, Itaguaí, Paracambi, São Gonçalo, Seropédica, Tanguá	17

	SUL	Mangaratiba	3
	CENTRO SUL	Paty dos Alferes, Vassouras, Sapucaia,	11
	MÉDIO PARAÍBA	Piraí, Rio Claro, Quatis, Rio das Flores, Valença	18
	LITORÂNEA	Araruama, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Rio Bonito, Saquarema, Silva Jardim	27
	ÁREA ADICIONAL	Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Paraíba do Sul, Japeri, Resende, Guapimirim, Rio das Ostras, Queimados, Barra Mansa, Barra do Piraí, Miguel Pereira, Volta Redonda, Rio de Janeiro	19
<b>TOTAL</b>			72
			366

Fonte: Manual Operacional Rio Rural BIRD/FA

As atividades emergenciais não impactaram os componentes e a estrutura de desenvolvimento do Projeto RIO RURAL BIRD, havendo apenas uma reorientação dos valores financeiros, reduzindo consideravelmente as metas do Projeto, que foram realinhadas em atendimento, principalmente, para recuperação de moradias e retomada da produção agrícola (MOP RIO RURAL BIRD FA, 2014, p. 17). Por isso, passou a contemplar as seguintes metas:

#### **Quadro 6. Metas reformuladas a partir do financiamento adicional do Rio Rural**

	<b>Metas reformuladas</b>
<b>366</b>	Microbacias hidrográficas selecionadas e participando do Projeto, envolvendo 47.000 agricultores, pescadores artesanais, mulheres e jovens rurais;
<b>16.000</b>	Pequenos agricultores (pelo menos 35% nas áreas alvo) adotando sistemas mais produtivos e sustentáveis, dos quais 3.200 são mulheres;
<b>30</b>	Propostas de investimentos estruturantes financiadas, sendo 20 produtivas e 10 ambientais;
<b>38.400</b>	Propostas de investimentos produtivos e ambientais financiadas, das quais 7.680 propostas de mulheres agricultoras;
<b>185.000</b>	Hectares de terras sob sistemas produtivos melhorados;
<b>2.500</b>	Quilômetros de estradas vicinais reabilitadas e em manutenção;
<b>540</b>	Técnicos e atores envolvidos capacitados em conceitos chave do projeto;
<b>87.240</b>	Beneficiários capacitados em conceitos chave do projeto capacitados em conceitos chave;
<b>1</b>	Plano de Sustentabilidade Institucional da SEAPEC e vinculadas formulado;
<b>20</b>	Projetos de fortalecimento institucional financiados;
<b>4</b>	Arranjos de cooperação com entidades governamentais do setor rural;
<b>4</b>	Entidades multissetoriais estabelecidos em apoio ao DRS;
	Sistema de Sustentabilidade Financeira estabelecido e aportando recursos por meio de 60 projetos de DRS alavancados;
	Sistema de Pesquisa em Rede estabelecido e desenvolvendo 50 projetos de pesquisa participativa;

<b>366</b>	Microbacias sob monitoramento participativo;
	Sistema de gestão da informação implantado nos níveis central, regional, municipal e local e através do portal <a href="http://www.microbacias.rj.gov.br">www.microbacias.rj.gov.br</a> ;
<b>4</b>	Microbacias operando sob sistema completo de Monitoramento e Avaliação;
<b>2.300</b>	Subprojetos emergenciais financiados.

Fonte: Adaptado de MOP, 2015.

O novo projeto também não resultou em alteração dos objetivos específicos, mas acrescentou um objetivo geral: “(ii) apoiar a recuperação produtiva e ambiental das áreas rurais da região Serrana afetadas pela catástrofe de Janeiro de 2011” (MOP, 2015; p. 25) e prorrogou a data de finalização para novembro de 2018, sem chance de prorrogação posterior (MOP, 2015).

Dentro das modificações necessárias para adequação do projeto, o Rio Rural FA não alterou a estrutura e descrição dos componentes, apenas ampliou o Componente 1 (Apoio à Produtividade e Competitividade da Agricultura Familiar) para incluir a assistência à restauração agrícola dos agricultores familiares afetados pelo desastre natural na região Serrana e introduziu uma nova a chamada de “Subprojetos de Emergência” no Subcomponente 1.2 (Investimentos) e US\$18,77 milhões realocados dentro deste subcomponente para tais subprojetos. As atividades do Componente 1 em outras áreas do Estado foram reduzidas para refletir o redirecionamento de recursos para atividades de emergência nas áreas afetadas. Os demais componentes não foram alterados (AVALIAÇÃO GERAL, 2018).

Para o Superintendente de Microbacias do estado, houve desejo de modificações no viés produtivo a partir do Rio Rural FA, onde o BM teria tencionado para que o empreendedorismo e produtividade ganhassem maior foco, o que não foi aceito pela equipe:

O banco, em alguma fase do projeto eles tentaram vender pra gente o modelo que estava atuando em outros estados, que era um modelo mais econômico – no FA, eu acho. Eles queriam apoiar só cooperativas, grande organizações porque esse era o caminho do empreendedorismo e da inclusão de mercado – essa baboseira que parece até que o agricultor vai trabalhar pra produzir, para vender para ninguém, comer a produção toda. Todo mundo está inserido no mercado, mas tem sempre uma moda, né?! A moda na época era essa. Mas aqui a gente não permitiu que isso acontecesse. A gente falou que queria um modelo inicial porque a gente estava precisando desse modelo de conservação de solo e água pra conservação ambiental ficar bem forte, e também isso não desqualifica a necessidade de você ter uma pegada também empreendedora e também de mercado. Você pode fazer as duas coisas. Essa



foi a primeira vez que eu senti que o banco estava forçando uma barra, que a gente rejeitou e ficou por isso mesmo. A gente falou que aqui a conversa era assim, que íamos fazer assim e fim de papo. (GESTOR, 2020).

Além do viés “mais” produtivo, o MOP do Rio Rural FA teorizou sobre o aprofundamento do SSE em SSF que passou então a seguir uma versão moderna, conforme esquema abaixo.

**Figura 7. Esquema de investimentos do SSF.**



Fonte: Extraído de MOP, 2015.

Segundo o MOP (2015), o SSF receberia apoio técnico do BM e FAO para o detalhamento da operacionalização do sistema, onde recursos do Bird deveriam ser direcionados para contratação de uma entidade que atuaria como “agente de aproximação entre ofertantes de recursos (programas sociais, linhas de financiamento,

recursos de responsabilidade socioambiental de empresas, compensações de empreendimentos) e demandantes por recursos (organização de agricultores). É neste sistema que o banco busca colocar em prática sua crença neoliberal de estado mínimo na gestão de recursos naturais, aprofundando as ideias implantadas pelo Rio Rural GEF.

O documento aponta ainda as fontes de recursos como:

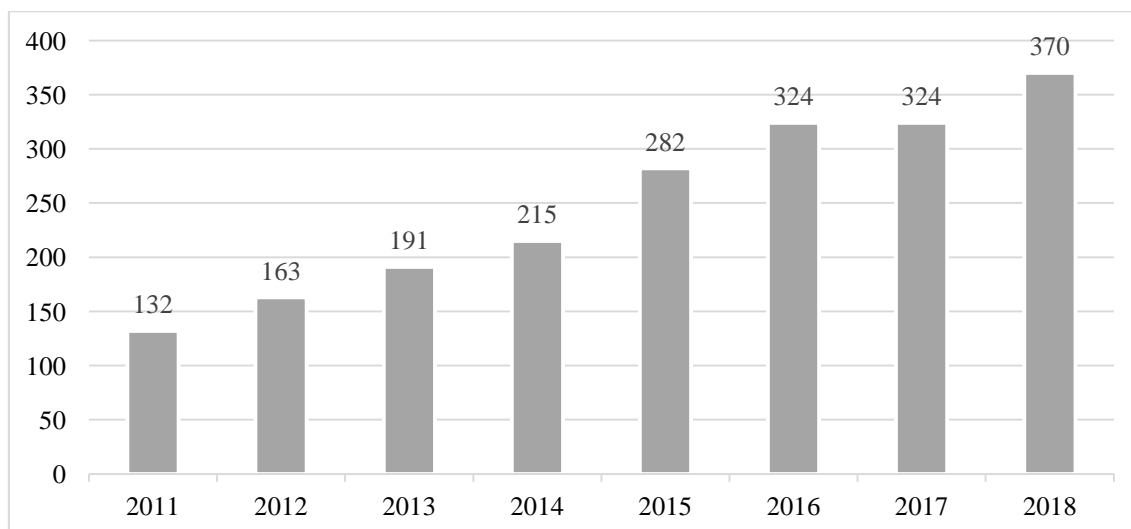
- a) Políticas Públicas em geral; b) pagamento de Serviços Ambientais (PSA) nos temas de carbono, água e biodiversidade; c) créditos Agrícolas; d) parcerias Privadas nas áreas de negócios sustentáveis e responsabilidade socioambiental (MOP, 2015; p. 162).

No SSF, o Setor Público e Setor Privado poderiam acessar as fontes, mas priorizando as respectivas áreas de atuação, arranjos públicos para o primeiro e arranjos privados para o segundo. Na ocasião, era esperado que 10 acordos adicionais aos 45 originalmente planejados, fossem alavancadas no âmbito do SSF (MOP, 2015). No que se refere aos COGEMs, nada foi alterado, portanto, serão tratados em conjunto após os apontamentos dos resultados do projeto no Rio Rural Bird e FA.

## **2.6 Resultados dos COGEMs**

Iniciando a partir das experiências adquiridas no GEF, a criação dos COGEMs no Rio Rural BIRD supera as metas e se torna um marco, já que o componente em que estava inserido o seu fomento foi o único que consumiu menos recursos que o disponível e superou as metas estimadas.

**Gráfico 3. Evolução da criação de COGEMs no período de 2011 a 2018**



Fonte: Relatório COGEM, 2018.

No gráfico 3 é possível observar até o ano de 2014, o projeto seguia com a criação aproximada de 30 COGEMs por ano, realidade que mudou a partir de 2015, com exceção de 2017 devido a paralisação nas atividades do projeto, dando um salto no ano final de execução – 2018.

O superintendente de microbacias argumenta que houve conflitos na implantação dos comitês, salientando a busca por solução por parte da EMATER:

Tiveram muito, *num* foi pouca coisa não, foi muito conflito. Até porque, os membros das associações ficaram um pouco indignados achando que o COGEM era pra diminuir ou melindrar a força deles, o trabalho deles. E você tinha que toda hora explicar que isso (COGEM) era uma forma de escutar toda a demanda ambiental, produtiva e social da comunidade, da alta, média e baixa. E a gente foi tentando daí resolver e que a gente achava que o COGEM ia virar associação. Mas para o projeto, você tinha que escutar tudo e não só demanda produtiva. (GESTOR, 2020).

Ele também assinala, o que D’Oliveira (2016) observou em seus estudos sobre o Rio Rural, um entendimento por parte da população sobre o fato do COGEM tender a concorrer espaço com as organizações pré-existentes, reduzindo força das associações “[...] a população dizia que já tinha uma organização e que não precisava montar outra. Teve um assentamento que dizia que já tinha até um plano de assentamento e eu dizia

que ótimo, então a gente pode agregar os dois projetos, mas a microbacia tem que ser o foco”.

Essa problemática também já havia sido narrada por Souza e Hespanhol (2015). Se a cada novo projeto, tiverem que ser organizadas novas estruturas de gestão, a ação, ao invés de aglutinar pode realmente tender a segregar, além de gerar atritos iniciais que poderiam ser evitados.

No âmbito do IRS/EMATER/RIO, foi criado um instrumento para viabilizar o monitoramento e avaliação dos COGEM em forma de planilha. Este instrumento tinha como metodologia 3 indicadores quantitativos e qualitativos desenvolvidos da seguinte maneira: “perguntas de 01 a 04 – A Constituição e o reconhecimento do COGEM; Perguntas de 05 a 13- Seu funcionamento interno e a capacidade de registrar suas atividades; Perguntas de 14 a 17 – Sua articulação externa e potencialidade de aglutinar parceiros em torno dos seus propósitos” (RCOGEM, 2018, p. 11-12).

A Planilha também foi estruturada de forma lúdica através das cores de um semáforo (VERMELHO, VERDE e AMARELO) para ser de fácil compreensão. Nela, cada pergunta teria um peso e seria calculado uma média de alcance dos objetivos por cada COGEM, onde, cada cor, teria os seguintes significados:

Grupo Verde - Organização social e capacidade institucional: possuir organizações rurais consolidadas (formalizadas e atuantes), empoderada para tomada de decisões e para a autogestão comunitária, em condições de realizar articulações com poder público e entes privados, com vistas ao acesso às políticas públicas e parcerias. Ter capacidade comprovada de desenvolver ações sem a presença de técnicos e habilidade para elaboração de propostas de investimento para parceiros. Ter registros administrativos e contábeis de suas organizações, bem como Atas e registros de reuniões das instâncias decisórias internas. Ter comprovação de acesso organizado e coletivo a mercados, com gestão própria e autônoma.

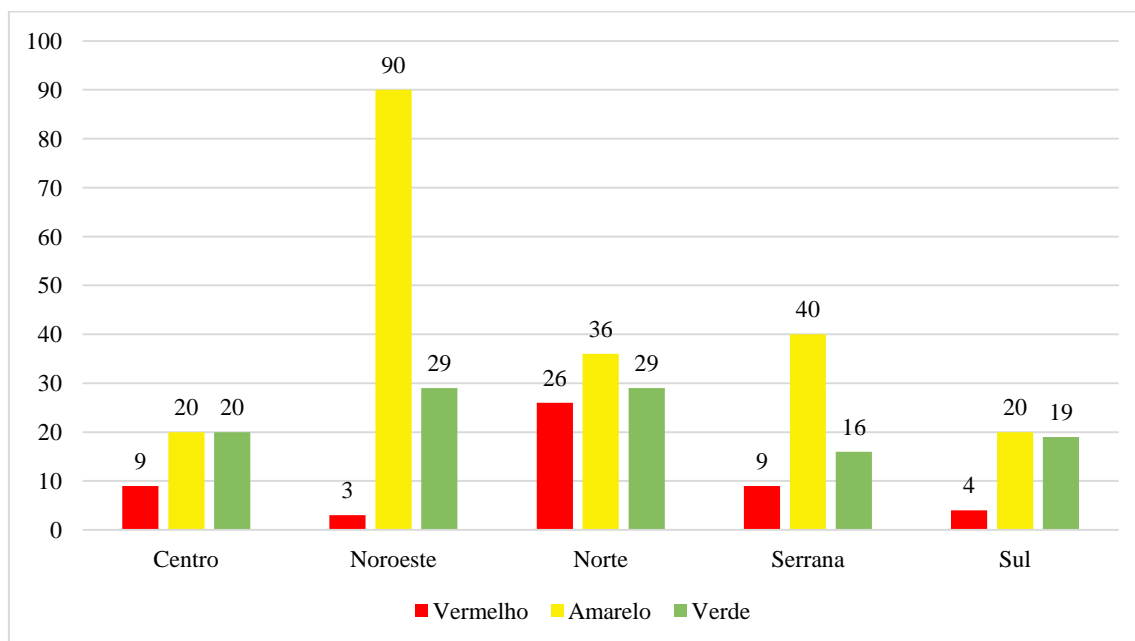
Grupo Amarelo - Organização social e capacidade institucional: possuir organizações rurais frágeis (formalizadas ou não, com pouca atuação), baixo índice de registros administrativos e financeiros, expressiva rotatividade de seus integrantes, maior dependência da presença dos técnicos para tomada de decisões e desenvolvimento de atividades, pouca habilidade de negociação com agentes externos e baixo envolvimento com o poder público. Acesso a mercados tutelado por agentes externos de apoio técnico.

Grupo Vermelho - Organização social e capacidade institucional: possuir organizações rurais com alta desmobilização e não formalizada, pouca atuação perante os membros em campo de abrangência, inexistência ou reuniões realizadas de forma insuficiente (sem objetivos claros e plano de

trabalho), ações das organizações sociais inexistentes ou pouco expressivas, forte dependência de técnicos para execução das atividades de rotina; registros administrativos e contábeis praticamente inexistentes, nenhum envolvimento com o setor privado e alta dependência do poder público. Sem acesso a mercados organizados (RCOGEM, 2018, p. 12).

Conforme demonstra o gráfico abaixo, em todas as regiões as microbacias consideradas de alto desempenho foram minoria, atingindo menor marca no Noroeste Fluminense, com 31,1% de microbacias avaliadas no Grupo Verde.

**Gráfico 4. Classificação dos COGEMs por região**



Fonte: Adaptado de Relatório do COGEM, 2018.

No entanto, essa também foi a região com menor proporção de microbacias de baixo desempenho, avaliadas como grupo vermelho, apenas 2,5%.

Sobre os resultados dos COGEMs o Superintendente de Microbacias revela certa decepção ao ser questionado sobre suas expectativas em relação aos COGEMs:

Expectativa? Eu queria que eles tomassem a decisão deles. O que eles queriam para o futuro deles. Isso eu acho q nós atingimos. Claro, eu gostaria de muito mais. Gostaria que tivesse mais empoderamento, mais cobranças de participação em políticas bem ativas, chegasse junto aos prefeitos e exigisse. Exigisse do Secretário do estado, em demandas do legislativo. Isso não aconteceu, mas eu não sei hoje [...] Eu queria resultado na participação política, uma participação política expressiva. (GESTOR, 2020).

Essa decepção se deve em grande parte pois esperava-se que os COGEMs se unissem e exigissem continuidade do programa, o que não aconteceu, apesar de assinalar resultados concretos:

Teve COGEM que chegou a virar Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, teve COGEM que denunciou no Ministério Público. Isso pra mim é maravilhoso, você sair daquela inércia e agir. Por outro lado, temos um indicativo ruim porque quando nos saímos em 2018, em 2019 não teve ação nenhuma. Não teve ação de nenhum COGEM para cobrar ao novo secretário. O projeto se definhando e não tinha ninguém pra cobrar nada, fazer nenhuma ação. Não tem como falar que era isso que eu esperava. Eu esperava o contrário e não foi o que aconteceu (GESTOR, 2020).

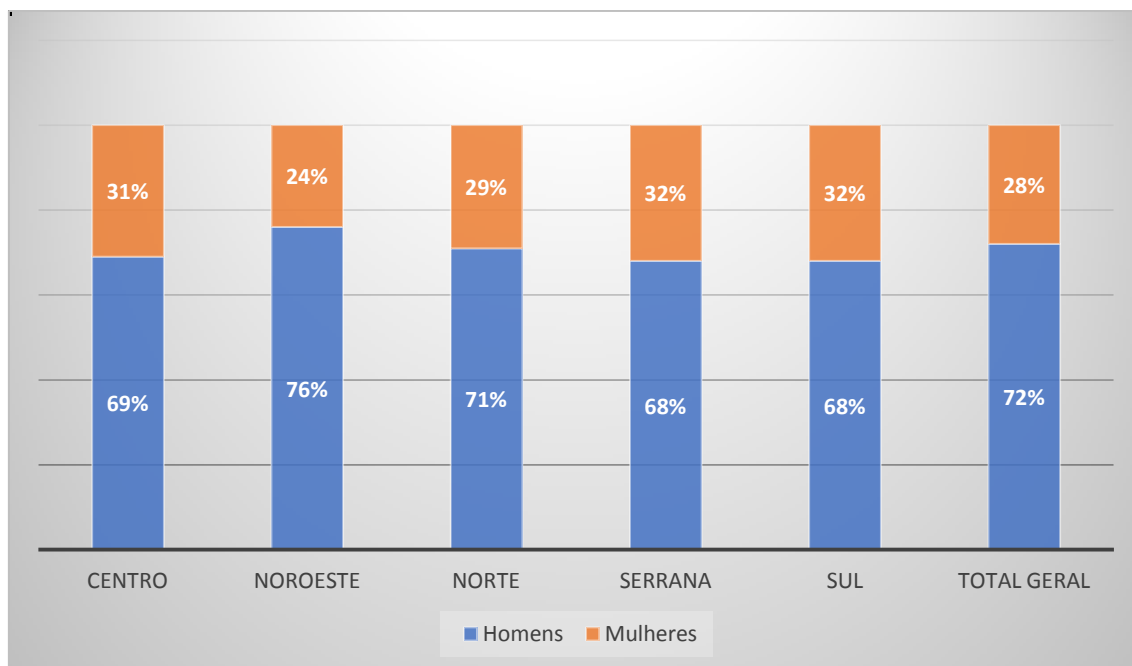
Para justificar alguns resultados ruins, o Relatório dos COGEMs descrevem os gargalos institucionais identificados no último Seminário de Projetos Sociais

1 - efetivo de extensionista sociais baixo na EMATER-RIO e distribuição irregular dos mesmos no Estado; 2. Descompasso entre os aspectos motivacionais e operacionais do programa. O COGEM e os grupos de interesse se desinteressam em função da operacionalização. Há um hiato grandioso de tempo até as coisas começarem a acontecer. 4. Identificada a necessidade de retrabalho em algumas MBH a partir do foco que foi dado a organização comunitária, principalmente através da assessoria nas regiões Norte e Noroeste (RCOGEMs, 2018, s.p).

De fato, o tempo entre o início das articulações para a formação dos COGEMs até o real salto de implantação dos projetos percorre cerca de 5 anos. Um tempo consideravelmente grande para manter a mobilização da comunidade sem ter visto qualquer resultado real e palpável. Uma população que amarga décadas de abandono em políticas públicas, esgotada de acreditar em melhorias oriundas dos poderes públicos.

Como os COGEMs tinha a premissa de serem, além de inclusivos e participativos, igualitários, foi aferida também a participação feminina dentro dos comitês de todas as regiões e seus resultados podem ser analisados no gráfico abaixo.

**Gráfico 5. Participação feminina e masculina nos COGEMs por região**



Fonte: Adaptado de Relatório do COGEM, 2018.

Como se pode observar, as mulheres estiveram em número abaixo de 35% em todas as regiões do estado, o que reflete a permanência da cultura machista no campo, onde o poder de decisão se mantém nas mãos dos homens ao longo da história (Gráfico 5).

## 2.7 Resultados Gerais

Foram adotadas estratégias de ações diferenciadas em cada fase do projeto. No Rio Rural GEF foi estabelecido um valor de U\$ 932,9 mil em planejamento de ações como fortalecimento dos sistemas de incentivo e planejamento local em microbacias piloto. Para o sistema de incentivo um valor de U\$ 8.801 mil a serem utilizados em subprojetos individuais e coletivos com adaptação de práticas conservacionistas e educação ambiental, além de pesquisas adaptativas. Outro montante de U\$ 2.388 mil foi reservado a organização e capacitação comunitária para autogestão dos recursos naturais

e capacitação de executores e reserva de U\$ 2.740,3 mil para gerenciamento, monitoramento, avaliação e disseminação do projeto por meios de divulgações.

A tabela abaixo demonstra valores da composição financeira e as áreas contempladas das diferentes fases do programa.

**Tabela 6. Composição financeira e áreas contempladas do projeto RIO RURAL**

<b>1º Etapa GEF (2006-2011)</b>	<b>2º etapa BIRD (2010-2016)</b>	<b>EMERGENCIAL (2011)</b>	<b>F. Adicional (2012-2018)</b>	<b>TOTAL</b>
U\$\$ 14 mi	U\$\$ 79 mi	U\$\$ 18,7 mi	U\$\$ 140 mi	U\$\$ 251,7 mi
24 municípios	59 municípios	13 municípios	72 municípios	
50 microbacias	200 microbacias	62 microbacias	166 microbacias	366
4.000 famílias	37.000 famílias	25.000 famílias		

Fonte: MOP RIO RURAL, 2014.

Já no Rio Rural BIRD o valor destinado ao apoio à produtividade e competitividade da agricultura familiar para pré-investimentos e investimentos foram no valor de U\$ 61,1 milhões, e U\$ 5,2 milhões destinados ao arcabouço institucional com fortalecimentos das instituições rurais visando melhoria dos mecanismos de apoio financeiro públicos e privados, através de pesquisas participativas. E para coordenação do projeto e gestão da informação foi destinado o valor de U\$ 7,6 milhões.

As análises institucionais do Governo do Estado do Rio de Janeiro consideram o Rio Rural um projeto de grande sucesso e o atribui ao fortalecimento organizacional interligado ao associativismo e o cooperativismo da comunidade. Argumenta que, além dos agricultores, a sociedade como o todo vem sendo beneficiada, já que seria possível sentir as consequências de implementação dos projetos sustentáveis nos centros urbanos e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, principalmente pela maior oferta de alimentos e água, além da redução da pressão por emprego, saúde e moradia (RIO RURAL, 2009). Apontam ainda que o projeto melhorou praticamente todas as dimensões do Capital Social avaliadas, tendo em vista que o objetivo inicial se propôs a mobilizar parceiros para promover a proteção de nascentes e conservação dos recursos hídricos, que merecem melhores investigações.

Ao evidenciar os benefícios e serviços ambientais prestados a partir da conscientização dos agricultores e melhoria de suas práticas, foram anunciados pela Secretaria Estadual de Agricultura (2018) resultados que demonstram que em área de



proteção encontram-se 8.290 nascentes resultante da conscientização e mobilização de agricultores participantes do programa Rio Rural. As nascentes estão dispostas entre as 373 microbacias de 78 municípios fluminenses, beneficiando um total de mais de 46 mil produtores familiares no estado.

No entanto, como pode-se observar, inúmeros problemas institucionais ou não prejudicaram o desenvolvimento do projeto tornando o recurso escasso e muitas vezes obsoleto em seu tempo e espaço. Processos importantes de articulações de COGEMs foram interrompidas, atrasos na liberação da verba, morosidade em todo o percurso de implantação fizeram com que os impactos, de certo, fossem menores do que o potencial da região Sudeste.

Não obstante às especificidades locais, esses problemas não são incomuns em projetos de co-financiamento do BM. Na década de 1990 Margulis (1990) já havia detalhado em análise de desempenho do banco no Polonordeste problemas bem parecidos, conforme fala a seguir: A responsabilidade do Banco com relação a isto se deu na medida em que as missões de acompanhamento não foram capazes ou sequer se preocuparam em remediar concretamente a situação. Tudo o que se disse nas seções anteriores em relação a este fracasso institucional do Polonordeste do lado das instituições do governo brasileiro foi claramente feito às vistas do Banco, que sempre teve informação sobre o desenrolar do programa. Dada a quase completa dependência dos projetos de financiamentos do Polonordeste, seu poder de pressão era muito grande, de modo que não há como negar parte da responsabilidade pelo insucesso institucional do programa ao Banco (p. 45).

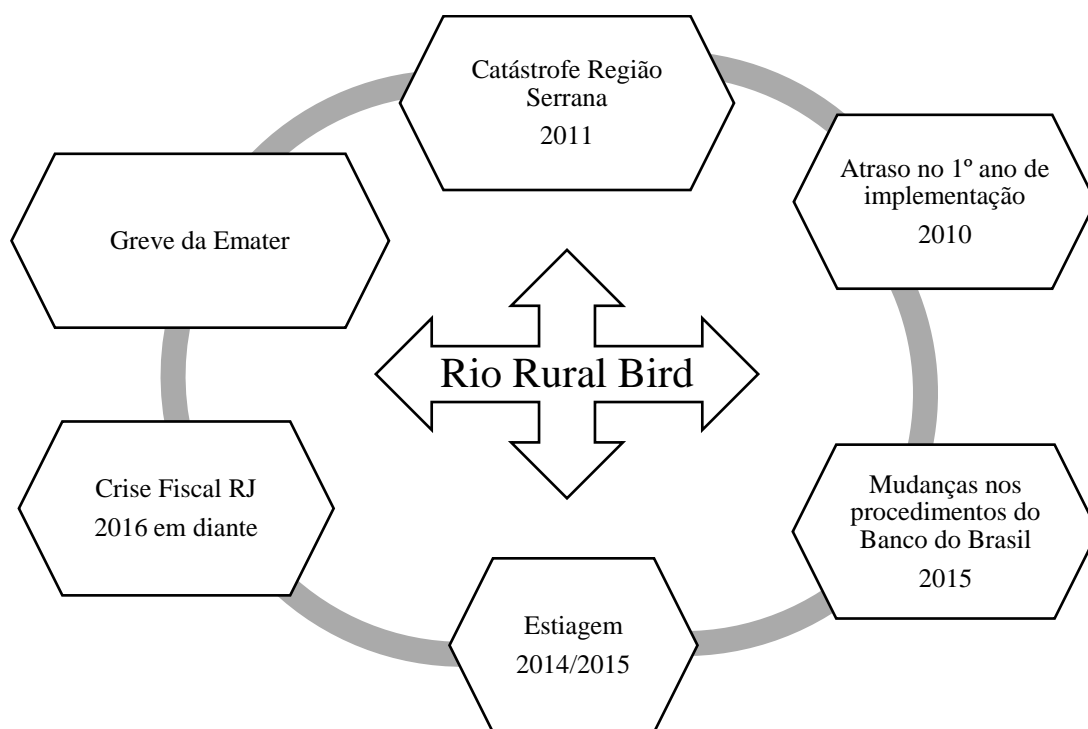
Margulis (1990) ainda questiona a concessão de crédito a um estado recém-criado que, claramente, não teria condições de gerenciar um projeto de tamanha envergadura, conforme:

Além do acompanhamento ter sido falho, o insucesso institucional deve ser em grande medida creditado a um erro de concepção do Polonordeste, conquanto acreditou o Banco Mundial que as instituições locais, de um estado recém-criado, em uma região experimentando um crescimento explosivo, e, não menos importante, sujeitas a uma enorme pressão de grupos econômicos e políticos regionais seriam capazes de gerir e administrar um programa do vulto do Polonordeste (MARGULIS, 1990; p.45).

Portanto, o autor critica justamente a falta de responsabilidade e compromisso do BM ao liberar projetos, levando a crer que está mais preocupado com a execução do financiamento do que com os resultados propriamente ditos de cada empreendimento.

O quadro abaixo buscou sinalizar os maiores entraves encontrados ao longo do Rio Rural Bird.

**Figura 8. Problemas enfrentados durante a execução do Rio Rural Bird-FA**



Fonte: Avaliação Geral, 2018. Elaboração própria

Como foi mencionado, pouco depois do início das atividades houve, em 2011, a catástrofe da região Serrana, onde a verba e atividades foram deslocadas para a recuperação produtiva da importante área do estado.

Em 2015, o Banco do Brasil, agente financeiro responsável pelo repasse de recursos aos beneficiários via ordem de pagamento, passou a requerer que os mesmos abrissem conta corrente ou poupança para receberem o incentivo. Esta nova política resultou na dificuldade de liberação de tais recursos, pois os beneficiários enfrentaram adversidades nas agências bancárias locais para cumprir com esta solicitação.

No período entre 2014 e 2015, a região Sudeste do país enfrentou uma crise de estiagem que atingiu fortemente o Estado. Através dos técnicos da Emater-Rio, houve uma ação de mobilização dos produtores para que reconhecessem quais as práticas adequadas às necessidades de cada propriedade afetada.

No ano de 2016, pouco depois da prisão do ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, o Governo do Estado do Rio de Janeiro passou por uma grave crise fiscal, que comprometeu seriamente a capacidade de contrapartida da parte que correspondia ao governo, o Rio Rural teve que ser suspenso por quase 1 ano acarretando danos inestimáveis a sua execução. O BIRD então passou a considerar o Estado como de alto risco de endividamento e, portanto, deveria haver um corte de US\$60 milhões dos US\$100 milhões financiados (AVALIAÇÃO, 2019). Mediante negociação com gestores, foi acordada um corte menor na ordem de US\$40 milhões. No entanto, este corte resultou em redução de recursos para subprojetos mais complexos: construção de açudes e poços profundos e subprojetos estruturantes produtivos e ambientais.

Na tentativa de contornar o problema, houve remanejamento de recursos entre categorias para viabilizar a construção de pontes e estradas rurais e ampliar o custeio das atividades do Projeto, uma vez que a contrapartida teve que ser cancelada face à situação financeira do Estado. Sendo assim, o projeto termina em 2018 em meio a prisão de ex-governadores, crise fiscal, paralização por 1 ano e urgência no atendimento das metas e mudança de governo.

Segundo declarações cedidas para a pesquisa do então Subsecretário de Agricultura, o novo governo desempenhou alguns esforços, sem sucesso, na tentativa de viabilizar um outro fundo para dar continuidade ao projeto. A bem da verdade, as atividades cessaram totalmente no ano de 2018, ficando paralisada até o fim de 2019, quando a equipe que executou o Rio Rural foi chamada pela SEAPPA para retornar com avaliações mais precisas, que foram paralisadas novamente com o início da pandemia do novo Coronavírus.

Em 16 de dezembro de 2020 foi aprovada na ALERJ por meio da Ementa 4101<sup>15</sup> um novo recurso para continuação do Programa Rio Rural de 45 milhões de reais, sendo sua liberação aguardada pela equipe.

---

<sup>15</sup> <sup>15</sup> **Emenda de Despesa Modificativa** nº 4104 (SEAPPA – RIO RURAL AÇÃO 1625), de 16 de dezembro de 2020.

## CAPÍTULO III - MBH DO RIO IMBÉ E MBH CÓRREGO DO AÇUDE: QUANTO VALE UM DÓLAR POR AQUI?

Duas microbacias, duas histórias distintas. A MBH do Rio Imbé, por sua proximidade com o centro comercial do município de Campos dos Goytacazes (aproximadamente 37 km) abrigou, desde o início, população que transitou mais entre o centro urbano do município e o meio rural. Já a MBH do Córrego do Açude (cerca de 70 km) mais distante da sede e próxima ao estado do Espírito Santo, teve que se desenvolver “por si mesma”, sem grande amparo governamental. Esses dois casos serão estudados neste capítulo buscando compreender por que, numa mesma região, com mesmos valores em recursos disponíveis, os resultados do projeto Rio Rural foram tão distintos.

Para embasar a escolha, será apresentada uma tabela de avaliação final de cada microbacias. A tabela faz parte de um documento mais amplo onde foram feitas avaliações de todas as microbacias, sendo desenvolvida pela equipe técnica da SEAPPA, baseada nos relatórios gerados pelos técnicos de campo da EMATER ao longo do período de execução dos projetos.

**Tabela 7. Avaliação da autogestão nos COGEMs da MBH do Córrego do Açude e MBH do Rio Imbé**

Indicadores	Microbacias	
	Córrego Açude e Pau Dourado	Rio Imbé
Execução (E) / Planejamento (P)	E	E
1. Os membros do COGEM conhecem e desempenham suas funções?	6,0	9,0
2. O Regimento Interno está elaborado?	6,0	6,0
3. Os membros do COGEM tem uma cópia do Regimento Interno para uso?	6,0	6,0
4. O Regimento Interno é respeitado?	9,0	6,0
5. O COGEM faz práticas administrativas e os arquiva?	6,0	2,0
6. Quantos grupos de interesse existem na MBH?	3,0	0
7. Em relação aos grupos e interesse que existem, quantos fazem parte do COGEM?	3,0	2,0
8. A comunidade da MBH sabe quem faz parte do COGEM?	6,0	4,0

9. A comunidade da MBH sabe o que o COGEM faz?	4,0	4,0
10. O COGEM age, intervém, funciona, trabalha, atua independente das solicitações ou presença do técnico?	6,0	3,0
11. Quantas reuniões foram realizadas nos últimos quatro meses?	2,0	0
12. As reivindicações identificadas no PEM, sem contar os subprojetos contidos no PID, estão sendo trabalhadas? Quais?	9,0	3,0
13. O COGEM participa da elaboração, aprovação e aplicação dos subprojetos?	6,0	6,0
14. Houve ações do COGEM para buscar e/ou conseguir recursos financeiros, materiais, humanos e etc.?	4,0	4,0
15. Houve ações para fazer parcerias? Qual?	4,0	2,0
16. Nos lugares de representação tais como Conselhos Municipais, Secretarias, Câmaras de Vereadores, Prefeitura. O COGEM é reconhecido em suas funções?	6,0	4,0
17. Média de participantes nas reuniões?	7,0	0
<b>Total de pontos</b>	<b>83,0</b>	<b>61,0</b>
<b>COGEM de MBH em Execução</b>	<b>Estruturado</b>	<b>Não Estruturado</b>

Fonte: SEAPPA, 2021.

Entre as duas microbacias existiram 22 pontos de diferença, que, por mais que pareçam pouco, demonstram deficiências importantes, principalmente em questões que dizem respeito ao Regimento Interno, desempenho de práticas administrativas e ações desenvolvidas dentro dos COGEMs de forma autônoma, sem a presença do técnico, por exemplo. Maior atenção deve ser despendida ao indicador de número 12 “As reivindicações identificadas no PEM, sem contar os subprojetos contidos no PID, estão sendo trabalhadas? Quais” por ser este de maior disparidade. Enquanto a MBH Córrego do Açude atingiu 9 pontos, demonstrando atuação para além das demandas do projeto, a MBH do Rio Imbé atingiu apenas 3.

Baseados, portanto, nestes indicadores e nas falas dos técnicos responsáveis pelo Rio Rural no Norte Fluminense é que as microbacias foram escolhidas.

### 3.1 Microbacia Hidrográfica do Rio Imbé

A microbacia do Rio Imbé – Subbacia do Rio Ururaí compreende as comunidades de Conceição do Imbé, Aleluia, Batatal, Cambucá e Lagoa de Cima, distrito de Morangaba, sendo Conceição do Imbé, Aleluia, Batatal e Cambucá

pertencentes a localidade denominada Região Serrana de Campos dos Goytacazes e Lagoa de Cima pertencente a Baixada Campista, ou Baixada dos Goytacazes.

**Figura 9. Divisão das microbacias hidrográficas do município de Campos dos Goytacazes - Norte Fluminense**



Fonte: SEAPPA, 2020.

A MBH do Rio Imbé foi a terceira selecionada como área de prioridade 1 de atuação do Rio Rural e constitui grande relevância nacional, seja por possuir uma reserva estadual de Mata Atlântica (Parque Estadual do Desengano), no qual se concentra cerca de 60% da área de preservação ambiental de fragmentos de Mata Atlântica do estado do Rio de Janeiro (IBGE, 2000). Seja pelas comunidades quilombolas ali existentes (Aleluia, Cambucá, Batatal e Conceição do Imbé), todas certificadas pela Fundação Cultural

Palmares<sup>16</sup>, ou até mesmo pelos impactos de obras do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) iniciadas na década de 1930 que causaram profundas alterações e conflitos na Baixada Campista (SOFIATTI, 2015). Sendo assim, a caracterização da MBH do Rio Imbé será desenvolvida respeitando essa territorialidade, já que numa mesma microbacia existe baixada e região serrana.

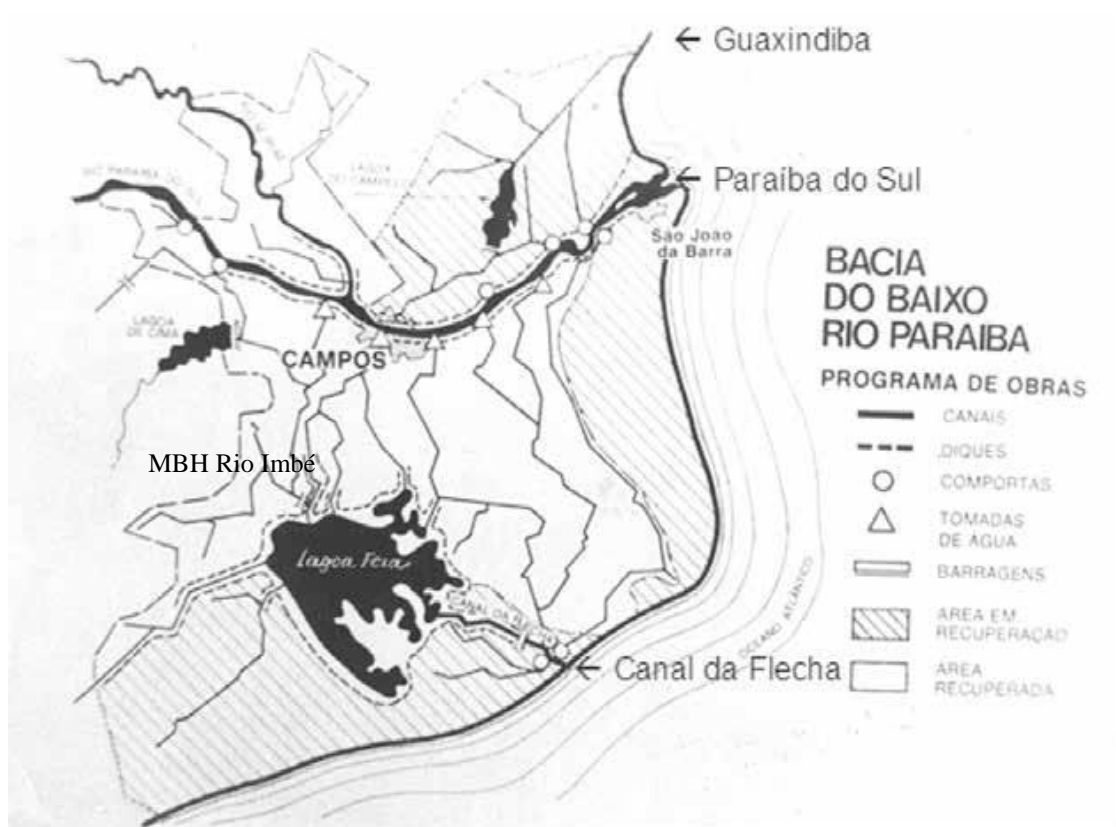
### **3.2 Baixada Campista**

A baixada fluminense se tornou lócus importante ao protagonizar conflitos acerca das obras do DNOS no Norte Fluminense na década de 1930 (CARNEIRO, 2004). As intervenções geradas pelo órgão consistiram em construção de diques de contenção de águas, criação de um sistema de comportas, construção canais de ligação entre rios e lagoas, canalização de rios de baixo curso como Ururá e Macabu, visando, acima de tudo, acabar com os problemas recorrentes de secas e estiagens na região, com vistas a beneficiar a expansão da cidade de Campos dos Goytacazes e o cultivo canavieiro (SOFIATTI, 2015). As obras contemplaram grande parte do território municipal e modificaram por completo cursos e foz de rios, conforme mapa esquemático do DNOS (figura 10).

---

<sup>16</sup> Para conhecer todas as comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares no estado do Rio de Janeiro, consultar: <<http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-rj-02082019.pdf>>, acessado em 31 de outubro de 2019.

**Figura 10. Mapa das obras realizadas pelo DNOS até 1977 no município de Campos dos Goytacazes**



Fonte: Adaptado de SIMÕES, 1977 *apud* SOFFIATI, 2015.

Soffiati (2015) sintetiza os problemas diagnosticados pelo órgão para justificar as intervenções do DNOS da seguinte maneira:

- 1- como impedir transbordamentos, sobretudo em épocas de grandes cheias;
- 2- como transportar água excedente de um subsistema hídrico para outro;
- 3- como disponibilizar terras férteis para a agropecuária;
- 4- como proteger os núcleos urbanos, especialmente Campos, das enchentes; e
- 5- como escoar água do continente para o mar (SOFFIATI, 2015, p. 149).

Portanto, estas intervenções em rios, lagoas e lagunas, culminaram no controle das águas e agregação de novas áreas cultiváveis, incorporando novas extensões de terra às lavouras de cana e à pecuária, sob o pretexto da necessidade do saneamento



(SOFIATTI, 2015). Como era de se esperar, essa intervenção causou profundas transformações na paisagem e modo de vida no município, além do crônico problema de enchentes que causa profundos problemas para a escoagem da produção na microbacia do Rio Imbé, além de ocasionar acentuada sazonalidade da produção devido as cheias.

### **3.3 Região Serrana**

O distrito de Morangaba encontra-se situado próximo às antigas áreas produtoras de cana-de-açúcar de Campos, fazendo parte da Região Serrana do município e constitui-se por área dominada por latifúndios e ex-escravagistas. Por todo o município, escravos fugitivos deste modo de produção se organizavam em comunidades esparsas localizadas em diversos pontos, caracterizando uma intensa vida comunitária (PMCG, 2010). As famílias de Aleluia, Cambucá, Batatal e Conceição do Imbé são consideradas famílias remanescentes de grupos negros rurais, comumente chamados de remanescentes de quilombos, certificadas pela Fundação Cultural Palmares e assentados da reforma agrária.

### **3.4 A História de Formação do COGEM MBH do Rio Imbé**

Antes mesmo de ocorrerem as movimentações para a formação do COGEM, a equipe técnica que planejava a escolha de áreas prioritárias para o projeto de microbacias estadual no ano de 2002 desenvolveu o Diagnóstico Ambiental de Microbacias do Baixo Rio Imbé, no documento consta um levantamento de informações precisas a respeito da geologia, geomorfologia, solos, vegetação e hidrografia da área que estaria sendo delimitada como MBH do Rio Imbé. Tratam-se de áreas exploradas com uma pecuária extensiva de baixo rendimento em áreas de uso comum, como o pasto comunitário de Conceição do Imbé, ou em áreas de propriedades demarcadas nas demais localidades, a exemplo de algumas glebas situadas na comunidade de Batatal.

O diagnóstico chegou a conclusões importantes a respeito área que fizeram com que a microbacia estivesse em zona de prioridade 1 desde o delineamento do programa, tais como: solos mal drenados, tendendo a inundações; erosão, excesso de alumínio, baixa fertilidade e certa dificuldade em mecanização agrícola devido as características

do solo. Tais deficiências encontram causa na própria história da região onde tais áreas foram intensamente exploradas durante os vários ciclos que caracterizaram a história da agricultura local.

As movimentações para a formação do COGEM da MBH Rio Imbé tiveram início no mês de junho de 2006 após a finalização dos trabalhos do Conselho Municipal de Política Agropecuária e Pesqueira, onde a MBH Rio Imbé ficou em 3ª colocação no *ranking* de priorização da atuação dos projetos do Rio Rural. No entanto, apenas em setembro de 2010 foi realizada a primeira reunião, organizada e regida pela Emater, para a apresentação oficial do Rio Rural e assinatura do termo de adesão pela comunidade. Já em janeiro de 2011 houve a primeira reunião de formação do COGEM, chamada de Pré COGEM e início da elaboração do DRP/PEM (Diagnóstico Rural Participativo/Plano Executivo da Microbacia). No mês de abril do mesmo ano o PEM já estava pronto e foi feita uma reunião com o objetivo de apresentá-lo a comunidade e consolidar o pré COGEM, assim como selecionar, por meio de sorteio, a ordem em que seriam liberados os recursos para os beneficiários do projeto. A metodologia de sorteio consistiu numa ferramenta criada com a finalidade de romper com possíveis privilégios na indicação da ordem com que seriam disponibilizados os recursos. Essa técnica permitiu dar mais transparência na liberação dos projetos, tendo em vista que o sorteio era feito em reunião pública, perante todos os interessados e todos saíam da mesma cientes da ordem pela qual seu projeto seria liberado para inicialização.

No entanto o agricultor x, beneficiário do projeto, define seu período de atuação na microbacia do Rio Imbé como de 2015 a 2017, conforme entrevista:

Começou em maio de 2015 e encerrou em 2017. Teve um período que deu uma pausa e a gente até ficou pensando que o projeto tinha parado no meio do caminho. A gente recebeu uma parte e aí ‘pra’ receber a segunda ficou difícil. Aí só saiu final de 2017. (Anônimo beneficiário do projeto. AGRICULTOR, 2021).

O objetivo de trazer essa fala não é questionar uma informação trazida pelos relatórios da SEAPPA e sim demonstrar como que, na percepção do agricultor, muitas vezes as ações das políticas públicas chegam de forma fragmentada. Desde 2002 a equipe do Rio Rural, que foi a mesma (em sua essência) até o fim, frequentou e se

reuniu na região da microbacia do Rio Imbé, o que, pelo que pode ser demonstrado, não era de conhecimento de todos os agricultores participantes do projeto.

No que se refere a organização comunitária antes em prática na comunidade, a Emater aponta Associação de produtores do assentamento e Associação de pescadores da Lagoa de Cima. O COGEM então formado, contava com a atuação de 12 membros, sendo 5 mulheres e 7 homens. Ainda que o COGEM devesse incluir todas as categorias produtivas da microbacia, não havia representação dos agricultores. Isso fica ainda mais gritante quando percebemos que a localidade é uma região reconhecida por ter concentração de pescadores artesanais devido às suas lagoas (Lagoa de Cima, Lagoa Feia e diversos rios e córregos). A categoria “pescadores artesanais”, no entanto, não esteve presente oficialmente em nenhuma etapa do projeto, conforme a fala de uma das técnicas responsáveis pela microbacia.

Não houve interesse por parte dos pescadores. Também não considero que houve conflitos. O primeiro técnico agiu na seleção dos membros justamente com a finalidade de evitar conflitos. O presidente da associação, por exemplo, não foi colocado para participar do COGEM. Tivemos algumas questões, por exemplo: os pescadores de Lagoa de Cima não frequentavam o COGEM por ser no assentamento. Já a EMATER, preferiu fazer as reuniões nos assentamentos para atingir maior quantitativo de agricultores familiares. Não houve interesse também por parte dos médios produtores. Eles alegavam que a contrapartida de 40% era alta para investir em projetos sustentáveis. Não manifestaram interesse no projeto Rio Rural (Técnica responsável pela Microbacia, 2019).

No entanto, no PEM consta o nome de dois pescadores artesanais.

Quando questionada a respeito da adesão e eficiência. Quando questionada a respeito da adesão e eficiência do COGEM na comunidade, a técnica foi clara ao apontar fatores extrínsecos a organização do projeto e até mesmo a Emater, já que em momentos importantes da liberação de recursos o estado do Rio de Janeiro sofreu penalidades através de bloqueio das contas públicas mediante inadimplência, prejudicando todos os projetos ao bloquear a verba aprovada pelo BM. Para a técnica responsável, fatores como atrasos de verba e falta de recursos contribuíram para desestimular a participação social, conforme a fala a seguir:

O que aconteceu no período que eu estive foi o bloqueio das contas públicas do Estado devido a inadimplência do governo. O BM enviou a verba e a

mesma foi bloqueada. O ano de 2017 foi considerado um ano perdido por causa disso. Não tínhamos recursos para nada, nem combustível. Nesse contexto, os COGEMs ficaram muito prejudicados e desarticulados. Quando retornamos, foi preciso refazer um trabalho de base para reunir o pessoal. Somado a isso, desde 2016 o convênio com a prefeitura foi suspenso e até hoje (2018) não há regularidade no abastecimento de carros para os trabalhos da EMATER. Infelizmente, consideramos 2017 um ano perdido e logo depois, 2018 o projeto acabaria... aí quando retornou, tivemos que correr com tudo para fechar os projetos e apresentar resultados (Técnica responsável pela Microbacia, 2019).

Outro fator relevante é que os médios produtores da localidade não tiveram interesse no projeto, questão atribuída a alta contrapartida exigida do Rio Rural para categorias não prioritárias como médios e grandes produtores. De fato, segundo as normas do projeto, a contrapartida financeira dos beneficiários aumenta de acordo com a categoria, conforme o MOP (2014):

Para as práticas produtivas individuais, os beneficiários que se enquadram na categoria de agricultor familiar e pequeno agricultor receberão apoio de 80% do valor das práticas (Tabela 23). Para os demais, o valor apoiado corresponde a 40% do valor da prática. Para as práticas ambientais, o Projeto financiará sempre 80% de seu valor, independentemente do tipo de beneficiário, a fim de incentivar a sua ampla adoção (MOP, 2014).

Seguindo em ordem cronológica de ações, nos meses de junho de 2011 ocorreu o primeiro sorteio dos beneficiários para elaboração dos PIDs (Planos Individuais de Desenvolvimento) e é o marco também da fase de execução do projeto e a primeira liberação dos subprojetos na MBH veio a ocorrer em janeiro de 2012. Já em 2014 ocorre o 2º sorteio dos beneficiários para elaboração dos PIDs e dezembro de 2016 o 3º e último sorteio e elaboração de PIDs.

A reunião para apresentação da linha do tempo de ações, prestação de contas para o COGEM e exposição dos resultados dos subprojetos ocorreu em outubro de 2018 e desde então comitê não mais se reuniu.

Quando questionado sobre a participação nas reuniões do COGEM, o beneficiário x alegou que tinha conhecimento das reuniões, mas que frequentou poucas. Esteve presente na reunião de sorteio dos beneficiários e quando saiu o recurso, em 2015, conforme:

Sim, participei algumas vezes. Poucas vezes. Participei sim. Era por vezes, as pessoas que iam receber...demorou um pouca da minha parte, mas a gente sabia que era por vez mesmo. Tinha que esperar chegar a vez, no caso, da

gente que ia receber o benefício. Então a gente esperava chegar a vez da gente. Demorou um pouco, mas a gente tinha conhecimento (Anônimo beneficiário do projeto. AGRICULTOR, 2021).

O que se destaca na fala do interlocutor é a demora na concretização e finalização do projeto. Para quem vive da terra, a previsibilidade nos processos de produção é essencial e faz parte de sua rotina e modo de trabalho. O projeto rompia com isso a deixar os beneficiários sem saber ao certo quando sairiam os recursos, impedindo um planejamento familiar mais fecundo e concreto, que, certamente, traria melhores resultados.

O beneficiário relata ainda falta de comunicação com a EMATER:

Aqui começou em maio de 2015 e encerrou em 2017. Teve um período que deu uma pausa, a gente até ficou pensando que o projeto tinha até parado no meio do caminho. A gente recebeu uma parte, como eu falei, foi dividido em duas partes. Aí a gente recebeu a primeira e demorou um pouco a segunda. No final de 2017 saiu a segunda parte (Anônimo beneficiário do projeto. AGRICULTOR, 2021).

Quando questionados a respeito dos pontos negativos observados no Rio Rural, a técnica responsável relatou problemas em relação a sensibilização para a formação do COGEM, conforme a fala abaixo:

Não vejo pontos negativos no programa em si, mas sim na sua execução. As etapas de sensibilização, incluindo o DRP e a formação do pré-COGEM e posterior COGEM deveriam ser melhor trabalhadas. Se essas etapas fossem desenvolvidas adequadamente, talvez o funcionamento do COGEM fosse efetivo e sua atuação ocorreria para além das demandas da EMATER e em prol das demandas das próprias comunidades (SARAMAGO, 2019).

Mesmo com todos os desafios, o interlocutor, beneficiário do projeto, destaca seus pontos positivos

Na minha opinião foi ótimo. O projeto foi muito bom, me ajudou bastante. Até hoje eu ainda tenho, no caso, eu tenho continuado, principalmente com o projeto das galinhas, eu dei continuidade. Eu que já tinha assim uma certa aptidão pra isso e principalmente com a parte da roçadeira, que era pra manutenção do terreno aqui. Poxa, foi ótimo. Gostei muito! Valeu a pena (Anônimo beneficiário do projeto. AGRICULTOR, 2021).

Essa fala expõe o potencial transformador do projeto e a necessidade de continuidade, aprofundamento e melhorias na execução do Programa Rio Rural.

Questionada a respeito da atuação do COGEM na microbacia, a técnica executora salienta:

Talvez se tivesse a presença de mais jovens trazendo um novo olhar, novas discussões, o COGEM poderia ter sido mais atuante. Se houvesse uma real conscientização também. Os membros se reuniam mais no sentido da obrigatoriedade de fazer para aprovar recurso, não por vontade e entendimento de que assim se poderia avançar mais. Tivemos poucos projetos comunitários e a microbacia não fez nenhum, apesar de haver necessidade, não houve demanda. Não tivemos projetos comunitários lá. Os projetos comunitários são bons indicadores de bom funcionamento da autogestão dos COGEMs (Técnica responsável pela microbacia, 2019).

De fato, o chamado envelhecimento do campo<sup>17</sup> vem trazendo consequências profundas na execução de políticas públicas no meio rural brasileiro. No entanto, o COGEM atingiu os objetivos necessários para que a comunidade fosse contemplada, respeitou prazos e disponibilizou material de acompanhamento e finalização de atividades.

E complementa a respeito da participação dos beneficiários nas reuniões:

Achei fraca, só iam quando solicitados pela EMATER e não houve adesão de todas as categorias produtivas da microbacia. Além disso, parece que eles não conseguiram compreender bem a atuação de um comitê gestor. Achavam que ia ter um líder, alguém que daria a palavra final, um presidente, tal como ocorre nas associações. Esperavam um presidente para assumir o controle e organização, isso era um problema, já que não tínhamos essa pessoa única responsável por tudo (Técnica responsável pela microbacia, 2019).

Quando procurado para participar da pesquisa, o membro do COGEM, indicado por diversas pessoas que trabalham no local, não respondeu aos nossos questionamentos. Entendemos, portanto, sua vontade de não participar da pesquisa.

### **3.5 Microbacia do Córrego do Açude**

---

<sup>17</sup> Sobre este tema, Camarano e Abramovay, amparados em Bourdieu (1979), publicam em 1998 um estudo que trata do êxodo rural, envelhecimento e masculinização do campo. Fenômeno este que, segundo os autores, é primeiramente observado na França com o nome de “*celibato paysan*” e passa a ocorrer no Brasil a partir da década de 1990.

A microbacia do Córrego do Açude fica localizada na localidade de Espírito Santinho, no 13º distrito de Campos dos Goytacazes, distrito de Santo Eduardo e consiste no distrito mais distante do centro comercial do município, cerca de 70 km de distância.

Cercado de encanto e poesia, a comunidade apresenta uma história um pouco diferenciada dos outros distritos do município.

Uma pracinha agradável e limpa. Ajardinada, meios-fios tingidos de cal, coreto e... que curioso. A uns dois metros do chão há um compartimento de alvenaria com uma porta de duas bandas trancada a chave. A porta se abre na direção dos assentos e escadas da praça. Um oratório? Pode ser. Afinal, estamos em

Espírito Santo de Campos, conhecido como Espírito Santinho, onde a religiosidade é prevista.

Esse apelido popular – Santinho – faz jus ao povoado, que deve caber num retângulo de quinhentos por duzentos metros. Distrito da cidade de Campos dos Goytacazes (RJ), embora esteja a setenta quilômetros dela, Espírito Santinho ganhou um presente do poder público no início deste terceiro milênio. O presente foi guardado exatamente dentro da caixa de tijolos.

Péra aí. E essa antena parabólica? Presente também. Ora, ora. Que oratório, que nada. O compartimento não abriga imagem de santo coisa nenhuma. Isto é um aparelho de tevê! Fico sabendo que ele significa muito para os moradores (cerca de três mil ao todo, a maioria na zona rural). Quem não tem, vem assistir a tevê na praça. Em noite quente, mesmo quem tem, vem. Costumam ligá-la de segunda a sexta às dezoito horas. Desligam lá pelas vinte e duas horas. Falará até mais tarde se tiver futebol ao vivo.

Novelas são uma reza. Quebram o silêncio e o isolamento do lugar. Sim, porque o padre só aparece na recém-construída Capela do Divino Espírito Santo aos sábados; e o calçamento e a luz elétrica só chegaram nos anos 1970. Estima-se que Espírito Santinho tenha cento e setenta e cinco anos de existência. Será? Ou melhor, foi? (VILAS-BOAS, 2004; p.9).

O Distrito de Santo Eduardo foi oficialmente criado no ano de 1861, segundo o IBGE Cidades (2014), pela lei provincial nº 1225, datada de 21 de novembro de 1861 em contexto de finais da monarquia brasileira.

Por seu local estratégico, Santo Eduardo recebeu, no ano de 1879 a primeira Estação Ferroviária (figura 9), já que por ali escoavam a produção agrícola do Espírito Santo e localidades próximas para a capital, Rio de Janeiro. A partir desse momento, o local se tornou-se um polo de desenvolvimento importante para o município, fomentando a produção agrícola local de café e futuramente cana-de-açúcar (SCARPINI e PINTO, 2018).

**Figura 11. A estação de trem de Santo Eduardo, em 1915**



Fonte: Cornejo e Gerodetti, (2005) *apud* por Scarpini e Pinto (2018).

Scarpini e Pinto (2018) argumentam que, justamente devido à proximidade com a via férrea, o distrito foi escolhido, anos mais tarde, para a instalação da usina de Santa Maria, em 1960. Essa mudança produtiva gerou uma avassaladora necessidade de produção canavieira e a produção de café, que antes desempenhava papel central no desenvolvimento econômico da região, entrou em declínio até chegar a quase extinção.

No entanto, Santo Eduardo seguiu seu desenvolvimento econômico consolidando um setor terciário forte e diversificado que, após instalação do complexo socioeconômico implantado pela usina Santa Maria, passou a contar com assistência social proporcionada pelo usineiro-escola, postos de saúde e espaços de socialização, empregos e grande necessidade de produção de cana-de-açúcar, gerando



desenvolvimento para diversas cadeiras locais sem que sua população sentisse a necessidade de imigrar para outras áreas. Essa prosperidade teve uma grande ruptura após a década de 1990 com a falência da Usina e escassez de emprego na região (SCARPINI e PINTO, 2018).

Nesta fase, grande parte dos agricultores migraram para a atividade leiteira, muito favorecida pelo clima da região, sendo que hoje Santo Eduardo, mais especificamente a microbacia do Córrego do Açude, é conhecida por ser a maior bacia leiteira da região. E, seja considerado distrito urbano, possui fortes características rurais, conforme Scarpini e Pinto (2018) discute profundamente em sua monografia e fogem do escopo deste trabalho.

**Figura 12. Trabalhador rural manejando rebanho em via pública do distrito de Santo Eduardo no ano de 2017**



Fonte: Scarpini e Pinto (2018).

### **3.6 História de implantação do COGEM e suas ações**

Segundo os beneficiários do projeto da microbacia, as ações para dar início ao projeto na localidade tiveram início no ano de 2012 após uma reunião com o técnico executivo responsável pela microbacia onde, na ocasião, foi iniciada a produção do senso da comunidade, que agregaria, posteriormente, dados ao DRP, onde foram mapeados quantitativo de produtores, áreas, nascentes, entre outros dados. Esta primeira

ação, pela organização e proatividade surpreendeu até mesmo o técnico responsável pela MBH, conforme:

É sempre um prazer poder falar da Comunidade de Espírito Santinho, começa pela fé e devoção da grande maioria daqueles que lá residem, a nossa primeira reunião foi no salão paroquial, único ponto de encontro e de reunião coberto e fechado existente naquela época; tô falando de mais de cinco anos atrás; foram várias as vezes também que tivemos que marcar nossas reuniões do Comitê Gestor da Microbacia (COGEM), para dias que não tivesse atividade religiosa na Comunidade, tudo isto veio provar para mim o comprometimento deles (Técnico responsável pela microbacia, 2021).

Após alguns meses, a equipe de gestão estadual se fez presente desenvolver o sorteio de priorização de beneficiários em reunião pública. Ao ser questionado sobre as expectativas da comunidade, o presidente da associação Amores e membro do COGEM, afirma que houve insegurança:

A gente ficava tentando convencer as pessoas de que o projeto daria certo, que o dinheiro viria em 2012, mas só veio em 2018. Foi complicado, mas enquanto o dinheiro não saia, o técnico ia fazendo os projetos e nós do COGEM íamos fiscalizar e ajudar com mutirão os produtores que iam ficando atrasados (MEMBRO DO COGEM, 2021).

Mais uma vez os atrasos para liberação de verba se fez presente, fazendo com que o técnico responsável tivesse papel central na continuidade de mobilização da comunidade em torno dos objetivos do projeto. No caso, foi possível acompanhar de forma tão próxima devido a existência de uma Unidade da Emater em Santo Eduardo. Ademais, o técnico responsável pela microbacia designado já acumulava mais de 30 anos de atuação na localidade.

O membro do COGEM informa que, por terem focado nos projetos enquanto a verba não saia, ao sair, foram sendo implantados e rapidamente a população viu resultado, dando maior credibilidade ao projeto e maior adesão.

Segundo dados da EMATER (2021), os projetos foram distribuídos da seguinte maneira:

**Figura 13. Projetos individuais desenvolvidos na MBH do Córrego do Açude**



Fonte: Elaboração própria baseado em EMATER, 2021.

Tais projetos, juntamente com o apoio técnico para utilização do Crédito Agrícola (PRONAF/PROSPERAR/RIO GENÉTICA) geraram mais de R\$ 2.500.000,00 em recursos aplicados na MBH (EMATER, 2021).

Após a realização dos projetos individuais, a comunidade viu, instruída pelo técnico responsável, a possibilidade de acionar um recurso para ação coletiva. Em reunião então foi escolhido a reforma e readequação do Centro Comunitário, obra parada há 8 anos e antigo sonho da comunidade.

A gente sempre sentia falta de um lugar para fazer festas, jogar bola, levar a família, um lugar que a gente pudesse usar de forma coletiva e segura, um lazer. Aí escolhemos o Centro Comunitário. (MEMBRO DO COGEM, 2021).

Nesse momento é que a comunidade realmente viu o poder da coletividade. A verba disponível para construção do Centro Comunitário não era suficiente para terminar, e todos tinham consciência desse fato. Portanto, a comunidade se organizava em mutirão e fez festas beneficentes para a efetivação da construção. Para o presidente da associação, os beneficiários do projeto se sentiram responsáveis, por terem recebido recurso, de ajudar financeiramente a construção do Centro Comunitário, que virou um grande empreendimento coletivo.

O agricultor que não podia participar, pegar junto, deixava um dinheiro e pagava, por exemplo, a mão-de-obra da semana. Outras pessoas forneciam lanches, cada um ajudava como podia e em 3 meses terminamos a obra. Ainda faltam algumas coisas, mas terminamos a ponto de ficar bom para o uso. (MEMBRO DO COGEM, 2021).

**Figura 14. Centro Comunitário e sede da Amores antes e depois das obras de revitalização**



Fonte: AMORES, 2021

Uma das ações para a arrecadação de fundos foi a 1ª Festa do Queijo<sup>18</sup>, sugerida pelo técnico responsável pela MBH e inserida no Calendário Oficial de Eventos do Município de Campos dos Goytacazes por iniciativa do próprio COGEM e EMATER.

<sup>18</sup> Lei nº 9.022, de 24 de setembro de 2020

Figura 15. Folder de divulgação da 1ª Festa do Queijo de Espírito Santinho

**08 DE DEZEMBRO - ESPÍRITO SANTINHO**  
**FESTA BENEFICENTE A CONSTRUÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO**

**CAVALGADA**  
 15:00 - Concentração na propriedade do Dr. Orlando Bicudo, saída para Espírito Santinho às 16:30, chegada a localidade às 17:30.

**PULA PULA E ALGODÃO DOCE**  
 16:00 - Na praça

**QUEIÃO DE 1000 L DE LEITE /120 KG**  
 APÓS A CAVALGADA, UMA HOMENAGEM DA EMATER-RIO A TODOS OS PRODUTORES DE LEITE, VENHA SABOREAR ESTA PARCERIA

MUITA COMIDA, ARTESANATO, PRODUTOS DA ROÇA

**LEILÃO DE BEZERROS** 20:00  
 BENEFICENTE A CONSTRUÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO

**SHOW COM PAMMELLA GOES**

**APOIO:**

**EMATER-RIO** **Selita** **APRUSMAC** **MADECIL MADEIRAS** **JARDIM AGROPECUÁRIA**

**Drogaria Vieira** **QUIOSQUE DO GEL** **RENATO'S BAR** **Soluções em INFORMÁTICA**

22 99957-0932 22 98155-7150 22 98114142 / 27812678

**PROGREDIR LEILÕES** **S.R. JULIÃO SUPERMERCADO** **CICLE SANTA MARIA**  
 Leiloeiro: Roney Louvain DIR. Denise & Sandro DIR. João Paulo Jardim

ORGANIZAÇÃO  
 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PRODUTORES RURAIS DE ESPÍRITO SANTINHO **ACORES**

Fonte: EMATER-RIO, 2021

A ideia de fazer a 1ª Festa do Queijo ocorreu pelo fato da MBH ser a maior bacia leiteira da região e não ter, até então, um evento cultural que a representasse. O evento foi abraçado pela comunidade que produziu e leiloou pedaços do queijo de mil litros, além de comercializar produtos agrícolas durante a festa com fins de arrecadação comunitária, alcançando o valor aproximado de R\$ 11 mil, que foram direcionados para a quitação das dívidas adquiridas na construção do Centro Comunitário.

Além desse projeto coletivo, foram desenvolvidas ações coletivas de aquisição de equipamentos (computador) e móveis (mesa, cadeira, bebedouro); preservação das nascentes; implantação de boas práticas de produção agrícola e pecuária; incentivo a diversificações da atividade. Foram também concluídos dois dias de campo, dois encontros de trocas de experiências, 34 reuniões do COGEM, duas festas do queijo e uma feira de Ciências Itinerante com parceria da UENF (EMATER, 2021). Segundo o técnico responsável pela MBH e a comunidade entrevistada, as ações só estão paralisadas por conta da pandemia, sendo que o Centro Comunitário tem funcionado de forma gratuita para alunas particulares de alunos da região respeitando o distanciamento social e uso de máscaras.

Ao ser questionado sobre a participação da comunidade no COGEM, o técnico responsável atribuiu “comprometimento enorme”, complementando da seguinte maneira o seu relato:

Nos mutirões, que foram vários inclusive um para reforma da praça principal; quando os moradores não podiam se fazer presentes mandavam água, cafezinho, suco, refrigerante, biscoito, salgadinhos e até cachorro quente para os demais que estavam participando, isto tudo é claro acabava em uma grande festa. Nos Leilões de Domingo após a atividade religiosa que também foram muitos a participação não era diferente; tem até a história (verdadeira) de um frango assado que rendeu para a comissão encarregada de fazer a reforma do Centro Comunitário o valor de R\$ 340,00. Tem também a outra do Leilão de um bezerro que aconteceu durante a Festa do Queijo que rendeu para a mesma Comissão o valor de 3.450,00. Destaque para as prestações de contas e o relatório das atividades que eram disponibilizadas mensalmente para o grupo no Whatsapp, que foi criado para facilitar a comunicação entre eles. E para coroar o trabalho foi implantado um Telecentro com (10) computadores e Internet gratuita liberada para os moradores. Outras atividades também foram desenvolvidas a partir desta organização nas áreas de Saúde, Educação, Transporte e Lazer, algumas sem muito sucesso mais com a certeza que pode ser feito ainda melhor (Técnico responsável pela microbacia, 2021).

Segundo declarações do presidente de associação e membro do COGEM, a Amores, com ajuda da EMATER, quer lançar um projeto de microbacias local, o

Campos Rural com fomento à produção municipal focada na merenda escolar, e, principalmente, adequação do cardápio das escolas a sazonalidade de produção.

Como é possível observar, uma comunidade pré-organizada, juntamente a um técnico experiente que goza da confiança dos agricultores pôde fazer toda a diferença no fomento ao DRS e aplicação responsável dos recursos do Rio Rural, no entanto, esses fatores não podem servir de conformismo institucional, onde muitas vezes impera no discurso da ATER regional a atribuição de que “o agricultor tem que querer” para que o projeto se realize com sucesso. Foi exposto ao longo de toda esta pesquisa que os “quereres” do agricultor familiar, marginalizado, empobrecido e com histórico de décadas de desarticulação política e desvalorização de seu saber local são correspondentes a sua história particular de lutas para sobrevivência, uns com mais, outros com menos recursos.

Ocorre que um projeto de tamanha envergadura, que fora aprovado com objetivo de desenvolver a autogestão das comunidades selecionadas deveria ter feito mais, ter aplicado mais recursos em localidades com maiores dificuldades, flexibilizado tempo-espço, removido barreiras, se feito mais presente, principalmente nos locais de maior desinteresse. Essa expertise, esperou-se que viria do BM, por seus anos de experiência em projetos similares, mas o que se observou foi um paulatino abandono intelectual do projeto, fadando-o a favorecer, *ad eternum*, o beneficiário mais desenvolvido, mais organizado, mais capitalizado, acentuando assim as desigualdades sociais no campo e, com seu pequeno e pulverizado fomento, amortecendo as lutas por políticas agrárias e agrícolas mais efetivas.

Na prática, segundo a gestão do projeto, o BM controlava em suas missões o atendimento pontual das metas e indicadores, mas em dado momento se absteve de colaborar tecnicamente, conforme entrevista:

Nada disso foi pensado pelo BM. O banco entrou em decadência técnica muito grande. No começo eram pessoas que pensavam a política, depois começou a vir gente pra gerenciar o projeto que só queria saber se houve desembolso do dinheiro. Por isso eu digo, foi tudo pensado por nós. A gente que acabou demonstrando ao banco a importância desse tipo de controle (GESTOR, 2020).

No caso acima, o interlocutor foi questionado sobre o monitoramento do projeto em tempo real, afirmando que as estratégias de avaliação e mudança de procedimentos com vistas a corrigir possíveis falhas *in loco* foram projetadas pela própria SEAPPA.

Ora, o BM acumula 80 anos de experiência em projetos de desenvolvimento, inclusive agrícola, cerca de 60 anos de experiência no fomento a projetos de desenvolvimento sustentável em países periféricos e, pelo menos, 40 anos de experiência em desenvolvimento rural sustentável no Brasil, mesmo período no financiamento de projetos de combate à pobreza rural, expertises múltiplas no financiando direto a estados tão problemáticos quanto o Rio de Janeiro (característicos de democracias recentes) ou mais, porque razão não desenvolveu, *in loco* estratégias para monitoramento, correção e superação dos problemas que foram ocorrendo em cascata ao longo da execução dos projetos? Essa omissão, narrada pelo gestor do projeto e observada em outras atuações do BM desperta dúvidas a respeito das suas reais intenções em desenvolver os países, de fato, através dos seus volumosos empréstimos.



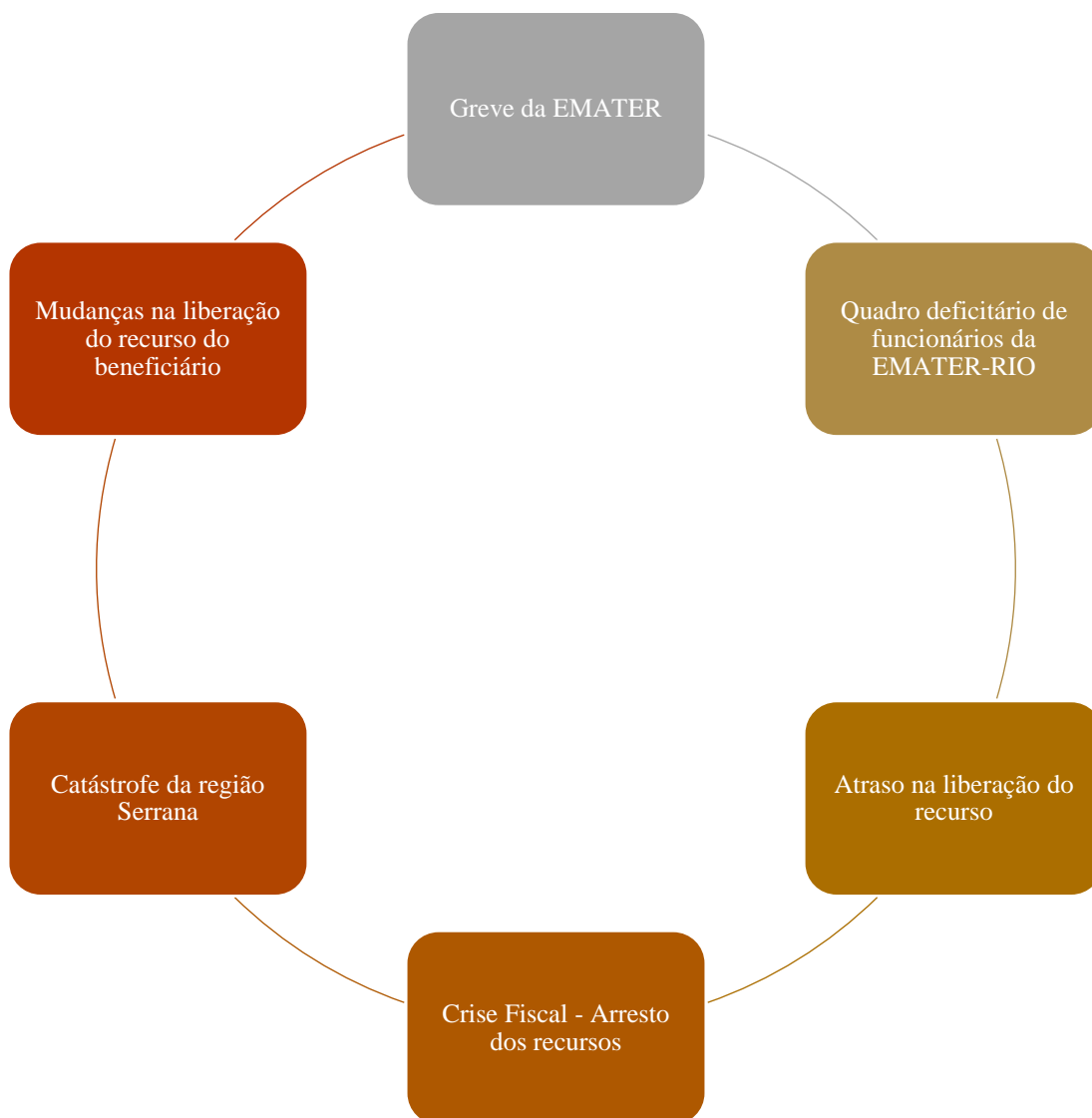
## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a idealização, passando pela implantação, renovação de empréstimos e concretização dos resultados, é notável que o Rio Rural desenvolveu parcerias com um amplo leque de instituições públicas e privadas ao longo de sua trajetória de atuação, movimentou profissionais de diversos campos de saber, além de atingir um número considerável de agricultores do estado do Rio de Janeiro direta e indiretamente.

Foi recebido com grande entusiasmo pelas instituições sendo muito desejado tanto pelo poder público, quanto pelos agricultores e sociedade acadêmica, já que teve como foco regiões do estado com vocação agrícola, porém marcadas por um passado monocultor escravocrata e, em muitos casos, estagnação econômica do setor agropecuário. Ademais, direcionava recursos para a área rural e, acima de tudo, para municípios que há muito não tinham tal apoio do Governo Federal e Estadual. Via-se no Rio Rural a esperança de um DRS participativo em um dos últimos biomas de Mata Atlântica do país e maiores do mundo, que carrega ainda o título de segundo maior polo econômico do país.

O Rio Rural atuou no DRS do Rio de Janeiro através do fomento a práticas agrícolas ambientalmente respeitadas por meio de maior esclarecimento do público alvo e participação social. Trouxe como inovação a microbacia, onde o foco de atuação deixaria de ser a lavoura, a propriedade, o/a agricultor/a e passaria a ser uma área mais ampla e holística - a microbacia, onde as consequências das ações locais poderiam ser observadas com maior clareza, servindo pedagogicamente, inclusive, para a percepção e tomada de consciência por parte dos atores envolvidos. Apesar dos resultados positivos, grandes empecilhos de razões diversas influíram para que as fases dos projetos acumulassem atrasos e problemas em todo o percurso de execução. Tais como:

**Figura 16. Principais problemas enfrentados durante a execução do Rio Rural Gef, Bird e FA.**



Fonte: Resultados da Pesquisa. Elaboração própria.

Muito embora todos esses fatores não tenham afetado o cumprimento e superação de metas produtivas e ambientais delineadas em comum acordo entre SEAPPA e BM, comprometeu de forma grave a articulação dos técnicos da EMATER com os COGEMs já que, apesar de almejar desenvolver a autogestão sustentável de recursos naturais, observou-se, através dos resultados expostos em relatórios internos da SEAPPA, uma repetição curiosa de resultados (tendo em vista outras análises de

projetos de microbacias financiados pelo BM): apresentou melhor resultado em regiões onde os agricultores já possuíam uma forma organização social eficaz e equilibrada.

E por que isso ocorre? Quais são os aspectos organizacionais, econômicos, políticos que contribuem para que resultados tão parecidos sejam encontrados em locais tão distintos? Por que razão os projetos de microbacias não deslancham em autogestão nas comunidades que não possuem uma pré-organização forte?

Ainda que pesem as responsabilidades sobre o estado que conduz um processo histórico de abandono da agricultura familiar e marginalização de economias que não alavanquem seu PIB como petróleo e construção civil, por exemplo, há que se questionar porque o BM, com toda sua expertise em projetos de igual teor nos países em desenvolvimento, aparentemente se omitiu em intervir de forma técnica e responsável ao longo dos entraves encontrados durante a execução do projeto.

Esta pesquisa nos faz acreditar que é exatamente neste ponto onde o BM se faz atuante - curiosamente não por sua presença, mas ausência em situações de crise. Ao que se pode observar, o Rio Rural GEF foi bem assessorado enquanto era implantado pelo GEF, por precisar apresentar resultados concretos, tendo em vista que depende de investidores preocupados com a conservação e preservação ambiental. O projeto chegou a gastar mais com o componente 4 de monitoramento, disseminação e comunicação (17,1%) do que com a própria capacitação dos envolvidos em práticas sustentáveis (componente 3 – 16%).

O fato de projetos de empoderamento e gestão participativa não apresentarem resultados contínuos após a finalização do aporte financeiro não é um ponto fora da curva, é a própria curva. Análises múltiplas da atuação do BM vêm demonstrando que sua omissão se repete em detrimento das suas próprias análises a respeito do baixo poder transformador dos projetos financiados pela instituição. Construídas, em muitos casos, para amortizar conflitos agrários, ambientais e sociopolíticos, suas políticas atuam unindo o mercado do endividamento externo a ações de cunho paliativo que servem mais para manter o *status quo* do que modificar estruturas. Contudo, para que esta aceção seja comprovada, é preciso que sejam desenvolvidas mais pesquisas empíricas que dialoguem entre gestores locais, BM, público-alvo e técnicos envolvidos no sentido de traçar o *modus operandi* do banco na tentativa de impedi-lo de se perpetuar. Para tanto, indica-se países africanos como Moçambique e São Thomé e

Príncipe, onde o BM se faz presente desenvolvendo projetos de DRS e combate à pobreza rural.

Há que se perceber que o estado do Rio de Janeiro nos anos de implantação do Rio Rural foi palco de grandes conflitos agrários, crescimento e fortalecimento dos movimentos camponeses como MST e CPT e grandes ocupações de terras em pequeno intervalo de tempo, preocupando, naturalmente o BM que expressa desde sua criação a preocupação com as revoluções camponesas.

É sabido, inclusive, que o BM vem atuando através das décadas na busca por fortalecer a agenda neoliberal e, ao juntar a ecoeficiência aos seus projetos de DS, busca tornar a espoliação de recursos naturais mais palatável a quem reside, existe e persiste no campo. No caso do Rio Rural, os projetos acabaram por dar o tom final do Programa Rio Rural.

Respondendo à pergunta feita no título desta pesquisa: “Com quantos dólares se promove a participação social?” em alusão aos financiamentos obtidos por meio de órgãos de fomento multilaterais como o BM, responde-se: “todos que tiver, nenhum que vier”. Investimentos em dólar servem muito a quem os possui e tem pouco a agregar a quem vai pagar seus altos juros, condenando suas finanças futuras e entregando a garantia dos seus investimentos a um agente externo.

Em consonância a Pereira (2009), entende-se que o BM busca forjar para si o papel de grande especialista em desenvolvimento, atuando como um ator político, econômico e intelectual a medida que expande sua influência nos países periféricos e, com isso, garante o crescimento de sua cartela de clientes e, acima de tudo, expande sua influência política do modelo econômico adotado pelos EUA.

Não se trata de recusar recursos financeiros oriundos de doações ou empréstimos, trata-se de adquirir responsabilidade fiscal o suficiente para fazer com que os projetos deem certo, se adequem quanto mais puderem as realidades locais, negociando juros através da aproximação estatal com o público alvo para que os mesmos sejam consultados, por exemplo, por meio de Audiência Pública sobre os investimentos. Trata-se de trazer a sociedade para a tomada de decisão antes mesmo do projeto ser aprovado e assim fortalecer o pequeno poder dos estados de países periféricos frente aos interesses dos gigantes de Wall Street. Vencer essa lógica perversa é dever de cada governante local preocupado com o desenvolvimento do seu país e ela só será vencida por meio da participação social fortalecida pelas redes locais.

E assim, a MBH do Córrego do Açude nos mostra que é possível ainda acreditar na emancipação do campo, desde que, se consiga fortalecer o poder local rural, tão devastado, minimizado e desarticulado desde a Revolução Verde no país. Temos uma nova oportunidade para isso, tendo em vista o novo aporte financeiro aprovado pela ALERJ para a continuidade do programa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R.; DA VEIGA, J. E. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF)**. Brasília: Abril, 1999.

AGRICULTOR, Anônimo beneficiário do projeto. Entrevista concedida a Juliana Costa Velho de Abreu. Meio remoto. Em 26 de janeiro de 2021.

ALERJ (Comissão de Orçamento). **Emenda de Despesa Modificativa** nº 4104 (SEAPPA – RIO RURAL AÇÃO 1625), de 16 de dezembro de 2020. Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, RJ, 16 dez.

ALIER, J.M. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.

ALVES NETO, Carlos de Castro; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A Atuação do Estado Brasileiro no Processo de Modernização Agrícola e a Incorporação do Conceito de Microbacias Hidrográficas nas Políticas Públicas. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, 2009. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7442>> Acesso em: 19 mai. 2021.

BACHA, Edmar L. **Banco Mundial: um memorando brasileiro**. Texto para discussão, No. 102, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Departamento de Economia, Rio de Janeiro, 1985. Disponível em: <<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/186350/1/td102.pdf>> Acesso em: 19 mai. 2021.

BARACUHY, J. G. de. et al. Deterioração Físico conservacionista da microbacia hidrográfica do riacho Paus Brancos, Campina Grande, PB. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v.7, n.1, p.159-164, 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-43662003000100026>>. Acesso em: 05 Out. 2012.

BITTERCOURT, Gilson Alceu. **Abrindo a caixa preta: O financiamento da agricultura familiar no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 243 p. 2003.

BORÓN, Atilio. “Néstor Kirchner e as desventuras da ‘centro-esquerda’ na Argentina”, **Revista Lutas Sociais**, nº 17/18, 2006-2007, pp. 9-22

CARNEIRO, Paulo Roberto Ferreira. Uso da água e conflito na Baixada dos Goytacazes: A construção social da escassez. In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, XIV. ABEP, XIV 2004, Caxambú, de 20- 24 de Setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1344/1308>>. Acesso em: Acesso em: 19 mai. 2021.

CASTRO, Ana Célia. Ciência e Tecnologia para a agricultura: uma análise dos planos de desenvolvimento. **Cad. Dif. Tecnol.**, Brasília, v. 1, set/dez, 1984.

CLEMENTE, Evandro César, OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. O Programa Estadual de Microbacias no Estado de São Paulo: uma análise da descentralização administrativa e o incentivo ao associativismo por meio da FAMHESP. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n.37, 2015. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/3294>> Acesso em: 19 mai. 2021.

COSTA, A. J. F. Projeto de recuperação, conservação e manejo dos recursos naturais em microbacias hidrográficas. In: FARAH, M. F. S.; BARBOSA, H. B. (Eds.) **Novas experiências em gestão pública e cidadania**. FGV, Rio de Janeiro, Brasil, 296p. 2000

COTTER, J. **Troubled harvest: Agronomy and revolution in Mexico – 1880–2002**. Westport, CT: Praeger Publishers, 2003.

CRESPO, Eduardo. Entrevista concedida a Juliana Costa Velho de Abreu. Em dezembro de 2020.

D'OLIVEIRA, Marcelo Durão Fernandes. **Capitalismo “Verde”: “Novas” fronteiras de acumulação do capital e a ameaça possível ao Assentamento Terra Prometida**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Osvaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2016. 209 p.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade**, n. 5, out., 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1983/>> Acesso em: 19 mai. 2021.

DELGADO, G. C. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, Miguel (org.) **Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 81-112.

DOWBOR, Ladislau. O que é poder local. Imperatriz: Editora Ética, 2016. Disponível em: <[https://dowbor.org/wp-content/uploads/2012/06/Dowbor-\\_Poder-Local-portal.pdf](https://dowbor.org/wp-content/uploads/2012/06/Dowbor-_Poder-Local-portal.pdf)> Acesso em: 19 mai. 2021..

EMATER. **A experiência da incubagem de empreendimentos associativos em organização comunitária nas microbacias hidrográficas – COGEM (Comitê Gestor Da Microbacia) para o exercício da cidadania nos espaços das MBH do Rio De Janeiro, visando à estruturação e a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável solidário, através do Programa Rio Rural**. Rio de Janeiro: EMATER, 2019.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. Políticas públicas e a formação de redes conservacionistas em microbacias hidrográficas: o exemplo do Paraná rural. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 95, 1999. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4813432>> Acesso em: 19 mai. 2021.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Ed. da UNICAMP/Imprensa Oficial, 2001.

GALINDO, E. et al. **Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF): uma avaliação de seus impactos regionais**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2015. Disponível em:

<<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/121707/1/819705497.pdf>>. Acesso: 23 dez. 2020

GALLIEZ, Ian Luiz Willacch. **O protagonismo e o Rio Rural: uma análise da participação dos agricultores no programa de microbacias hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 84 f., 2014.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A ciência diante da natureza. In: **Os (des)caminhos do meio ambiente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 37-60, 1989.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

HESPAHOL, A. N. O programa de Microbacias Hidrográficas e a questão do desenvolvimento de territórios rurais no Estado de São Paulo – Brasil. In: **Anais das Jornadas internacionais de Estudos Agrários y agroindustriales, Facultad de Ciências Económicas**, UBA, Buenos Aires: 2005.

HISSA, Helga Restum. **Políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável: estudo de caso do Programa Rio Rural**. 2020, 174f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária) - Pro Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ: UFRRJ, 2020.

HOBBSAWM, Eric Jonh Ernest. Era dos Extremos: o Breve Século XX (1914-1991). São Paulo, **Companhia das Letras**, 2003, 598 p.

HORTA, Korinna, Duas décadas após a cimeira do rio: *Quo Vadis* desenvolvimento sustentável? **JANUS.NET e-journal of International Relations**, Vol. 2, N.º 2, Outono, 2011. Disponível em: <[https://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol2\\_n2/pt/pt\\_vol2\\_n2\\_art2.pdf](https://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol2_n2/pt/pt_vol2_n2_art2.pdf)> Acesso em: 19 mai. 2021.

ITABORAHY, N. Z. Conflitos e Resistências Territoriais na Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima: Primeiras Impressões. In: **Anais eletrônicos do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia-MG**. 15 a 19 de outubro de 2012.

KAPUR, Devesh et al.. **The World Bank: its First Half Century - History**, Washington, DC: Brookings Institution Press 1997.

LEAL, A.C. **Gestão das Águas no Pontal do Paranapanema** – São Paulo. Tese (Doutorado em Geociências) - Instituto de Geociências, UNICAMP, Campinas, 2000.

LIMA, Danilo César Castro. **Documento contendo análise das ações do MDA no âmbito dos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável e proposições de estratégias de articulação das políticas públicas com o PNCF**. Brasília: IICA, 2016.

MARGULIS, Sergio. **O desempenho do governo brasileiro e Banco Mundial com relação à questão ambiental em projetos co-financiados pelo banco**. Texto para discussão, No. 194, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, 1980.



Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1517/1/td\\_0194.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1517/1/td_0194.pdf)>. Acesso em: 19 mai. 2021.

MEMBRO DO COGEM, Anônimo. Entrevista concedida a Juliana Costa Velho de Abreu. Em fevereiro de 2021.

MICHELLON, E.; REYDON, B.P. O mercado de terras e o manejo do solo e da água em microbacias hidrográficas: o caso do Paraná Rural. **Acta Scientiarum: Human and Social Sciences**, vol. 25, n. 1, p. 175-184. (2003)

MIRANDA, Alarcon (Técnico da Emater). Entrevista concedida a Juliana Costa Velho de Abreu. [s.d].

MARTINS, Mônica Dias (org.). MENDONÇA e REZENDE; SAUER. **In. O Banco mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

MYERS, N. **Threatened biotas: 'hotspots' in tropical forests**. *Environmentalist* 8, 187-208 (1988).

MOP, RIO RURAL GEF. **Projeto Gerenciamento Integrado de Agroecossistemas em Microbacias Hidrográficas do Norte e Noroeste Fluminense - RIO RURAL GEF**. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento - SEAPPA. Superintendência de Desenvolvimento Sustentável - SDS. 2005. Niterói - RJ.

NAVARRO, Zander. Meio século de transformações do mundo rural brasileiro e a ação governamental. **Revista de Política Agrícola**, v.19, n.esp., Jul, Brasília, 2010

NETO, Carlos de Castro Neves. **Políticas Públicas & Desenvolvimento Rural: O Programa de Microbacias I e II no Estado de São Paulo**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2013. Disponível em: <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105080/nevesneto\\_cc\\_dr\\_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105080/nevesneto_cc_dr_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y)> Acesso em: 19 mai. 2021.

NEVES NETO, C. de C.; HESPANHOL, A. N. **A Atuação do Estado Brasileiro no Processo de Modernização Agrícola e a Incorporação do Conceito de Microbacias Hidrográficas nas Políticas Públicas**. Caderno Prudentino de Geografia, nº 31, vol. 1, 2009.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-108, dez. 1989. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141989000300006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 mai. 2021..

PEREIRA, João Márcio Mendes (2006). A política agrária do Banco Mundial em questão. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 355-383, ago. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142006000200024&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200024&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19/02/2021. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000200024>.

PEREIRA, João Márcio Mendes Pereira (2009). **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de

Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 386 p. 2009.  
Disponível em < [https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2009\\_PEREIRA\\_Joao\\_Marcio\\_Mendes-S.pdf](https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2009_PEREIRA_Joao_Marcio_Mendes-S.pdf)> Acesso em: 19 mai. 2021.

PEREIRA, João Márcio Mendes (2010a). **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. São Paulo/Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PEREIRA, João Márcio Mendes (2010b). O Banco Mundial e a construção político-intelectual do "combate à pobreza". **Topoi**, Rio de Janeiro , v. 11, n. 21, p. 260-282, dez. 2010 . Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-101X2010000200260&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2010000200260&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 mai. 2021..

PEREIRA, João Márcio Mendes (2010c). **A política de reforma agrária de mercado do Banco Mundial: fundamentos, objetivos, contradições e perspectivas**. São Paulo: Hucitec, 2010.

PEREIRA, João Márcio Mendes. (2011) Conflitos e parcerias em torno de projetos socioambientais. **Tempo social**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 235- 263, nov. 2011.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702011000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702011000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 mai. 2021.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Banco Mundial: concepção, criação e primeiros anos (1942-60). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 391-419, jan-jun, 2012.

Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/18.pdf>>. Acesso em 19 mai. 2021.

PEREIRA, João Márcio Mendes. As ideias do poder e o poder das ideias: o Banco Mundial como ator político-intelectual. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro , v. 19, n. 56, p. 77-100, mar. 2014 . Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782014000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782014000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 mai. 2021..

PEREIRA, João Márcio Mendes. Estado e mercado na reforma agrária brasileira (1988-2002). **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro , v. 28, n. 56, p. 385-404, dez., 2015.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Assaltando a Pobreza: Política e Doutrina Econômica na História do Banco Mundial (1944-2014). **Revista de História (São Paulo)**, São Paulo , n. 174, p. 235-265, jun. 2016 . Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-83092016000100235&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092016000100235&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 19 mai. 2021..

PEREIRA, João Márcio Mendes; SAUER, Sérgio. A "reforma agrária assistida pelo mercado" do Banco Mundial no Brasil: dimensões políticas, implantação e resultados. **Estado e Sociedade**, Brasília , v. 26, n. 3, p. 587-612, dez. 2011.

PERKINS, J. H. **Geopolitics and the Green Revolution: wheat, genes and the cold war**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1997.

RASCHIATORE, Ricardo Alexandre; MOREIRA, Daniel Augusto. Inovações na implementação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Estado de São

Paulo. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 13, n. 3, p. 517-529, dez., 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-530X2006000300013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2006000300013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 mai. 2021..

RCOGEM, 2018a. **A experiência da incubagem de empreendimentos associativos em organização comunitária nas microbacias hidrográficas** – COGEM (Comitê Gestor Da Microbacia) para o exercício da cidadania nos espaços das MBH do Estado Rio De Janeiro, visando à estruturação e a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável e solidário, através do Programa Rio Rural. Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento; Superintendência de Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro, 2018, 27 p.

SABANÉS, Leandro. **Manejo sócio-ambiental de recursos naturais e políticas públicas: Um estudo comparativo dos projetos “Paraná Rural” e “Microbacias”**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/2879>> Acesso em: 19 mai. 2021.

SANDINO, José Luis. O desenvolvimento sustentável: um debate em curso. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 3, nov. 1994.

SARAMAGO, Luísa Barreto (Técnica da EMATER) Entrevista concedida a Juliana Costa Velho de Abreu. Em maio de 2019.

SAUER, S. Reforma agrária de mercado’ no Brasil: um sonho que se tornou dívida. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 98-125, 2010.

SCARPINI, Kamilla Silva Borges; PINTO, Mayara Silva. **Entre o rural e urbano no município de Campos dos Goytacazes/RJ: Um olhar geográfico sobre o distrito de Santo Eduardo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Instituto Federal de Educação, Campos-Centro, Campos dos Goytacazes, 2018. 73p.

SCOTTO, G.; CARVALHO, I.C. de M.; GUIMARÃES, L.B. **Desenvolvimento Sustentável**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA (SEAPEC). **Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro – Rio Rural**. Manual Operacional (Rio Rural BIRD/FA). SEAPEC/Niterói, volume I, 2015. 238p.

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO (SEAPPA). **Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro – Rio Rural**. Manual Operacional (Rio Rural BIRD). SEAPPA/Niterói, volume I, 2011. 117p.

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO (SEAPPA). **Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro- Rio Rural BIRD**. Relatório Consolidado de Avaliação Final. SEAPPA/Niterói, RJ. 2018. 152p.

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO (SEAPPA). **Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável**

**em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro- Rio Rural BIRD.** Relatório Consolidado de Avaliação Final. SEAPPA/Niterói, RJ. 2019. 151p.

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR (SEAAPI). **Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro.** (Rio Rural). SEAAPI/Niterói, 2002. 77p.

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR (SEAAPI). **Projeto Gerenciamento Integrado de Agroecossistemas em Microbacias Hidrográficas do Norte-Noroeste Fluminense.** Manual Operacional (Rio Rural GEF). SEAAPI/Niterói, 2005. 296p.

SOFIATTI, Arthut. Chuvas e estiagens na ecorregião de São Tomé: o caso da Baixada dos Goytacazes. **Historia Caribe**, n. 26, 2015. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5157097>>. Acesso em: 19 mai. 2021.

SOUZA, P. C.; HESPANHOL, A. N. Políticas públicas e desenvolvimento rural no interior paulista: o programa de microbacias hidrográficas em municípios da região de Presidente Prudente/SP / The public polices and rural development in the. **Revista Campo-Território**, 10(20), 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/26490>> Acesso em: 19 mai. 2021.

VILAS-BOAS, Sergio. **Balaios e peneiras:** tramóias de Espírito Santinho (RJ). Resgate Cultural da Bacia do Rio Itabapoana. Vitoria (ES): Faop/Sebrae, 2004, v. , p. 212-219.

WHITACKER, Guilherme Magon. **Desenvolvimento sustentável e políticas públicas: espaços de reprodução do modo capitalista de produção. O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas na microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira.** Universidade Estadual Paulista - UNESP. Presidente Prudente - SP, 2013.

WHITACKER, Guilherme Magon. **Desenvolvimento sustentável: Decifra-me ou te devoro.** Análise dobre o desenvolvimento sustentável no modo de produção capitalista. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 365 f., 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150194>> Acesso em: 19 mai. 2021.

WORLD BANK. (MANSURI, G., RAO, V.). **Localizing development: does participation work?** Washington: The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank, 2013b.

WRIGHT, Brian. Grand missions of agricultural innovation. **Research Policy**, n. 41, 2012.p. 1716-1728.